



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRO-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

FRANCISCA VERÔNICA PONTES VASCONCELOS

**EDUCAÇÃO, GÊNERO E RELIGIÃO:
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NO
CURSO NORMAL DO PATRONATO SOUSA CARVALHO EM
IPU-CEARÁ (1951-1985)**

TERESINA/PI
2024

FRANCISCA VERÔNICA PONTES VASCONCELOS

**EDUCAÇÃO, GÊNERO E RELIGIÃO: UM ESTUDO SOBRE A
FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NO CURSO NORMAL DO
PATRONATO SOUSA CARVALHO EM IPU-CEARÁ (1951-
1985)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação “Professor Mariano da Silva Neto”, Universidade Federal do Piauí – UFPI, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação.
Orientador: Prof. Dr. Antônio Pádua Carvalho Lopes.

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

V331e Vasconcelos, Francisca Verônica Pontes.
Educação, gênero e religião : um estudo sobre a formação de professoras no Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho em Ipu-Ceará (1951-1985) / Francisca Verônica Pontes Vasconcelos. – 2023. 120 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.
"Orientador: Prof. Dr. Antônio Pádua Carvalho Lopes".

1. História da educação. 2. Educação feminina. 3. Instituição confessional católica. 4. Escola Normal. 5. Ipu - CE. I. Lopes, Antônio Pádua Carvalho. II. Título.

CDD 370.9

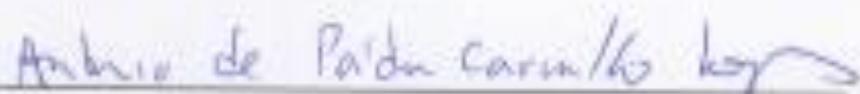
Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

EDUCAÇÃO, GÊNERO E RELIGIÃO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO
DE PROFESSORAS NO CURSO NORMAL DO PATRONATO SOUSA
CARVALHO EM IPU-CEARÁ (1951-1985)

FRANCISCA VERÔNICA PONTES VASCONCELOS

Teresina -PI, 28 de agosto de 2023

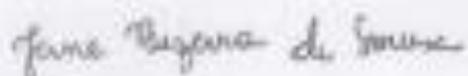
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes Universidade Federal do Piauí



Profa. Dra. Fátima Maria Leitão Araújo



Profa. Dra. Jane Bezerra de Sousa

*A Deus e aos meus pais, por me ajudarem a
cumprir essa jornada.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta e indireta da minha família, amigos e instituições. Portanto, demonstrar meu reconhecimento a todos que participaram é motivo de muita alegria.

Assim, venho manifestar minha gratidão a todos que colaboraram e, em especial:

Aos meus pais e familiares, que tanto me apoiaram durante a realização desta pesquisa.

Aos meus amigos, pela alegria, carinho e afeto, que foram fundamentais para levar os estudos com maior leveza.

Às pessoas que se dispuseram a ajudar com depoimentos orais, informações, fotografias e objetos, que possibilitaram traçar um caminho na direção de esclarecer os questionamentos deste estudo.

Ao meu orientador, Professor Dr. Antônio de Pádua, pela atenção, orientação e acompanhamento criterioso.

VASCONCELOS, Francisca Verônica Pontes. **Educação, Gênero e Religião: Um estudo sobre a formação de professoras no Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho em Ipu-Ceará (1951-1985)** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação). 130f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar o processo formativo de professoras primárias no âmbito de uma instituição confessional católica, tendo como campo de estudo a Escola Patronato Sousa Carvalho de Ipu-Ceará. Para tanto, analisa-se o contexto histórico de implantação do Colégio Patronato Sousa Carvalho por meio das articulações político-religiosas e dos discursos dos agentes do poder local; procura-se compreender a Cultura Escolar da Instituição Patronato Sousa Carvalho e relacionar a proposta formadora da escola aos ideais católicos. O recorte investigativo tem como temporalidade o período entre 1951 e 1985, marcando, assim, para início de estudo da pesquisa, o ato de inauguração e funcionamento do Patronato, ocorrido em 1951, e como marco final, o ano que ingressa a primeira turma mista do Curso Normal, ocorrido em 1985, com a admissão de matrículas de ambos os sexos. A pesquisa é uma investigação no campo da História da Educação, sendo utilizada análise documental, entrevistas semiestruturadas e a historiografia sobre o tema e a cidade de Ipu. Inserida no contexto das escolas confessionais católicas, a instituição aqui pesquisada representou, por muitos anos, uma referência na região em educação, principalmente na formação de mulheres. Ao estudar essa escola, procura-se seguir a linha de trabalho existente sobre instituições escolares que tomam como dispositivo fundamental a análise das práticas educativas e da cultura escolar. Nesta pesquisa, trabalhou-se com o seguinte referencial teórico: para o estudo gênero e a relação com o magistério: Del Priore (1988), Louro (1997), Almeida (1998) e Perrot (2019); na perspectiva da História cultural, Pesavento (2014) e Foucault (1987); memória com Halbwachs (1990); História local com Farias Filho (2018) e Mello (1985); no Campo das instituições escolares e da educação, com Magalhães (2004), Vieira (2002) e Araújo (2014). Cultura Escolar, com Julia (2001), dentre outros. Foram utilizadas como fontes a documentação escolar, Livro de Tombo da Paróquia São Sebastião, jornais em circulação no período, entrevistas com ex-alunas, pais, freiras e professores, acervos particulares (fotografias, cadernos e boletins), dentre outras. Embora a escola tenha ofertado os cursos primários e ginásiais no período estudado, analisou-se a formação de professoras do curso primário, considerando as contribuições destas à expansão da rede escolar da região. Nesse sentido, esta pesquisa teve como resultado a compreensão das práticas educativas e da cultura escolar de uma escola católica, no qual, as mulheres foram partícipes de um projeto educacional e religioso para a cidade de Ipu e região que implicava na formação acadêmica, profissional, religiosa e assistencial. Este último, componente do ideário religioso da escola e desenvolvida com o empenho das alunas nas atividades assistenciais executadas pela escola na cidade.

Palavras-chave: História da educação, educação feminina, instituição confessional católica, Escola Normal, Ipu-CE.

VASCONCELOS, Francisca Verônica Pontes. **Educação, Gênero e Religião: Um estudo sobre a formação de professoras no Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho em Ipu-Ceará (1951-1985)** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação). 130f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2023.

ABSTRACT

The central objective of this research is to analyze the training process of primary school teachers within a Catholic confessional institution, having as its field of study the Patronato Sousa Carvalho School in Ipu-Ceará. For that, we analyze the historical context of implantation of the Colégio Patronato Sousa Carvalho through the political- religious articulations and the speeches of the agents of the local power; we seek to understand the School Culture of the Patronato Sousa Carvalho Institution and relate the school's educational proposal to Catholic ideals. The investigative cut has as temporality the period between 1951 and 1985, marking, thus, for the beginning of the study of the research the act of inauguration and functioning of the Patronage, occurred in 1951 and as final mark the year that enters the first mixed class of the Normal Course, occurred in 1985 with the admission of enrollments of both sexes. The research is an investigation in the field of History of Education, using document analysis, semi- structured interviews and historiography on the subject and the city of Ipu. Inserted in the context of Catholic confessional schools, the institution researched here, represented for many years a reference in the region in education, mainly in the training of women. When studying this school, we tried to follow the existing line of work on school institutions that take the analysis of educational practices and school culture as a fundamental device. In this research we work with the following theoretical framework: for the study of gender and the relationship with the teaching profession: Del Priore (1988), Louro (1997), Almeida (1998) and Perrot (2019); From the perspective of Cultural History we work with Pesavento (2014) and Foucault (1987); memory with Halbwachs (1990); Local history with Farias Filho (2018) and Mello (1985); in the field of school institutions and education with Magalhães (2004), Vieira (2002) and Araújo (2014). School Culture with Julia (2001), among others. School documentation, the Tombo Book of the São Sebastião Parish, newspapers in circulation at the time, interviews with former students, parents, nuns and teachers, private collections (photographs, notebooks, newsletters), among others, were used as sources. Although the school offered primary and junior high school courses during the period studied, we analyzed the training of primary teachers by considering the contribution given to the expansion of the school network in the region. In this sense, this research resulted in understanding the educational practices and school culture of a Catholic school in which women were participants in an educational and religious project for the city of Ipu and region that involved academic and professional, religious and assistance training, this last component of the school's religious ideals and developed with the participation of the students in the assistance activities carried out by the school in the city.

Keywords: History of education, female education, Catholic confessional institution, Normal School, Ipu-CE.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Limites Geográficos de Ipu.....	24
Imagem 2: Vista Panorâmica da Bica de Ipu.....	25
Imagem 3: Monsenhor Gonçalo de Oliveira Lima.....	30
Imagem 4: Monsenhor Francisco Ferreira de Moraes.....	33
Imagem 5: Prédio do antigo Ginásio Ipuense.....	34
Imagem 6: Trecho do Jornal Correio da Semana: Carta aberta ao Monsenhor Moraes...	36
Imagem 7: Irmã Carmélia da Costa Nogueira.....	44
Imagem 8: Irmã Aldiza Monteiro Coelho.....	44
Imagem 9: Registro das primeiras irmãs vicentinas de Ipu.....	45
Imagem 10: Manifestação pela permanência das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula.....	47
Imagem 11: Correspondência entre Milton Carvalho e o Clero de Ipu.....	50
Imagem 12: Visita de Milton Carvalho à cidade de Ipu.....	51
Imagem 13: Artigo do jornal de título “Ipu em Jornal” de 1960.....	52
Imagem 14: Bênção da pedra fundamental.....	53
Imagem 15: Convite das Festividades de Inauguração Patronato Sousa Carvalho em 1951.....	54
Imagem 16: Programa do Convite das Festividades de Inauguração Patronato Sousa Carvalho em 1951.....	54
Imagem 17: Festividades de Inauguração do Patronato de Ipu.....	55
Imagem 18: Registro do livro de matrícula de 1959.....	57
Imagem 19: Orçamento municipal em 1958.....	58
Imagem 20: Relação de Escolas beneficiadas com bolsas de estudos.....	59
Imagem 21: Sede da Escola Normal Rural em 1942.....	68
Imagem 22: Edição do Jornal ruralista de 1944.....	70
Imagem 23: Trecho do Jornal Correio da semana 1949- publicidade escola normal rural de Ipu.....	71
Imagem 24: Registro fotográfico de alunas normalistas e do ensino primário em frente à Escola Normal Rural Manuel Marinho de Ipu.....	74
Imagem 25: Página do caderno de planos de aulas da normalista Maria Iracema (1969).....	81

Imagem 26: Página do caderno de planos de aulas da normalista Maria Iracema(1969)	83
Imagem 27: Localização do prédio do Patronato Sousa Carvalho em Ipu-Ceará	86
Imagem 28: Planta do Patronato Sousa Carvalho.....	87
Imagem 29: Galerias do Patronato Sousa Carvalho (2012).....	88
Imagem 30: Prédio do Patronato Sousa Carvalho em 1951.....	90
Imagem 31: Prédio do Patronato Sousa Carvalho, atualmente.....	91
Imagem 32: Capela do Patronato Sousa Carvalho.....	92
Imagem 33: Bloco destinado às salas da educação infantil e auditório.....	92
Imagem 34: Sala de Aula Patronato Sousa Carvalho em 1954.....	93
Imagem 35: Desfile Cívico.....	95
Imagem 36: Desfile Cívico.....	96
Imagem 37: Missa de Formatura Normalista do Curso Normal Rural em 1956.....	97
Imagem 38: Missa de Formatura Normalista do Curso Normal em 1969.....	97
Imagem 39: Baile de Formatura Normalista do Curso Normal em 1969.....	98
Imagem 40: Placas de Formatura.....	98
Imagem 41: Convite 25 anos.....	100
Imagem 42: Visita das Normalistas à Vila Santa Luisa de Marilac.....	102
Imagem 43: Artigo do IPU em Jornal – 1967.....	103
Imagem 44: Corredor principal do Patronato Sousa Carvalho.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Colaboradores participantes por período.....	20
Tabela 2: Instrução da população de Ipu acima de 05 anos em 1950.....	27
Tabela 3: Censo demográfico de 1950.....	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Instituições escolares da cidade de Ipu na primeira metade do século XX....	26
Quadro 2: Petição enviada ao Bispo Dom José Tupinambá da Frota.....	49
Quadro 3: Primeiros professores do primário.....	56
Quadro 4: Primeiros professores da Escola Normal Rural em funcionamento no Patronato.....	56
Quadro 5: Relação de professores de 1950 a 1970 por gênero.....	65
Quadro 6: Ata de fundação da escola.....	69
Quadro 7: Disciplinas do Curso Normal Rural – 1952.....	72
Quadro 8: Professores por disciplina da Escola Normal Rural de Ipu.....	72
Quadro 9: Alunas matriculadas no Curso Normal Rural do Patronato Sousa Carvalho entre os anos de 1952 e 1956	76
Quadro 10: Registro de matrículas de 1963 a 1985 no curso normal pedagógico.....	78
Quadro 11: Disciplinas do Curso Normal Pedagógico.....	79
Quadro 12: Disciplinas do Curso Normal Pedagógico a partir da legislação nº 5.692/71...	80

LISTA DE ABREVIACOES

CAPES	Cordenao de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPEX	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
e-MEC	Cadastro Nacional de Cursos
CNLRC	Comit Nacional de Liberdade de Religião ou Crença
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
INPE	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MEC	Ministério da Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação UFPI
REDU	Rede Social Educacional
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1	
UM PATRONATO PARA IPU.....	24
1.1 Contexto Histórico e Educacional de Ipu.....	24
1.2 Igreja e sociedade ipuense: entre a tradição e a modernidade.....	31
1.3 Uma Escola Vicentina em Ipu: Educar para evangelizar.....	40
CAPÍTULO 2	
DA ESCOLA NORMAL RURAL AO CURSO NORMAL PEDAGÓGICO.....	64
2.1 Mulheres e magistério: discursos e representações de gênero.....	64
2.2 Escola Normal Rural de Ipu: percurso histórico.....	68
2.3 A formação da professora primária no Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho..	79
CAPÍTULO 3	
CULTURA E MEMÓRIA ESCOLAR.....	88
3.1 Arquitetura escolar e os espaços de memória.....	88
3.2 Práticas escolares e a pedagogia vicentina.....	97
3.3 Disciplina e ordenamento numa escola confessional católica.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115
APÊNDICES.....	121
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	120

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo, intitulado “*Educação, Gênero e Religião: Um Estudo Sobre a Formação de Professoras no Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho em Ipu-Ceará (1951-1985)*”, está inserido na área de pesquisas em História da Educação, mais especificamente no campo de investigação das Instituições Escolares. Partindo do princípio de que a pesquisa nesta área nos amplia as possibilidades de examinar a escola sob diferentes pontos de vista, optamos por ter como objeto de análise o Curso Normal do Colégio Patronato Sousa Carvalho da cidade de Ipu-Ceará.

O Patronato Sousa Carvalho, lócus desta pesquisa, foi fundado em 23 de setembro de 1951. É uma associação privada, cujo nome fantasia passou a ser a partir de 1956, Ginásio Sagrado Coração de Jesus, e, atualmente, Centro Educacional Sagrado Coração de Jesus. Porém, o que prevaleceu como identidade da escola e na memória social foi “Patronato” ou “Colégio das Irmãs”.

Desta forma, optamos por um recorte investigativo que tem como temporalidade, o período de 1951 a 1985, marcando assim, para início de estudo da pesquisa, o ato de inauguração e funcionamento do Patronato, ocorrido em 1951, e como marco final, o ano que teve ingresso a primeira turma mista do Curso Normal ocorrido em 1985.

Com este intuito, realizou-se uma pesquisa com foco na cultura escolar, buscando, na história da instituição e na memória dos atores sociais ligados à escola, respostas para os questionamentos aqui feitos, os quais se tornam necessários pelo fato de a escola ter recebido, em suas dependências, um curso normal ruralista e um curso normal pedagógico, passando a ofertar para as jovens moças um projeto pedagógico conforme os preceitos da filosofia cristã católica.

A trajetória desta pesquisa começou muito antes da escrita do projeto de mestrado. Ela teve início na infância, com a curiosidade característica de uma criança. O prédio, a presença das freiras na missa dominical e as narrativas de alunas e ex-alunas nos acompanharam por muitos anos. Ao ingressar na universidade, no curso de licenciatura em história, o interesse pela pesquisa foi despertado e no ínterim das investigações sobre a atuação da Igreja Católica na Cidade de Ipu, encontramos fontes referentes a origem de escolas e de forma específica fontes que ligavam a Igreja a fundação de uma escola confessional. A instituição representava um espaço educativo importante para a cidade, de lá, saiam pessoas preparadas intelectualmente para assumir posições de destaque na sociedade cearense e, especialmente, em Ipu. A relevância social e o fato de a instituição contribuir

para a formação da base do professorado local permitiram que a ideia de escolarização continuada se consolidasse. Sendo uma instituição educativa, essa seria um local permeado de representações e tradições que aguçaram a nossa curiosidade científica no que diz respeito ao aprofundamento da pesquisa, levando em conta as origens da escolarização religiosa, a prática de ensinar e a formação estudantil que foi sendo desenvolvido de geração à geração. Ao avançar nos estudos e ingressar no curso de mestrado pela Universidade Federal do Piauí e de posse de um conjunto de fontes, tornamos o Curso Normal da Escola Patronato Sousa Carvalho, o nosso objeto de estudo da prente pesquisa desenvolvida.

Com a finalidade de um aprofundamento na análise das fontes, bem como o reconhecimento da relevância da instituição para a cidade, deu-se prosseguimento aos estudos, buscando compreender o pensamento pedagógico e religioso que nortearam a formação de mulheres no Curso Normal a partir da cultura escolar da referida instituição de ensino.

Para tanto, foi iniciado um percurso pela história da educação ipuense e das mulheres na perspectiva de compreender uma escola de caráter privado e confessional católico que formou em seu Curso Normal, a base de um professorado para a cidade e região sob sua influência. Dessa forma, acredita-se que:

[...] Historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os compromissos sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, as representações e os projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto (Magalhães, 2004, p. 58).

Dessa forma, faz-se necessário enfatizar, que, diante de tantos aspectos a serem pesquisados, optou-se por um objeto de pesquisa principal que é: compreender a formação de professoras primárias no Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho, visto que, o curso pedagógico foi a principal modalidade de ensino, ofertada pela instituição ao longo de cinco décadas. Para além desse objetivo de estudo, nos propusemos num primeiro momento da pesquisa, que foi: apresentar a história dos anos iniciais desta instituição, que teve sua instalação na cidade de Ipu no ano de 1951. As presenças dessas informações tornaram-se importantes para o andamento da pesquisa à medida que se compreende a partir de sua inauguração, a escola traz em sua pedagogia, ideais de uma educação evangelizadora, estabelecendo uma relação sociocultural da escola com a cidade, as práticas pedagógicas e a influência religiosa no cotidiano escolar. O Curso Normal do Patronato além de contribuir para a expansão da rede de ensino da cidade de Ipu, aprofundou sobremaneira, a promoção dos valores cristãos.

Dessa forma, as questões referentes ao objeto de pesquisa apresentam a perspectiva investigativa sobre a história das instituições escolares, considerando a escola como um organismo incluyente, que está em constante conexão com a sociedade e seus valores culturais construídos ao longo da história. Parte-se, assim, da concepção de uma reconstrução histórica para compreender a dialética existente entre o público e o privado, o micro e o macro, uma vez que:

Enquanto objeto historiográfico [...], a relação entre cada instituição educativa e sua comunidade não esgota a problemática da descoberta de um sentido na evolução histórica, que envolve simultaneamente uma hermenêutica de aprofundamento e descoberta da internalidade institucional, por meio da dialética entre materialidade, representação, apropriação [...] (Magalhães, 2004, p. 134).

Em face de compreender a organicidade da instituição de ensino foram analisados os aspectos dominantes na proposta de ensino da escola, lançando um olhar investigativo sobre a cultura escolar na busca de respostas para as seguintes indagações: Como se deu o processo de articulações para a criação da primeira instituição educacional católica de Ipu? Quais foram os interesses que levaram a transferência da Escola Normal Rural para as dependências do Patronato Sousa Carvalho em 1951? Qual a proposta educacional do Colégio Patronato Sousa Carvalho aplicada à formação de professoras primárias? Como se constituiu a cultura escolar daquela instituição?

Ao iniciar a investigação nos arquivos do Patronato Sousa Carvalho foram identificados documentos referentes a uma antiga escola de formação de professoras ruralistas, levando ao conhecimento de que o Curso Normal do Patronato não seria pioneiro na formação de professores na cidade. A Escola Rural Manoel Marinho funcionou entre os anos de 1942 e 1951, em prédio alugado na Rua D. Maria Corrêa, no Quadro da Igrejinha, quando da sua transferência para novas instalações, na escola recém-inaugurada, onde encerrou seu funcionamento em 1957. Diante dessas informações, tornou-se necessário compreender como se deu essa transferência e as mudanças decorrentes da formação das jovens moças em uma escola confessional católica.

Entende-se a importância de analisar o cenário histórico em níveis locais, regionais e nacionais no que tange às questões sobre as mudanças no campo educacional e posicionamento da Igreja Católica perante essas mudanças, bem como compreender o projeto de modernização que se dava na cidade ao longo das décadas de 1940 a 1950, viabilizando a fundação de uma escola confessional católica. Para essa análise do contexto histórico da época em questão, as fontes documentais e a historiografia permitiram a compreensão da

institucionalização da educação em Ipu e da influência da Igreja Católica na oferta de um ensino voltado para a formação para o magistério.

A escolha por pesquisar gênero se deu pelo fato de o projeto de educação da Igreja Católica dirigir-se de maneira especial à mulher, sendo importante compreender o processo de profissionalização feminina, de maneira específica na carreira como professora, visto que em algum momento foi internalizado à mulher a aceitação natural do papel de mãe e esposa, no cumprimento de cuidar de um lar cristão ou na missão de evangelizar por meio da prática do magistério (Almeida, 1998).

Diante do contexto nacional e analisando de forma específica a atuação da Igreja Católica na cidade de Ipu entre o final das décadas de 1940 e início de 1950, percebe-se que o espírito de restauração do poder eclesiástico expandia-se pelo interior brasileiro e se evidenciava nos trabalhos dos agentes pastorais e dos padres que estiveram à frente da paróquia. Com um discurso característico da época, a instituição eclesiástica via a sociedade abalada pela difusão de doutrinas subversivas e valores distorcidos, sendo necessário preservarem por meio da educação, os ideais da sociedade cristã (Paróquia São Sebastião, 1948).

Com uma visão política e uma formação conservadora, a cidade foi envolvida em um plano de desenvolvimento estrutural, mas, com a manutenção da ordem e dos valores morais. Segundo Farias (2018) nos primeiros anos da república, modernidade e moralidade incompatíveis em outros lugares, se mostraram em Ipu como faces da mesma moeda, visto que, os clérigos da cidade tinham relação direta com os promovedores do progresso e da política local. A relação entre a Igreja Católica local e o valor atribuído à cultura patriarcal das famílias tradicionais da cidade, garantiram à Paróquia, a concretização do projeto de remodelamento urbano e a fundação da primeira escola confessional da cidade de Ipu.

As escolas católicas que atuavam no ensino voltado para a preparação do magistério e da mulher eram administradas de forma indireta pelas paróquias e diretamente por Congregação Religiosa responsável. A educação do indivíduo estava subordinada aos fins sociais e morais. Sendo assim, não se pode separar a instituição escolar do contexto social, pois estas estão inseridas no contexto da formação de valores culturais e históricos. Como afirma Magalhães (2004, p. 122), “[...] a influência educativa vai para além dos seus muros e defere-se no tempo, seja pelas transformações de caráter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e dos grupos”. Dentro dessa perspectiva, a escola se coloca como um espaço onde se materializam os discursos de uma *mulher modelo*. A instituição que se apresenta como a representação do progresso, é, ao mesmo tempo, a que

permite a manutenção dos valores conservadores.

A aproximação do projeto educacional da Igreja Católica em Ipu com os segmentos elitizados da cidade tornou-se possível por causa de ideias, objetivos e interesses em comum com ênfase dada à educação como instrumento restaurador dos bons costumes. A mulher, tida como o coração da família, representava a porta de entrada dos ensinamentos cristãos e da manutenção da ordem vigente.

Com base nessas ideias que se propagavam pelo Brasil e em Ipu, tem-se no projeto dos párocos Monsenhor Gonçalo Lima e Monsenhor Francisco Ferreira de Moraes uma ênfase maior à educação ipuense como forma de legitimar o catolicismo e ampliar a oferta de ensino. Portanto, observando esse passado próximo, se percebe a necessidade cada vez maior de estudos no campo educacional que possam elucidar como a escolarização brasileira se expandiu no interior em meio a uma crise de paradigmas na Igreja Católica, provocada pelas intervenções do Estado nas políticas educacionais a partir de 1930. Dessa forma, partindo da ideia de que o Patronato Sousa Carvalho foi fundamental para a formação de professores por cinco décadas e primordialmente da inserção da mulher ipuense no magistério é que se trabalha para que esta pesquisa contribua para preservar a história desta instituição de ensino.

Para melhor compreender as categorias de análise desta pesquisa, buscou-se, nas fontes históricas, o levantamento e a seleção de informações que contribuíssem para a construção de uma narrativa da instituição e mulheres por ela formada, visto que:

Fonte histórica é tudo aquilo que pode ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferências, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente (Barros, 2019, p. 10).

As fontes constituem a principal ferramenta do trabalho do pesquisador. São elas que viabilizam ou não, um trabalho científico que proporcionará a construção de uma pesquisa. Os documentos escritos e os artefatos históricos também estão eivados de sentidos e memórias, sendo fundamental para a produção do conhecimento histórico, a coleta de dados e a análise do processo de construção da memória. A cultura material é valorizada pela nova historiografia educativa como uma fonte essencial para o conhecimento do passado da escola em suas dimensões práticas e discursivas (Frago; Escolano, 2018).

A forma de rememoração do passado por meio de narrativas históricas permitem evidenciar aspectos que estão “guardados” na memória dos documentos e dos depoimentos. O aporte teórico da História Cultural embasou a reflexão, compreensão e explicação dos

contextos históricos do Patronato Sousa Carvalho. De acordo com Pesavento (2004, p. 16), “[...] o olhar de Clio mudou e voltou-se para outras questões e problemas para outros campos e temas”. Nessa conjuntura, os objetos da história da educação, contemplaram, também, estudos e temáticas difundidos pela História Cultural que permitiu compreender como a realidade foi representada, interpretada e apropriada de acordo com os diferentes espaços ocupados pelos agentes envolvidos. Portanto, o alargamento de fontes para a narrativa da História, ocasionado pela *Nova História*, possibilitou a inserção de temáticas que antes eram relegadas à margem do interesse dos historiadores e permitiu outras extensões para o conhecimento dos sujeitos, suas práticas e seu cotidiano. Com novas possibilidades de pesquisas, também vieram novas fontes históricas. Essa variedade de fontes exigiu novos métodos e novas abordagens (Burke, 1992). Nessa perspectiva, as pesquisas no campo da História da Educação se valem da cultura material produzida por uma instituição escolar para responder perguntas do seu passado.

A pesquisa foi iniciada durante o período pandêmico, o que gerou, a princípio, dificuldade no acesso aos arquivos públicos, assim como a realização de entrevistas. Essa situação atípica nos levou à busca por bancos de dados virtuais que foram de grande ajuda. Após a abertura dos espaços públicos e da instituição escolar Patronato Sousa Carvalho, foi possível encontrar um grande acervo material.

Para reconstruir esse passado, pesquisa buscou-se nesta pesquisa, através de fontes documentais, formar uma base de informação, necessárias à consecução do trabalho. Foram utilizadas dentre outros, os manuscritos preservados nos **Arquivos Eclesiástico da Paróquia São Sebastião de Ipu-CE** (Paróquia São Sebastião, 1948) que trazem em seus registros, a dinâmica de trabalho da paróquia para a obtenção da da escola; cartas enviadas pelos Padres Gonçalo Lima e Monsenhor Moraes ao Bispo Diocesano D. José Tupinambá da Frota, que trazem o discurso dos clérigos com relação à cidade e à juventude local; **documentos oficiais do Colégio Patronato Sousa Carvalho** (Ata de fundação, livros de matrículas, relatórios anuais, Registros de Diplomas do Curso Normal Rural, Registro de Diplomas do Curso Normal Pedagógico e Atas de resultados); **arquivos pessoais** (boletins, cadernos, diários e manuais); **iconografias** (registros fotográficos das estudantes, freiras e docentes da instituição, assim como a planta e a gravura da arquitetura do prédio escolar); **imprensa local e da região** (Ipu em Jornal e Correio da Semana) com informações sobre a cidade durante o período da década de 50, e, por fim, a **legislação educacional**.

Considerando que a força da memória é sempre reforçada pela manutenção da identidade de um grupo e de tudo que ele produz, Halbwachs (2006) diz que a memória é

resultado de um processo coletivo, no qual o indivíduo que pertence a um grupo compartilha experiências vividas no sentido de reconstituir os fragmentos do passado, fazendo com que, a partir dessa perspectiva, chegue-se à formulação de um conhecimento histórico. Nenhuma memória, portanto, pode ser rememorada sem estar relacionada à sociedade e ao grupo que faz parte. Na visão do autor:

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos. 'E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 2006, p. 26).

Desse modo, as lembranças produzidas pelos atores sociais que compõem uma instituição educacional estão relacionadas ao meio social em que foram geradas, as suas variáveis no tempo e no espaço e ao frequente convívio com os grupos, objetos e lugares.

As ex-normalistas constituíram suas memórias de escola por meio das vivências com seus pares, com os espaços e com a hierarquia de poder da escola. A organicidade da escola encontra-se presente nos documentos escritos e nas experiências de ex-professores e funcionários, além das ex-normalistas. A memória mais diretamente ligada à oralidade a qual se reporta neste estudo tem algumas especificidades diante da memória tomada em sentido amplo. A oral pode ser interpretada como aquela história viva e cheia de sentidos, que, mesmo sendo tomada de forma individualizada, gera um panorama sociocultural da instituição estudada.

Dessa forma, após aprovação no comitê de ética e conforme Parecer 5.492.865, foram iniciadas as entrevistas com remanescentes do período analisado. A história oral surgiu, assim, como uma forma de resgatar um pouco o que foi vivido pelas alunas normalistas, transformando seus depoimentos em documentos capazes de desmistificar ideias pré-estabelecidas pela pesquisadora, visto que, como diz Paul Thompson (1992, p. 196):

Por meio da história oral, torna-se possível reconstruir o passado vivenciado pelos educadores, não na forma intacta, nos mesmos moldes, mas repensado, reformulado e reinterpretado por estes. Outra peculiaridade da história oral é a capacidade de dar voz a sujeitos silenciados pelo tempo, desmistificar “verdades absolutas”, lançar luz a questões obscuras ou superficialmente explicadas.

Ressaltando o valor da história oral para a pesquisa em História, foram selecionados os entrevistados desta pesquisa, dividindo-os em segmentos relacionados entre si.

Tabela 1: Colaboradores participantes por período

Colaboradores	Quantidade	Década de	Década de	Década de	Década de
		50	60	70	80
Ex-alunas (normalistas)	6	1	1	2	2
Professores	2		1	1	
Freiras	1			1	
Funcionários	1			1	
Moradores locais	2	1			1
Total de participantes	12				

Fonte: Elaboração própria.

O critério de seleção dos entrevistados se deu considerando a relação direta destes com a instituição durante o período analisado na pesquisa. As entrevistas ocorreram em sua maioria, com as ex-normalistas, sendo uma delas, remanescente da última turma da antiga Escola Normal Rural. Buscando compreender as ações da escola do ponto de vista dessas mulheres, estabeleceu-se a escolha de entrevistadas que contemplassem as décadas de 1951 a 1985, ou seja, o período do recorte investigativo. Dessa forma, seria possível obter dados que corroborassem para o entendimento das mudanças decorrentes no curso de formação de professoras primárias e, conseqüentemente, suas contribuições nos progressos da educação ipuense.

Pelo avançar da idade e por motivos de saúde algumas ex-estudantes das primeiras turmas não puderam contribuir com esta pesquisa. Diante disso, se conseguiu um único depoimento de uma ex-aluna do Curso Normal Rural do período de 1951, que possibilitou colher informações sobre o processo de transição da Escola Normal Rural para a sede no Patronato Sousa Carvalho e o processo de mudanças decorrentes de uma nova realidade em uma escola confessional. Durante o percurso da pesquisa, os entrevistados e entrevistadas foram sendo localizadas por meio de indicações de pessoas ligadas à escola, pesquisas em blogs e comunidades virtuais de ex-alunas, assim como visitas à província de Fortaleza para colher depoimentos de freiras pertencentes à Companhia de São Vicente.

Dessa forma, percebendo a relevância da análise de fontes orais para compreensão do objeto de estudo, foram realizadas as entrevistas de forma presencial. Contudo, os primeiros contatos ocorreram em ambiente virtual, com auxílio de tecnologias, recorrendo às redes sociais (*WhatsApp, Facebook e Instagram*), de acordo com as normas estabelecidas pela Carta Circular nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS, que propõem uma orientação ética para o ambiente virtual. Os participantes e as participantes tiveram seus relatos registrados mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre (TCLE).

As entrevistas tiveram sua duração estipulada, considerando de tratar-se de participantes com pouca mobilidade e idade avançada. Portanto, a duração foi de uma hora (no máximo uma hora e meia). Com roteiro de entrevista organizado de forma individual e por segmento, se tornou menos cansativo o momento de coleta de dados por parte dos participantes. Houve o compromisso de manter o sigilo e identidade anônima ou não, segundo a escolha do entrevistado como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. Para isso, foram usados nomes fictícios para identificar os entrevistados. As fontes consultadas ajudaram a esclarecer questionamentos, levando à compreensão de que a História da Educação está eivada de sentidos e complexidades a serem desvendadas e que a Igreja Católica como instituição, precisa ser analisada em todos os seus desdobramentos históricos.

Considerando-se os objetivos desta pesquisa, o texto foi desenvolvido em três capítulos para além das considerações iniciais. No primeiro capítulo, procuramos apresentar a cidade, o contexto educacional brasileiro na perspectiva local, refletindo sobre a atuação da Igreja Católica em Ipu e os desdobramentos políticos e religiosos no projeto de fundação da primeira instituição confessional católica de Ipu. Assim, foi possível conhecer a historicidade e a importância da Instituição para a sociedade ipuense.

No segundo capítulo, foram analisados o percurso histórico da formação de professoras em Ipu, partindo do estudo sobre Curso Normal Rural e Curso Pedagógico. Nesse intuito, se encaminha a discussão para compreender os aspectos relacionados ao gênero feminino e sua relação com o magistério, esperando contribuir para a escrita da história da educação cearense.

No terceiro capítulo, se evidenciam datas, fatos e sujeitos a partir da cultura escolar da instituição, investigando especificamente as ações empreendidas pelo Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho. Nessa perspectiva, foram observadas algumas ações disciplinares empregadas diante das resistências e transgressões das normalistas registradas nas fontes

analisadas. Procura-se descrever e analisar as práticas pedagógicas empregadas pela escola Patronato, especificamente as ações aplicadas no Curso Normal Rural e Curso Normal Pedagógico. Para tanto, são caracterizadas e problematizadas as ações de clubes e grêmios, atividades cívicas e morais, atividades de saúde, atividades físicas, trabalhos desenvolvidos na comunidade por meio do relato das normalistas e dos cadernos e as práticas pedagógicas no ensino das disciplinas escolares.

Dessa forma, este estudo, procura contribuir com a temática abordada a partir do nosso aprofundamento teórico e empírico da pesquisa educação cearense, visto que, ao apresentar a instituição pesquisada por meio do seu Curso Normal, são analisadas as perspectivas de escolarização da população ipuense e sua relação com o projeto de educação da Igreja Católica em Ipu-Ceará.

CAPÍTULO 1: UM PATRONATO PARA IPU

Neste capítulo, se discute a fundação da primeira escola confessional de Ipu, assim como a expansão na oferta de vagas para a formação para o magistério. Para melhor compreensão, o capítulo está dividido em quatro subitens. No primeiro tópico, se apresenta a cidade de Ipu e o cenário educacional da primeira metade do século XX.

No segundo tópico, se destaca a presença da Igreja Católica na cidade, especialmente as ações dos agentes pastorais no âmbito da educação ipuense. A necessidade de analisar a atuação dos párocos ocorre mediante o fato de as alianças com a elite local terem sido responsáveis por contribuir para a fundação de importantes escolas na cidade.

No terceiro tópico, se apresenta a Congregação de São Vicente de Paula e Luisa de Marillac, dando ênfase à atuação das irmãs vicentinas na administração da Escola Patronato Sousa Carvalho, assim como nas ações assistencialistas que ocorreram por mais 60 anos na cidade de Ipu.

No quarto e último tópico do capítulo, se aborda o projeto de consolidação do Patronato de Ipu, analisando a relevância da instalação da escola para a ampliação da oferta do ensino secundário na profissionalização de mulheres para o magistério, assim como sua relação com a formação de valores cristãs.

1.1 Contexto Histórico e Educacional de Ipu¹

A cidade de Ipu é um município brasileiro composto de uma área de 626.049 km², situado na região noroeste do estado do Ceará, estando a 302 km² da Capital Fortaleza, segundo dados do IBGE (2020). O município conta com uma população de aproximadamente 41.081 habitantes. Tem uma densidade demográfica de 65,62 hab/km². Possui um IDHM 0,618, com um PIB per capita de R\$ 12.333,79 por ano. A sua subdivisão político-administrativa se dá com 5 distritos: Abílio Martins, Flores, Ingazeira, Recanto e Várzea do Jiló. Na educação, possuía, até 2022, data do último censo, uma taxa de escolarização de 97,3%, com cerca de 7.331 estudantes matriculados na Educação Básica, e em torno de 456 docentes divididos em 44 instituições de ensino. Com um clima tropical

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama da cidade de Ipu**. n.d. (On-line). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ipu/panorama>. Acesso em: 03. 2024.

subúmido, a cidade faz parte da serra da Ibiapaba², possuindo parte do seu território em área sertaneja e fazendo limite com a cidades de Pires Ferreira, Reriutaba, Guaraciaba do Norte, Ipueriras, Croatá e Hidrolândia.

Imagem 1: limites geográficos de Ipu



Fonte: IPECE (n.d.).

Segundo Mello (1985) e Silva (2005), o nome Ipu teria sua origem no Tupi-Guarani, fazendo uma alusão ao seu maior cartão postal, sendo o I (água) e onomatopaico PU (Queda).

² A Serra da Ibiapaba, também conhecida como Serra Grande, é uma região de montanha entre os estados do Piauí e Ceará. Compreendendo uma área de 5.071,142 km² é formada por 9 municípios, entre eles, Ipu.

A Cachoeira da Bica, ou Bica de Ipu, precipita-se de 135 metros das alturas da serra da Ibiapaba. Apresentando-se como uma importante atração turística da região, é citada até em grandes obras literárias, como no livro *Iracema* de José de Alencar.

Hoje, a Bica de Ipu ocupa uma área de proteção ambiental de 3.484,66 hectares. Nessa, existem sete comunidades que sobrevivem diretamente do uso de seus recursos naturais, basicamente por meio da agricultura de subsistência. Essas comunidades são: São Paulo, São João, Mato Grosso, Várzea do Giló, Santo Antônio, Guarita e Gameleira. A cachoeira representa a fonte de vida da cidade por seu potencial turístico, econômico e histórico.³

Imagem 2: Vista Panorâmica da Bica de Ipu



Fonte: Crédito: Reprodução/A Voz de Santa Quitéria,2021

A história de Ipu remonta ao Século XVIII e está ligada ao processo de ocupação indígena na Serra da Ibiapaba. Teria sido Ipu povoada por índios de origem Tabajara e subordinada, por muitos anos, à Vila de Campo Grande, atualmente, Cidade de Guaraciaba do Norte (Lira, 2005).

Em 1840/1841, a Vila Nova do Ipu Grande foi transformada em sede da Vila e, em 1885, a Vila foi elevada à categoria de cidade. Com a instalação da Estrada de Ferro de Sobral, em 1894, a cidade passou a crescer, urbanizar-se e prosperar. Sua economia, naquela

³ SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Relatório da Semace**. Fortaleza: Semace, 2010. Disponível em: <https://www.semace.ce.gov.br/2010/12/08/area-de-protecao-ambiental-da-bica-do-ipu/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

época baseada no comércio, principalmente do algodão, teve grande crescimento por causa da ferrovia, que facilitou o transporte de produtos, aumentando o intercâmbio comercial com outras regiões. Com o crescimento do comércio, a cidade também cresceu significativamente.

Em 1894, com a instalação da estrada de ferro, a cidade de Ipu iniciou seu processo de mudanças e remodelamento urbano. Segundo Farias Filho (2018, p. 62), a chegada da ferrovia trouxe à cidade ares de progresso e modernidade:

Finalmente, o trem, ponto alto da técnica e da ciência moderna, funcionou ou foi percebido como artefato capaz de trazer o progresso e a civilização à localidade. A ferrovia, como grande símbolo identificado às sociedades avançadas e sua associação às transformações que vivia a cidade, garantia uma materialidade que permitia a emergência de um discurso da mudança e a construção de uma representação que caracteriza a cidade como o espaço da mudança.

O movimento de desenvolvimento ocorrido após a instalação da ferrovia levou, de certa forma, as autoridades locais a pensarem uma nova estrutura social e espacial para a cidade. Embasada em um discurso de modernidade e progresso, foram executadas obras e realizadas diversas intervenções urbanas, com o surgimento de novos prédios, associações e novos espaços de sociabilidade.

A ferrovia passa a ter papel de destaque para o crescimento econômico da então pequena Ipu. O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX representam, para esta cidade, um momento de crescimento sem precedentes. Embora já se verifique que ele tenha sido contínuo, embora com avanços e recuos, desde pelo menos meados do século XIX, quando a região teria passado por um primeiro surto de produção de algodão e dinamizado outros setores, como o açucareiro, é somente após a chegada da ferrovia, em 1894, que se pode verificar um crescimento econômico mais acentuado (Idem, 2018, p.50-51)

A cidade que crescia economicamente, necessitava cada vez mais do desenvolvimento de outras estruturas sociais. Entre elas, a instrução da população, pois, manter uma população na obscuridade não condizia com a luz do progresso.

Até a primeira metade do século XX, a cidade contava com poucas instituições educacionais. Os registros de Mello (1985) indicam a existência, em sua maioria, de escolas fundadas por iniciativas privadas, isto é, instituições de ensino particulares. Com o funcionamento em residências e com o objetivo principal de atender os filhos da elite local. No Quadro 01, podem ser observadas algumas instituições que funcionaram em Ipu na primeira metade do Século XX. Essas escolas teriam sido a base de formação educacional da

elite urbana de Ipu.

Quadro 1: Instituições escolares da cidade de Ipu na primeira metade do século XX

ESCOLA	ANO DE ORIGEM	MODALIDADE	FINANCIAMENTO
Casa D'Aula	1791	Ens. Primário	Privado
Escola reunidas	1923	Ens. primário Ens. Elementar	Público
Colégio 07 de setembro	1901	Ens. Elementar	Privado
Externato São Luís	1923	Primário, elementar e secundário	Privado
Escola São Gerardo	1934	Primário	Privado
Escola Milton Carvalho	1940	Primário	Privado/público

Fonte: Adaptado de Mello (1985).

Com o advento das mudanças decorrentes do processo de modernização da cidade, tem-se um ainda tímido, mas importante crescimento urbano. Ao final da década de 1940, a cidade contava com 37.242 habitantes, com 19.400 vivendo em espaço urbano e 17.842 em ambiente rural (IBGE,1950). Esse cenário contribuiu para o desenvolvimento de uma economia baseada na prestação de serviços e no comércio. Em meados da década de 1950, período no qual foi analisado o objeto deste estudo, a cidade tornaria seu aspecto urbano mais consolidado.

Paralelo a esse crescimento da cidade, as instituições e os serviços educacionais ainda necessitavam de investimentos de infraestrutura e de profissionais do magistério. Apesar de a educação ter merecido destaque após a instalação da república e existirem mais debates nacionais em torno de políticas educacionais e ampliação da rede de ensino, o que se percebeu nas cidades do interior do Brasil foi uma dificuldade de alcance dessas ações. De acordo com Aranha (2006), de 1936 a 1951, o número de escolas primárias dobrou e o de escolas secundárias quadruplicou, concentrando-se principalmente nos grandes centros urbanos. Porém, a educação não era tratada como prioridade em boa parte dos municípios brasileiros. Em Ipu, não teria sido diferente, como mostram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950, presente na Tabela 2.

Tabela 2: Instrução da população de Ipu acima de 05 anos em 1950

DADOS DO CENSO DO IBGE DE 1950 – CIDADE DE IPU						
INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO -ACIMA DE 5 ANOS						
TODAS AS IDADES			SABEM LER E ESCREVER		NÃO SABEM LER E ESCREVER	
TOTAL	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
37.242	18.167	19.075	2.911	2.738	11.850	12.876

Fonte: IBGE (1950).

A tabela 2 nos mostra que em Ipu, não diferente do que ocorria em outras cidades, as mulheres ainda eram o público com menos acesso a escolaridade, assim como o acesso a educação estava restrito à poucos. Esse processo ainda se estenderia por algumas décadas.

No contexto de 1950, ano de inauguração do Colégio Patronato Sousa Carvalho, Ipu contava, nos seus distritos, com pequenas escolas em fazendas, com professores leigos em sua maioria. Na sede, havia um Grupo Escolar, uma Escola Normal Rural (particular) e algumas escolas particulares (Mello, 1985). Essa realidade trazida pela historiografia local é reforçada pelos altos índices de analfabetismo. No Quadro 02, constata-se que 81,40% da população acima de 5 anos não sabia ler e escrever.

Na Tabela 3, observa-se o grau de instrução da população de Ipu por nível de escolaridade.

Tabela 3: Censo demográfico de 1950

DADOS DO CENSO DO IBGE DE 1950 – CIDADE DE IPU								
INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO -ACIMA DE 10 ANOS COM GRAU COMPLETO								
TOTAL DAS IDADES			GRAU ELEMENTAR		GRAU MÉDIO		GRAU SUPERIOR	
TOTAL	H	M	H	M	H	M	H	M
1.011	519	492	483	478	25	14	11	0

Fonte: IBGE (1950)

Como visto no censo de 1950, ao passo que se evoluía no nível de ensino, a realidade de escolarização também mudava. O processo de escolarização da mulher ipuense concentrava-se no ensino primário, visto que no período de 1950 a cidade só contava com uma escola de ensino secundário e que ainda se restringia ao acesso de uma pequena parcela

da sociedade. O ensino superior era uma realidade distante. Os homens de famílias da elite ipuense deslocavam-se da cidade para cumprir seus cursos em outras regiões. Estando entre os principais destinos: Fortaleza, Pernambuco e Rio de Janeiro. Já a mocidade feminina encontraria no Curso Normal o espaço necessário para dar seguimento aos seus estudos e conquistar seu espaço profissional.

A instrução pública deficitária e o número insuficiente de professores, contrastava com o crescimento da cidade e de sua população. A deficiência na expansão da rede de ensino não era uma realidade somente da cidade de Ipu, mas o que se percebe é que durante o transcorrer dos primeiros anos da república, o interior brasileiro ainda vivia o dilema entre o novo e o velho.

A Inspetoria Geral de Instrução Pública, que tinha como objetivo a inspeção do ensino primário do Estado e da execução das deliberações do Governo para o ensino, foi criada por meio do decreto 1.375 de 15 de setembro de 1916, e somente em dezembro de 1945 criou-se a Secretaria de Educação e Saúde do Estado do Ceará (Caminha, 1999). A secretaria teve a seguinte constituição: Gabinete do Secretário, Secção do Expediente, Secção de Contabilidade, Secção de Estatística Educacional, Secção Técnica, Secção de Comunicação, Turma de Pessoal, Delegacias Regionais do Ensino, Inspetorias do Ensino Normal Comum, Inspetorias do Ensino Normal Rural, Assistência Dentária Escolar, Escola Normal Rural de Juazeiro, Cursos Técnicos Profissionais Femininos, Portaria, Biblioteca e Almojarifado. Em 1948, tem-se a criação do Conselho Estadual de Educação. Esse processo de estruturação da rede de ensino no Ceará e dos órgãos de controle e organização se prolongou pela segunda metade do século XX, fazendo com que, no interior, o acesso à educação se restringisse a uma minoria.

Segundo Mello (1985), o Departamento Municipal de Educação em Ipu teria surgido somente por meio da lei nº 222 de 30 de agosto de 1967, na administração do prefeito Dr. Francisco Rocha Aguiar. Esse gestor, por sua vez, ficaria conhecido por realizar a ampliação da rede escolar de Ipu.

Dessa forma, se percebe que a cidade chegou à segunda metade do século XX refletindo o cenário educacional que se concretizava pelo interior brasileiro. Pode-se compreender, adiante, como os ditos agentes do progresso em articulação com a Igreja Católica local se movimentaram para implementar mudanças no cenário educacional ipuense, que levaria ao surgimento do Patronato Sousa Carvalho, escola essa que, por meio do seu Curso Normal, teria sido responsável pela formação de professoras que contribuiriam nessa expansão da rede de ensino.

1.2 Igreja católica e sociedade ipuense: entre a tradição e a modernidade

O estudo da sociedade brasileira permite constatar em seus vários níveis, a presença do catolicismo. Historicamente, a influência da Igreja Católica foi marcante desde sua implantação com o regime de padroado até o momento de consolidação da república. O início da República no Brasil ficou marcado por muitas transformações na sociedade. Esse cenário de mudanças foi responsável por uma redefinição de papéis no que se refere à atuação da Igreja e do Estado. Diante dessas mudanças, o fortalecimento da Instituição Católica se tornou uma realidade ao promover uma presença marcante em diversos espaços sociais. Dessa forma, o clero buscou meios de divulgação da religião e de aproximação com os fiéis, por meio da ampliação da sua área de atuação no aumento de dioceses, fundação de escolas confessionais e no restabelecimento da moral cristã.

Considerando o contexto nacional e analisando, de forma específica, a atuação da Igreja Católica na cidade de Ipu, se percebe que o espírito de restauração do poder eclesiástico se expandiu pelo interior brasileiro e se evidenciou nos trabalhos dos agentes pastorais e dos padres que estiveram à frente da paróquia. Com um discurso característico da época, a instituição eclesiástica via a sociedade abalada pela difusão de doutrinas subversivas e valores distorcidos, sendo necessário preservar, por meio da educação, os ideais cristãos (Paróquia São Sebastião, Livro 02, 1948, p.84).

A história do Patronato Sousa Carvalho está intimamente ligada à ação pastoral dos párocos Monsenhor Gonçalo de Oliveira Lima, que esteve à frente da paróquia por 31 anos, e Monsenhor Francisco Ferreira de Moraes, que desempenhou suas funções em Ipu por 50 anos.

Imagem 3: Monsenhor Gonçalo de Oliveira Lima



Fonte: Arquivo pessoal Francisco de Assis Mello (1970)

Monsenhor Gonçalo Lima, nasceu em Ipu, a 10 de janeiro de 1884, sendo filho de Joaquim de Oliveira Lima e Joana Gonçalves de Lima, sendo matriculado aos 14 anos no seminário da Prainha e ordenado sacerdote em 30 de novembro de 1906. Celebrou a primeira missa na Matriz de Ipu, sua terra natal, a 08 de dezembro de 1906 mas vindo a se tornar o pároco de Ipu somente em 19 de abril de 1916, onde exerceu seu apostolado durante trinta anos (Lira, 2005).

Foi o 4º vigário, e no período em que esteve à frente da paróquia de Ipu, realizou grandes reformas em Igrejas. Consolidou as festas em louvor a São Sebastião, dando-lhes uma conotação altamente religiosa e espiritual. As novenas recebiam um grande fluxo de cristãos e tinham grande participação de associações religiosas na sua organização. Firme em seus propósitos religiosos e conhecido por sua obediência às normas da Igreja Católica, Monsenhor Gonçalo Lima foi considerado pela sua Diocese como um Padre digno e respeitado, sendo chamado de “Flor do Clero” pelo então Bispo Diocesano D. José Tupinambá da Frota (Mello, 1985).

Foi o criador e incentivador da fundação do Patronato. Desde o início do seu trabalho

pastoral, almejava para Ipu uma escola de grande porte. Trabalhou junto ao seu sucessor no processo de obtenção da escola, com articulações entre as famílias tradicionais da Cidade, assim como no envio de correspondência aos irmãos Carvalhos, que se tornariam os filantropos da escola. Fez a bênção juntamente com outros sacerdotes da Pedra Fundamental da Nova Igreja Matriz e do Patronato Sousa Carvalho, com a Capela de Nossa Senhora das Graças.

O sacerdote faleceu no dia 11 de outubro de 1955, tendo deixado na obra do Patronato seu grande legado. Monsenhor Gonçalo se encontra sepultado na Sacristia de Igrejinha de Nossa Senhora do Desterro.

No fim do seu paroquiado, na década de 1940, a Igreja Católica enfrentava o crescimento das ideias socialistas, iniciando uma campanha anticomunista que se espalhou por todo o Estado do Ceará. Segundo Farias (1997, p. 226), “[...] o grande palco da luta ideológica entre a Igreja e o Comunismo foi, sem dúvidas, o interior do Estado, onde a primeira mantinha seu domínio secular sobre as populações rurais”.

Esse contexto estadual se evidencia na imprensa da região, onde o Jornal Católico “Correio da Semana” intitulava, nos seus folhetins diários, ataques e discursos duros ao Comunismo. No caderno 04, de 1948, p. 3, a notícia se intitulava “*A democracia comunista é sinônimo de ditadura do proletariado*”. O jornal, que pertencia à Diocese de Sobral, divulga ideias que procurava espalhar pelo interior. “Os municípios que mais se destacaram pela combatividade de seus párocos do comunismo foram Sobral, Crateús, Juazeiro, Barbalha, Baturité e Iguatu” (*Ibid.*, p. 227). O movimento anticomunista estava presente na imprensa, discursos acalorados, nas missas e no apoio aos candidatos que representassem os bons costumes, família, da moral e da religião cristã.

D. José Tupinanbá da Frota era o Bispo Diocesano de Sobral. Durante esse período, teve uma presença incisiva à frente da Diocese. Foi pastor, prefeito, juiz, empreendedor e buscou ocupar muitos espaços junto à sociedade sobralense e região. Construiu uma Igreja local que buscava seguir rigorosamente o catolicismo ultramontano. Fundou escolas, a primeira Universidade da região e contribuiu sistematicamente para o crescimento de Sobral. Esse trabalho desenvolvido fez com que os padres da Diocese seguissem à risca suas orientações. Segundo Moraes (2012, p. 108):

Dom José mereceu toda a confiança e esperança da Igreja, do seu clero e de todos os seus fiéis. Foi um gigante. Poderíamos dizer que refundou Sobral. Tornou-se uma cidade de referência para toda zona norte e todo o Estado. Era impressionantemente incansável. Construtor de prédios e de civilizações. Fez colégios, seminários, hospitais, abrigos, Igrejas e principalmente erigiu consciências a sua maneira. Os

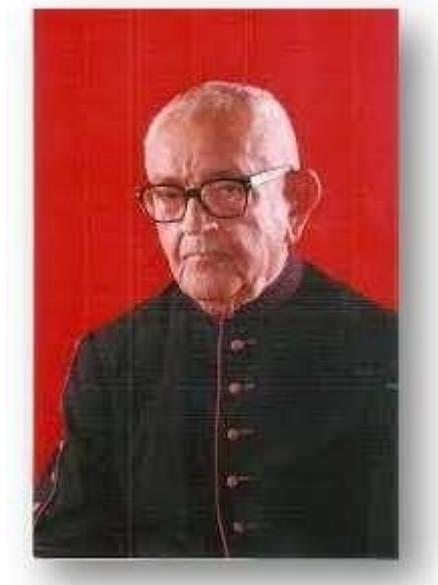
párocos da sua Diocese eram prefeitos, políticos, juízes, empresários, conselheiros e pastores. Criou um clero responsável pelo destino de suas paróquias.

O pároco que sucedeu ao Monsenhor Gonçalo Lima chegou a Ipu em 1947, dando continuidade a um projeto de atuação da Igreja Católica na cidade. Era necessário um padre com um discurso forte e que mantivesse a cidade longe das ideias subversivas. Vindo da cidade de Crateús e subordinado à Diocese de Sobral, o Padre Francisco Ferreira de Moraes foi enviado para a Paróquia de São Sebastião de Ipu. Formado à maneira de D. José, o padre chegaria com uma enorme força espiritual e temporal.

Monsenhor Moraes, na sua trajetória, comportou-se como Francisco Xavier: um pé no mar e outro na terra, como diz Pe. Vieira. Um olhar para alma e um olhar para a vida do cidadão. Dois mundos em um mundo. Duas práticas em uma só prática. Duas vidas em uma só vida (Moraes, p. 270).

Como é afirmada na obra supracitada, este importante pároco deu imprescindíveis contribuições para a Igreja Católica local, expandindo sua atuação local centrando sua forma de trabalhar no amor, na caridade e na bondade ao próximo.

Imagem 4: Monsenhor Francisco Ferreira de Moraes



Fonte: Arquivo da Paróquia São Sebastião (1970)

Francisco Ferreira de Moraes foi o 5º vigário de Ipu, sendo o pároco a permanecer por mais tempo à frente da Paróquia São Sebastião. Filho de José Olímpio de Moraes e de D. Maria Ferreira da Conceição de Moraes, nasceu em Crateús-CE, aos 09 de agosto de 1911 e

foi batizado aos 09 de setembro do mesmo ano. Entrou no Seminário de Sobral em 02 de fevereiro de 1927. Fez o Curso Superior de Teologia no Seminário da Prainha, em Fortaleza, em 20 de fevereiro de 1932 a 15 outubro de 1937. Sua passagem pelo seminário da Prainha contribuiu para uma formação conservadora, visto está lá a base do clero ultramontano no Ceará. Após a ordenação, foi designado Pároco de Nova Russas-CE, onde permaneceu durante mais de 10 anos. De lá, se transferiu para a Paróquia de Ipu, cuja posse se deu a 10 de janeiro de 1947, permanecendo por mais de cinco décadas (Lira, 2005). A atuação do Monsenhor Moraes como sacerdote ficou conhecida entre os locais pela rigidez moral na condução dos trabalhos pastorais, mas também pelos serviços prestados em prol do crescimento da cidade. No Jornal Almanaque (1961, p. 82), o Padre era descrito em sua coluna de atividades e atualidades, como:

Um homem moço, de uma vontade forte qual a têmpera do aço, aqui chegando no ano de 1947 encontrou a Paróquia a precisar de muita coisa. Já não podia prescindir de um Patronato, de um Ginásio para rapazes, dum Salão Paroquial, duma Escola Profissional, duma Maternidade, Posto de Endemias, Hospital infantil e tantos outros. Tudo isso tem o esforço do homem vontadeoso e atrevido que se arroja a um empreendimento sem dinheiro e sem medo; realiza como por milagre tudo que pretende. Jamais hesitou levar a efeito uma empresa.

Esse perfil empreendedor esteve presente na realização de diversas obras pela cidade. Fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Patronato Sousa Carvalho, o Ginásio ipuense, a Escola profissional, a Maternidade Hospital Dr. Francisco Araújo e o Posto de Puericultura. Implantou os primeiros telefones, organizou a Banda de Música e o Centro Social Urbano. Conseguiu com o Governo do Ceará, a estrada de Canindé a Ipu. Implantou a Rádio Catedral FM, entre tantas ações para a população ipuense, demarcando a ação da Igreja no desenvolvimento local. Sua contribuição no campo educacional se tornou importante pelo empreendimento de escolas que ajudaram na formação escolar e profissional da juventude ipuense. Além da fundação do Patronato Sousa Carvalho, o pároco foi responsável pela criação do Ginásio Ipuense.

Imagem 5: Prédio do antigo Ginásio Ipuense



Fonte: Arquivo pessoal Francisco de Assis Mello (1960).

O Ginásio Ipuense foi fundado em 15 de agosto de 1952, um ano após a fundação do Patronato de Ipu tendo sido, a princípio, nomeado Instituto Ipuense, e, atualmente, Colégio Ipuense. A escola tinha como objetivo uma educação voltada para o público masculino do primário, vindo somente em 1954 a receber o curso Ginásial. Teve como Diretor o professor Francisco de Assis Martins, que impulsionou a implantação do antigo 2º grau. Enquanto o Patronato atendia no seu ensino secundário, somente mulheres, o Ginásio Ipuense atendia os jovens do sexo masculino, sendo as duas escolas, com propostas de ensino bem diferentes.

Na década de 1980, o Colégio Ipuense teve um destacado papel na educação de Ipu, com a criação do **Curso Científico**, tendo como respaldo positivo, a migração de alunos das cidades de: Ipueiras, Guaraciaba do Norte, Reriutaba, Hidrolândia e Nova Russas, tendo, assim, uma grande ascendência na Educação Ipuense. Ao contrário do Patronato, a escola nunca esteve subordinada à paróquia, o que fez com que seu modelo de ensino fosse traçado pelos seus gestores em conformidade com as necessidades e mudanças da cidade, chegando a paróquia a perder o domínio do prédio, as disputas judiciais se arrastam até hoje.

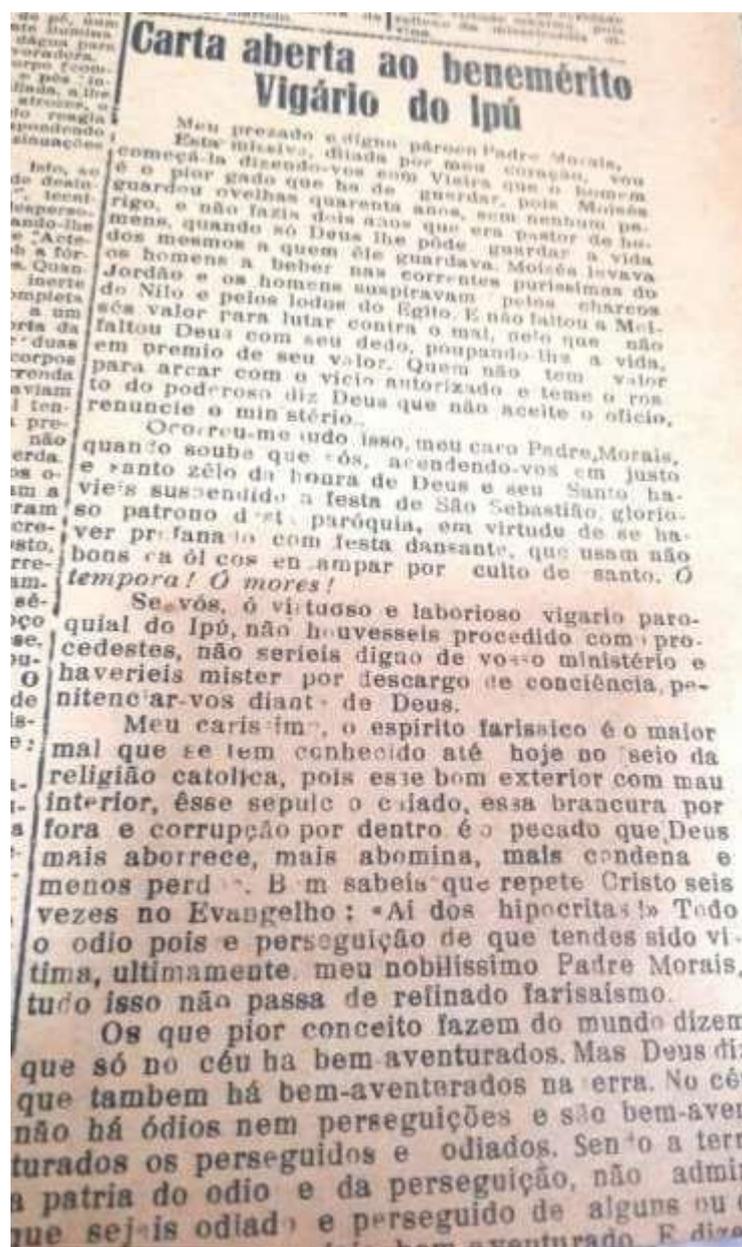
Em documentos e registros detalhados do Livro Tombo de 1978, ao celebrar seus 53 anos de sacerdócio, o pároco detalha as condições no qual encontrou a paróquia e como

desenvolveu seu trabalho sacerdotal. Entre os registros, encontram-se a fundação das Capelas de São Francisco de Abílio Martins, Várzea do Giló, São José dos Martins, Baixa Larga, Otavilândia, Lages, Recanto, Marroás e São João.

Entre as aquisições de imóveis e pertences estavam o prédio do Patronato Sousa Carvalho e o Ginásio Ipuense (atual Colégio Ipuense), Casa Paroquial, Salão Paroquial, o adendo do Salão Paroquial, onde funcionava o quartel da Banda de Música, a casa à rua Dona Maria (doada ao Patronato), o quarto à rua Princesa Isabel, um terreno na Lagoa do Canto (doado pelos irmãos Carvalhos ao Patronato), uma casinha à rua Padre Feitosa, um salão à Avenida Milton Carvalho e um automóvel marca Delrey (LIVRO TOMBO PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1978).

Na Diocese de Sobral, Moraes era tido como um grande defensor da Igreja e da moral cristã, assim como era reconhecido por seguir os passos do Bispo Dom José. No Jornal Correio da Semana de Sobral, o padre constantemente era mencionado por seu trabalho evangelizador.

Imagem 6: Carta aberta ao Monsenhor Morais de Ipu-CE



Fonte: Correio da semana (1950, p. 2).⁴

⁴ JORNAL CORREIO DA SEMANA. (Carta aberta ao Benemérito Vigário do Ipu/CE. Ipu, 1950, p. 2): **Meu Prezado e digno Pároco Padre Morais:** Esta missiva ditada por meu coração, vou começá-la dizendo- vos com Vieira que o homem é o pior gado que há de guardar, pois Moisés guardou vermelhas quarenta anos, sem nenhum perigo, e não fazia dois anos que era pastor de homens, quando só Deus lhe pôde guardar a vida dos mesmos a quem ele guardava. Moisés levava os homens a beber nas correntes puríssimas do Jordão e os homens suspiravam pelos charcos do Nilo e pelos lodos do Egito. Não faltou a Moisés valor para lutar contra o mal, pelo que não faltou Deus com seu dedo, poupando-lhe a vida, em prêmio de seu valor. Quem não tem valor para arcar com o vício autorizado e teme o rosto do poderoso diz Deus que não aceite o ofício, renuncie o ministério. Ocorreu-me tudo isso, meu caro padre Morais quando soube que vós acendendo-vos em justo e santo zelo da honra de Deus e seu santo havíeis suspendido a Festa de São Sebastião, glorioso patrono desta paróquia, em virtude de se haver profanado com festa dançante, que usam não só bons católicos encampar por culto de Santo. ô tẽpora! ó mores! Se vós, ó virtuoso e laborioso vigário paroquial do Ipu, não houvesse procedido como procedestes, não sereis digno de vosso ministério e haveríeis mister por descargo de consciência penitencia-vos diante de Deus. Meu caríssimo o espírito farisaico é o maior mal que se tem conhecido até hoje

A carta, publicada na página 02 do Correio da Semana de 1950 se deu em virtude do movimento iniciado pelo padre em combate às festas ditas “profanas” durante os festejos do padroeiro São Sebastião. Na ocasião de realização da festa, o padre suspendeu a realização das novenas e festas que ocorriam na cidade. O jornal católico acentuou o apoio as suas ações, deixando transparecer, em sua escrita, o desgaste do padre com alguns membros da sociedade, chegando, inclusive, a ser alvo de perseguição.

Ainda segundo o Almanaque Ipu de 1961, o padre era admirado por muitos pela dedicação à melhoria da cidade, mesmo sendo um forasteiro nascido em Crateús. Também é ressaltado como “com tão pouco” realizava tantos feitos. Monsenhor Moraes teria tido um envolvimento direto nas disputas partidárias da cidade, sendo, inclusive, candidato a prefeito em 1971 perdendo a eleição para Antônio Ximenes Veras. Para muitos dos seus adversários políticos, as obras atribuídas ao pároco seriam, na verdade, mérito dos irmãos Carvalhos, por meio de sua Fundação Sousa Carvalho e do apoio de deputados estaduais.

Em muito dos seus discursos proferidos à sociedade ipuense, em palcos, palanques e a imprensa, Monsenhor Moraes exaltou seus feitos de benfeitor da cidade. Admirado e criticado por muitos, o padre teve uma participação ativa no que viria a ser a cidade de Ipu na segunda metade do século XX. Sem dúvidas, os seus maiores feitos foram no campo educacional, com a fundação de importantes escolas para cidade. Seu envolvimento com políticos, comerciantes e coronéis lhe rendeu muitos donativos para suas obras e articulações, nos quais, lhes atribuíram características de de um verdadeiro coronel que conduziria os rumos da cidade. Com um tom firme nas palavras, mas com forte apelo assistencialista em suas obras, o pároco transitava por todos os segmentos, despontando nas dimensões políticas, educacionais, econômicas e sociais da cidade, ou seja, para além das suas funções eclesiais.

Um dos seus grandes adversários políticos teria sido o então prefeito Dr. Rocha Aguiar, que no pleito de 1967 a 1972, teria iniciado uma série de mudanças na cidade, incluindo a fundação de muitas escolas, e, quando deputado, traria para Ipu a Escola Estadual Murilo

no seio da religião católica, pois esse bom exterior com mal interior, esse (...) caído, essa brancura por fora e corrupção por dentro é o pecado que Deus mais aborrece e mais abomina, mais condena e menos perdoa. Bem sabeis que repete Cristo seis vezes no evangelho:” ai dos hipócritas”. Todo o ódio pois e perseguição de que tens sido vítima ultimamente meu nobilíssimo padre Moraes, tudo isso não passa de refinado farisaísmo. Os que pior conceito faz do mundo dizem que só no céu haverá bem-aventurados. Mas Deus diz que também há bem-aventurados na Terra. No céu não há ódio nem perseguições e são bem aventurados os perseguidos e odiados sendo a Terra a pátria do ódio e da perseguição não admiras que seja odiado e perseguido de alguns ou de muitos para que seja as bem aventurado (JORNAL CORREIO DA SEMANA, *loc. cit.*).

Rocha Aguiar. A escola foi construída no perímetro do Patronato Sousa Carvalho. Esse fato teria sido considerado uma afronta ao então Padre Moraes. Atacado por seus opositores em denúncias de desvio de recursos das suas inúmeras obras, o pároco se utilizava de discursos acalorados em suas celebrações religiosas.

Na tradicional missa de domingo, a homilia era seguida de longos discursos sobre moral e bons costumes, mas, principalmente, no uso e tom de desabafo às famílias e autoridades presentes. Como consta em livro tomo:

Fomos perseguidos, fomos caluniados, fomos injustiçados por certos elementos desta terra e porque não dizer de projeção social e política de Ipu que jamais sentaram um tijolo em bem da terra, me hostilizaram, me caluniaram levando denúncias à família de Nilo de Sousa Carvalho para que ele suspendesse a ajuda que vinha oferecendo à construção desta grande obra. Mas como é certo que depois da tempestade vem a bonança nesses mesmos que perseguiram o Patronato na pessoa do padre Moraes, viram as portas abertas do grande estabelecimento abertas aos seus filhos, aos seus netos, à família. O Patronato repito, foi a obra maior que já se realizou em bem da família ipuense. Por este Patronato já passou grande parte da juventude de Ipu. Foi o grande incentivador da educação dos jovens ipuenses. Espera-se em Deus que esta obra não venha jamais trair o seu destino e perder a sua finalidade corromper a sua conduta e ser instrumento do mal. O Patronato Sousa Carvalho pertence a Paroquia São Sebastião de Ipu (LIVRO TOMBO PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1978 p. 149).

O acervo do Patronato e os registros em Livro Tombo permitem acompanhar o trabalho do padre junto à Paroquia São Sebastião, na busca de novas obras para a cidade e financiamentos às que já existiam. Dessa forma, por toda a cidade se evidenciam os esforços de Monsenhor Moraes em atuar num cenário de mudanças no campo educacional e social.

Em 31 de outubro de 1987, celebrou seu Jubileu de Ouro, com homenagens dos seus paroquianos. Em 1955, foi agraciado pela Santa Sé com o título de Camareiro Secreto do Papa Pio XII, como estímulo e reconhecimento de seus trabalhos apostólicos. Veio a falecer em dia 15 de abril de 2009, deixando um legado com obras que se espalharam pela cidade. Entre essas obras, se destacam as instituições de ensino que fundou (Lira, 2005).

Portanto, ao analisar as ações da Igreja Católica no Ceará, compreendemos que o processo de escolarização esteve ligado a um projeto atuante dos seus clérigos na fundação de escolas e a manutenção do poder eclesiástico. No caso de Ipu, não podemos dissociar a história da educação ipuense das questões religiosas.

1.3 Uma Escola Vicentina em Ipu: Educar para Evangelizar

A escola Patronato Sousa Carvalho, que tem como objeto desta pesquisa seus cursos de formação de professoras primárias, pautou suas convicções educacionais nos valores morais e cristãos difundidos pela Igreja Católica. Como escola confessional, preocupou-se com a educação feminina em sentido mais amplo, abrangendo uma formação integral das alunas. Com base nisso, teve desde a sua fundação, uma educação pautada na filosofia vicentina.

Diante disso, para compreender a pedagogia empregada pela escola, é necessário reconhecer o contexto histórico que envolveu a escolha das Filhas de Caridade de São Vicente de Paula para administrar a instituição a partir de 1951. Uma congregação, cujo trabalho estava pautado na caridade e simplicidade, contrastava com a pujança do novo prédio e do alunado, que, em sua maioria, eram formados pelos filhos e filhas da elite ipuense. Para entender os motivos que as levaram a Ipu, é preciso ir além e reconstruir o percurso que aproxima as irmãs da educação.

Em todo o mundo, as congregações religiosas representaram verdadeiros pilares da Igreja Católica. Durante o período de maior ameaça à manutenção da ordem cristã católica nos séculos XVI ao XVIII, diante dos avanços do protestantismo e nos embates com o movimento liberal, a Igreja buscou junto as suas pias e apostolados, um caminho para se aproximar do povo, seja no auxílio aos mais pobres, doentes ou no letramento de muitas comunidades. Na Europa, esse trabalho assistencialista ficou a cargo de congregações, trazendo uma posição mais descentralizada da Igreja. Diante das mudanças advindas com a modernidade, a necessidade de se fazer presente nos diversos campos sociais se tornou algo urgente para manutenção da ordem.

No século XIX, o pensamento ultramontano norteou a Igreja Católica, aparecendo como uma “reação ao mundo moderno” (Lage, 2013, p. 34), diante do perigo representado pelo discurso liberal trazido pela modernidade. Dessa forma, fez-se necessário um redirecionamento das ações da Igreja, assim como o fortalecimento da sua supremacia diante dos poderes políticos. Segundo Lage (2013), ponto de convergência entre liberais e ultramontanos seria a necessidade de ampliação da educação e um dos pontos de divergência seria como se daria esse processo. Assim:

Enquanto os liberais defendiam uma escola laica, obrigatória e gratuita, os ultramontanos percebiam que a manutenção, o controle e ampliação da educação confessional por parte da Igreja Católica reforçaria e inculcariam as suas ideias, funcionando como um mecanismo de controle sobre os fiéis contra os perigos da modernidade (*op. cit.*, p. 37).

A escolarização com base nos princípios religiosos contribuiria para o fortalecimento das concepções ultramontanas, visto que, permitiria maior controle da sociedade. Assim, teríamos um incentivo à ampliação de escolas confessionais que estariam sobre a gestão de congregações religiosas.

Nessas instituições, seria possível, além dos conhecimentos propedêuticos, trabalhar os ensinamentos cristãos nas práticas diárias. Nesse contexto, a educação da mulher ganhou força, ao passo que, seria ela, responsável por reproduzir os valores católicos por meio da educação dos filhos.

Dessa forma, “As filhas de Caridade de São Vicente de Paula, por meio de sua intensa circulação pelo mundo, foram grandes mediadoras desse discurso católico ultramontano, principalmente por meio da educação feminina” (*Ibid.*, 2013, p. 45). A ordem religiosa havia surgido na Europa durante o século XVII, por meio de São Vicente de Paulo, com a parceria de Luísa de Marillac.

Vicente de Paulo nasceu em 1581, em uma pequena cidade da Gasconha, região da França e ordenou-se sacerdote aos 19 anos. Desde muito cedo, manteve uma relação próxima com a educação, na fundação de escolas. Seu trabalho pastoral junto aos pobres, o fez perceber a necessidade de maior atenção por parte da Igreja Católica. Em 20 de agosto de 1617, nasceu a primeira célula da Caridade Vicentina, que foi confiada às mulheres. Vicente fundou uma Congregação feminina, inovadora para a época: as Filhas da Caridade que não seriam freiras enclausuradas, mas, irmãs que fariam um trabalho junto ao povo. Ainda hoje, as Filhas da Caridade são a maior família religiosa feminina da Igreja (Rossi, 2015). Foi uma novidade na época, pois, até então, só havia vida consagrada em clausura. E agora, elas passaram a viver no meio do povo, indo à casa dos pobres para atender os doentes. Posteriormente, à medida que surgiam as necessidades, ocuparam-se dos doentes nos hospitais, da instrução das jovens, das crianças abandonadas, dos galés, dos soldados feridos, dos refugiados e das pessoas idosas.

No fim do século XIX, as freiras já se encarregavam de inúmeras tarefas necessárias à sociedade, particularmente no campo da educação, saúde e assistência social. Afora as mulheres pobres, as freiras foram as primeiras a exercerem uma profissão, quando ainda a maioria da população feminina era do ‘do lar’ (Nunes, 1997, p. 482).

As filhas da Caridade de São Vicente de Paulo ganharam contornos de uma congregação a partir de 1633. Segundo o fundador, a intencionalidade da vertente feminina estava ligada diretamente à caridade (Lage, 2013). Seu desempenho não tinha espaços definidos, podendo atuar em hospitais, escolas e na assistência aos mais pobres. Sua relação

mais próxima com instituições educativas se intensificou no século XIX, ao passo que se tornaram defensoras do ultramontanismo. A Companhia teve um longo processo de expansão, que ocorreu entre 1633 e 1859, partindo principalmente da França para muitos países da Europa e da América. Entre os países da Europa estava Portugal, cujo catolicismo era bastante forte, tendo as irmãs, sido bastante atuantes. No Brasil, chegaram somente a partir de 1848.

No referido país, as congregações masculinas e femininas desempenharam importante papel no desenvolvimento de ações evangelizadoras, educacionais e humanitárias. Entre as congregações que vieram ao Brasil no século XIX e tiveram a educação como finalidade, se encontra a Sociedade da Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. A vinda dessas religiosas se deu principalmente em virtude dos fatos políticos e religiosos que ocorriam na Europa. Segundo Cinara Dalla (2016, p. 95) “a crise que se estabeleceu na Europa, na primeira metade do século XIX, à luz do progresso do laicismo e do liberalismo, afetou diretamente muitas congregações religiosas estabelecidas, dessa forma, favoreceu a vinda dessas congregações para o Brasil”.

Até o século XVIII, no Brasil, as congregações, em sua maioria, eram formadas por homens e as poucas congregações femininas viviam na clausura [...]. “Analogamente, não se concebia na época a mulher religiosa senão perpetuamente fechada dentro dos muros do claustro ou do convento, numa dependência total da superiora” (Hoornaert et al., 1983, p. 58). Essa realidade mudou no final do século XIX e início do XX. Inúmeras congregações chegaram no Brasil, e com elas, cresceram os trabalhos sociais e educacionais da Igreja Católica por meio de suas missionárias. Andrade (2021, p. 93) diz que:

Esse período representou para Igreja Católica brasileira a liberalização por parte do Estado para a vinda de Congregações religiosas para o país. Em sua maioria as congregações que desembarcaram no Brasil no final do século XIX, e principalmente nas primeiras décadas do século XX, eram europeias. Elas atenderam aos interesses internos de fortalecimento da Igreja e os apelos da elite brasileira para instalação em determinadas regiões para o desenvolvimento de trabalhos na direção de colégios, hospitais, paróquias e santuários.

A chegada das Filhas da Caridade no Brasil se deu em fevereiro de 1849, quando 12 Filhas da Caridade, vindas da França, fundaram um colégio em Minas Gerais. Atualmente, a Companhia está presente no território brasileiro, em regiões chamadas províncias. Essas, estavam localizadas em Amazonas, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro. O caso específico da província de Fortaleza-Ceará se deu em 1865, com o advento da fundação do Colégio Imaculada Conceição. As filhas da caridade vieram, então,

encarregadas da educação de meninas. Para Vasquez (2026, p. 54):

Elas desembarcaram com a missão de desenvolver intelectualmente as meninas, formar seu caráter e inculcar em seu espírito os valores morais necessários para ser uma mulher honrada e uma boa esposa, pois sabemos que esta era uma das funções sociais – e esperada – de toda mulher; logo, as Irmãs vicentinas também tinham consciência disso. Faz-se necessário destacar que esse ideal imposto pela Igreja e disseminado pelas Irmãs foi transferido para épocas posteriores e na década de 1950, período abordado nesta pesquisa, ainda tinha bases firmes, que conduziam a educação neste período.

Antes mesmo da chegada da Companhia ao Ceará, a célula vicentina já se fazia presente, as ações de caridade ocorriam por meio dos Padres Lazaristas e das Conferências Vicentinas. Segundo Sucupira (1973), o movimento vicentino teve sua semente plantada no Ceará em 8 de dezembro de 1879, por meio do juiz da comarca de Aracati, Dr. Antônio Saboya de Sá Leitão, multiplicando-se em todo o Estado do Ceará.

Na Cidade de Ipu, as Conferências Vicentinas eram formadas unicamente por homens, na maioria da elite local, que, no auxílio à paróquia, promoviam ações beneficentes de caridade. As reuniões desses homens ocorriam com certa frequência, sendo, inclusive, mencionados com constância no livro de Tombo da paróquia. Esse movimento vicentino a nível estadual e local, foi determinante para o interesse do então pároco da cidade, Padre Francisco Ferreira de Moares, ao trazer para Ipu a Companhia de São Vicente, dando-lhes a direção do Colégio Patronato Sousa Carvalho.

O estabelecimento das filhas da caridade de São Vicente de Paulo e Luiza de Marillac na cidade de Ipu se deu em meio a um contexto de buscar junto à sociedade ipuense, resgatar os valores cristãos e morais que, segundo os clérigos locais, vinham sendo ameaçados pelas mudanças decorrentes da primeira metade do século XX. Em 17 de setembro de 1951, chegaram a Ipu as primeiras Irmãs de Caridade. Foram elas: Irmã Genoveva de Castro Alvares e Irmã Ana Maria Carneiro da Cunha. Nas festividades de inauguração do Patronato, o padre Francisco Ferreira de Moraes fez a entrega da Instituição às Filhas de São Vicente, representadas pela Irmã Nogueira, superiora do Patronato D. Maria Luiza de São Benedito. O Bispo Diocesano, Dom José Tupinanbá da Frota, em 10 de outubro de 1951, enviou, por telegrama, orientações para que, na recém-inaugurada instituição, fossem executados todos os atos de Culto Divino, deixando clara a natureza confessional da escola (Patronato Sousa Carvalho, 1951). Para conseguir trazer as irmãs de caridade para dirigir o Patronato Sousa Carvalho, Padre Moraes enviou cartas à irmã Visitadora da província do Ceará, sediada em Fortaleza. A carta foi endereçada a irmã Helena Marcillac, solicitando a vinda das irmãs

para Ipu. Segundo Valdemira Coelho (1985, p. 12):

Certa vez, Irmã Marcillac, de passagem pelo Ipu, Pe. Moraes em reunião, contando com sua honrosa presença, pediu diretamente as Irmãs para o Patronato de Ipu. Irmã Marcillac depois de ouvi-lo atentamente, respondeu: 'Vamos rezar e brevemente as irmãs estarão no Ipu. Logo após o pedido Padre Moraes dirigiu uma carta à província fazendo a doação do Patronato para Usufruto in perpetuum'.

A vinda das irmãs de caridade para Ipu foi significada como uma vitória para cidade e mais uma demonstração do respeito e influência do Padre Francisco Ferreira de Moraes frente ao clero cearense. A presença das irmãs numa cidade onde o catolicismo sempre foi forte significou, para muitos, um presente divino para a sociedade ipuense.

Em meados de 1950, a cidade ainda vivenciava um contraponto entre os avanços conquistados nas primeiras décadas do século XX e a necessidade de manter a ordem, a moral e os bons costumes, que tinham sua defesa nos agentes pastorais e na elite local. Dessa forma, a chegada da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula em Ipu representava uma possibilidade de controle social pela educação.

Ao voltarem suas ações educativas para as filhas da elite, as vicentinas se propuseram a preparar essas jovens para serem mulheres dóceis, meigas e cristãs que estivessem aptas a contribuir para a manutenção da ordem vigente. Essa proposta católica de educação da mulher, situa-se no embate presente da sociedade brasileira, que vinha ressignificando o papel feminino. Assim, as escolas para meninas, implantadas pelas irmãs vicentinas no Brasil, tiveram ampla procura. Ao ingressarem nessas instituições, as jovens recebiam uma educação com ênfase nas virtudes cristãs pregadas pela Igreja e pelos segmentos conservadores da sociedade.

Em 31 de janeiro de 1952, chegou em Ipu a Irmã Carmélia da Costa Nogueira (Ir. Nogueira) – a primeira Superiora, acompanhada da Ir. Visitadora – Irmã Helena Marcillac, cujo objetivo, seria iniciar o processo de organização e funcionamento da escola. Entre os meses de março e setembro, outras irmãs chegaram (Patronato Sousa Carvalho, 1952). Estando na cidade, as irmãs causaram curiosidade, inclusive por suas indumentárias.



Fonte: Acervo pessoal de Francisco de Assis (1970)

Imagem 8: Irmã Aldiza Monteiro Coelho



Fonte: Acervo pessoal de Francisco de Assis (1970)

Como visto nas Imagens 07 e 08, os hábitos (vestimentas características da congregação) se caracterizavam pelos tons claros de azul e branco, em alguns casos, cinza e branco, com um adereço na cabeça que marcava e identificava as irmãs de caridade de São Vicente de Paulo.

Imagem 9: Registro das primeiras irmãs vicentinas de Ipu



Fonte: Arquivo pessoal do professor Francisco Mello (1960)

Na composição do hábito das primeiras freiras que chegaram a Ipu, estava uma espécie de chapéu chamado de corneta. Esse, remetia à mulher medieval, visto que, as irmãs vicentinas usavam roupas iguais as das “chamadas camponesas”, tendo como diferencial, o acessório na cabeça (Lage, 2013). Ele deixaria de ser usado a partir da década de 1960. A impressão causada por aquela vestimenta se permeou por muito tempo no imaginário local/ regional. O aspecto pesado da vestimenta passava um ar de seriedade, que fazia com que a sua presença não passasse em Ipu.

Em uma vida de servidão e dedicação à fé cristã, as irmãs compareciam diariamente nas missas realizadas na Igreja Matriz de São Sebastião e nas ações sociais de amparo aos desvalidos por mais de seis décadas. Entre as obras de assistência, estavam a escolarização para crianças pobres, distribuição de donativos, remédio e até caixão.

Esse trabalho social e educacional se inter cruzava e fazia com que as jovens ipuenses que frequentavam a escola tivessem interesse pela prática da caridade, chegando algumas a interessar-se pela vida religiosa. Exemplo disso é o caso da Irmã Lindalva. Com mais de cinquenta anos de vida religiosa, a irmã hoje vive na sede da província em Fortaleza. Ela nos conta que:

Eu entrei na comunidade no dia 07 de maio de 1965. Saí de casa para São Benedito, eu fazia o primeiro [...], porque nós assim, nós fazíamos o primeiro [...], o segundo,

seminário, o [...], pra depois [...]. Então o primeiro [...] fui fazer em São Benedito no dia 07. Aí minhas tias não queriam de jeito nenhum [...]. Essa foi minha madrinha, ficou até intrigada comigo, uma semana sem falar [...] foi um sofrimento muito grande. Nesse dia, a dona Valdimira foi, eu sabia que a dona Valdimira ia me deixar [...] aí eu só sei que eu me sentia muito mal, aí ela dizia: ‘Força Lina, força Lina!’ Aí fui lá naquele lugar, mas só Deus sabe, aí cheguei em casa. Então, eu disse pra elas, antes eu tinha pedido minha tia que era muito minha amiga pra pedir pra fazer minhas malas lá pra casa, que eu disse pra elas: “Olha eu vou, e é muito chato eu sair daqui da casa e minhas, minhas malas lá no Patronato, queria permissão que vocês deixassem eu trazer”! Aí deixaram. Aí, para o fim, elas diziam assim: “Quem é que tá faltando”? [...] que nunca na vida elas iriam me receber em casa, que elas, que nunca na vida eu iria receber carta delas, foi tanta coisa, mas eu enfrentando, aí eu, nesse tempo meu diretor espiritual era o padre Martins, inclusive foi ele que foi me deixar lá, lá em São Benedito, era no Jeep naquele tempo o transporte, mas eu assim era um Jeep, ele dizia assim: ‘Olha, não responda!’ Porque no começo eu respondia [...]. ‘Não responda, fique calada e tudo!’ Quando nesse dia assim eu disse: ‘Pois olhe, é o seguinte, foi sexta- feira, eu disse pra elas: ou vocês queiram ou não queiram eu vou [...]. Agora eu não vou sair de [...] na hora que eu sair eu mando, eu disse eu mandar dizer pra vocês que tá na hora de eu sair.’ Aí quando foi assim pertinho de eu sair... saí nove horas da manhã ao passando um garotinho, eu chamei: ‘Meu filho vá lá na mercearia do seu Mauro e do seu Luís e diga aquelas duas senhoras que [...] ver que a Lina já vai sair.’ Aí elas vieram, aí chegou pra [...].Irmã Mendes chegou lá em casa, a Irmã Luíza e [...].Abreu, Irmã Eugênia, três irmãs e dona Valdimira [...] então a Irmã Mendes disse assim: ‘Irmã Lina [...]’ a Irmã Eugênia não veio não, era Luíza que, Luíza Abreu, Mendes, Valdimira, aí a Irmã irene [...] aí Irmã Mendes; ‘Olhe, eu não vou lhe deixar, que eu fico tomando conta delas.’ Aí quem foi me deixar no Jeep; Padre Martins, dona Valdimira e Irmã Irene [...] foi uma dor terrível, não gosto nem de pensar, então a gente foi, me lembro quando foi dobrando ali, naquele tempo era o bar Cruzeiro que hoje em dia é uma casa de comércio ali, quando eu fui dobrando assim, que olhei pra trás com aquela certeza. Eu sei que foi assim uma coisa muito triste, muito sofridora, mas, nisso eu tava me realizando. Aí eu pedi a visitadora que no último conselho, ela me colocasse lá no Ipu [...] mas depois de 18 anos que eu saí do Ipu, eu voltei pra ser irmã de caridade lá (LINALVA, 2022).

Esse interesse das mulheres pela vida religiosa se dava justamente pela quebra de preceitos do passado. As Irmãs Vicentinas levavam um apostolado longe da clausura e atuavam diretamente com a população. Esse cenário se concretizava em Ipu por meio das ações promovidas dentro e fora da escola. Mantendo um trabalho alinhado com a província de Fortaleza e com os valores Vicentinos, a Irmã Coelho, com o apoio de Monsenhor Moraes e da Família Carvalho, estendeu seu trabalho para fora dos muros da escola.

Ao longo de meio século à frente da Direção do Patronato de Ipu, as filhas da Caridade de São Vicente de Paula encerraram seus trabalhos no ano de 2012. Em um pronunciamento feito pelo Pároco de Ipu, no fim da novena de São Francisco, em outubro de 2011, o então, Pe. Raimundo Nonato Timbó de Paiva disse aos fiéis que a direção superior da congregação, que há 60 anos dirigia a escola Patronato Sousa Carvalho, decidiu entregar a escola por não ter mais como sustentar a Instituição por falta de vocações de religiosas. Sendo assim:

As Irmãs filhas da Caridade da Congregação de São Vicente de Paulo por carência de vocações decidem entregar a direção da Escola Patronato Sousa Carvalho para a

Paróquia de Ipu/Diocese de Sobral. Segundo o Pároco de Ipu, a decisão já havia sido tomada há quatro anos atrás, porém devido o Monsenhor Moraes na época não poder ter preocupações, para que não afetasse emocionalmente a saúde fragilizada do sacerdote, o Pároco pediu que a decisão fosse adiada. “No mês de agosto recebi novamente a visita da superior que veio dizer que não tem religiosas para ficar no Patronato e que precisávamos arranjar uma saída, eu pedi um prazo, o prazo foi dado até final do ano de 2012” disse o Pe. Raimundo Nonato (Blog do Ipu notícias, 2012).

A notícia da partida das irmãs durante o novenário de São Francisco pegou a todos de surpresa, gerando grande repercussão na cidade e regiões vizinhas. Ao final do ano seguinte, as Filhas da Caridade, após participação em celebração religiosa, deixaram a cidade. Quando questionado em entrevista o motivo de não permanecerem na cidade, o argumento apresentado foi do envelhecimento das irmãs residentes e no fato de que, apesar de a escola lhes serem entregue em “usufruto perpétuo”, não consideravam de sua posse. O Jornal Imprensa Livre de 11 de outubro de 2011 traz a seguinte notícia de Capa: “Manifestação emocionada, mas não muda a decisão das religiosas de permanecer na escola”.

Imagem 10: Manifestação pela permanência das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula



Fonte: Ipu notícias (2012).

Foram inúmeras manifestações de apelo à permanência das irmãs na cidade. Depois

de uma reunião com professores, Núcleo Gestor e funcionários, houve outra com os pais dos alunos. As explicações eram as mesmas adiantadas durante a celebração do novenário de São Francisco. Em um dos seus pronunciamentos, a irmã Ana Amélia, atribuiu que:

O número de vocação vem diminuindo cada vez mais e, a proporção que o tempo passa, cada vez mais é difícil sustentar instituições como o Patronato. Uma coisa asseguro a você que o Patronato não irá fechar. No passado de cada família saía uma religiosa, hoje é diferente (Ipu notícias, 2012).⁵

Após 61 anos à frente do Patronato Sousa Carvalho, as irmãs deixaram a escola e a cidade de Ipu, retornando à Província de Fortaleza. Após a saída das irmãs, a escola passou a ser administrada por uma entidade formada por representantes da comunidade escolar e sociedade civil. Essa entidade é dividida em Diretoria e Conselho Fiscal, permanecendo sobre a supervisão da Paróquia de Ipu, tendo como sócio e presidente o atual pároco João Batista Rodrigues de Vasconcelos.

1.4 Patronato Sousa Carvalho: da origem à consolidação

O Patronato Sousa Carvalho foi fundado no dia 23 de setembro de 1951, dando início ao seu funcionamento no ano seguinte. A instalação da instituição foi idealizada alguns anos antes pelo então vigário de Ipu, Monsenhor Gonçalo de Oliveira Lima. Com a chegada do seu sucessor, em 1947, Padre Francisco Ferreira de Moraes, a obra da escola se tornou realidade. A instituição foi responsável pela formação educacional de várias gerações de famílias ipuenses, chegando ano de 2022 com mais de 70 anos ininterruptos de serviços educacionais prestados à Ipu e regiões vizinhas.

No início da segunda metade do século XX, a cidade contava, na sede, com um grupo escolar, uma Escola Normal Rural e pequenas escolas particulares, que funcionavam em residências. Esse cenário precário da educação ipuense fica claro na fala do pároco da época. Como destaca Padre Moraes (1978):

Ao chegar nesta terra, terra que teve um centro cultural e folclórico em toda zona Norte do Estado, encontrei apenas uma escola: a escola reunida de Ipu. Os jovens, para estudar, teriam que viajar para Sobral ou Fortaleza, pois aqui em Ipu não havia condições de um jovem se fazer e se aperfeiçoar em letra. Para solucionar esse problema, resolvi construir o Patronato Sousa Carvalho (LIVRO TOMBO PAROQUIA SÃO SEBASTIÃO, 1978, p.148-149).

⁵ IPU NOTÍCIAS. **Manifestação pela permanência das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula.** Ipu/CE, 2012, s-p.

Percebe-se claramente, nesse depoimento, que a fundação de um Patronato em Ipu estava vinculada ao contexto histórico-social e educacional da época. A situação de precariedade das escolas e os poucos investimentos do poder público encontraram alívio com a abertura da nova instituição educacional. Em petição enviada ao Bispo de Sobral, Dom José Tupinambá da Frota, o pároco deixa claro a necessidade do estabelecimento de ensino.

Quadro 2: Petição enviada ao Bispo Dom José Tupinambá da Frota

- Petição –

Exmo. Rvmo. Sr. Bispo Diocesano

Com o intuito de bem servir a população desta paróquia de São Sebastião, que de muito se recente da falta de um estabelecimento de ensino, que ministre uma sólida formação religiosa e social à mocidade feminina, não só a que vive invejáveis condições financeiras, como especial e particularmente à que não tem meios de se educar, venho, respeitosamente pedir a V. Excia. Rvma. Licença para fundar nesta cidade do Ipu, sob a direção das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo um Patronato. Referido estabelecimento porque tem como maiores e mais generosos bem feitores os membros da família “Sousa Carvalho”, naturais do Ipu, mas que atualmente residem no sul do país, receberá a denominação de Patronato Sousa Carvalho.

Oportunamente passareis às mãos de V.Excia. as plantas do edifício para a devida aprovação. Nestes termos:

P. benigno deferimento e E.R. M Freguesia do

Ipu, 28 de julho de 1948

O pároco Pe. Francisco Ferreira de Moraes

Fonte: Livro Tombo Paróquia São Sebastião, 1948, p.84

A petição enviada em 28 de julho de 1948 teria sua solicitação atendida. O padre de Ipu era conhecido e reconhecido na Diocese de Sobral pela firmeza com que defendia os valores cristãos perante a sociedade ipuense. Dessa forma, uma instituição educacional católica para Ipu atenderia à manutenção da ordem cristã e contribuiria para o desenvolvimento educacional da população, que até aquele momento era carente de escolas e professores.

Conforme o livro *Ata de Fundação*, Padre Moraes empreendeu muitos esforços para a fundação da escola. Com a ideia de solicitar aporte financeiro, Padre Moraes e Monsenhor Gonçalo Lima enviam carta a Milton de Sousa Carvalho, mencionada no livro “História de um Comerciante”, página 180, de autoria de Milton de Sousa Carvalho. No livro, o autor descreve detalhes da carta enviada pelos párocos da cidade.

Imagem 11: Correspondência entre Milton Carvalho e o Clero de Ipu

Alguns dados referentes a carta extraída do livro: "História de um Comerciante" da autoria de Milton de Sousa Carvalho.

Ex. lrs: "Datada de 22 de maio de 1947, recebi do meu velho e prezado amigo Mons. Gonçalo de Oliveira Lima, afetuosa carta, na qual manifestava o seu desejo de ser fundado no Ipu um Patronato, para amparo da infância desvalida, desejo que era também do vigário da freguesia - Sr. Francisco Ferreira de Moraes.

Terminava o ministério, pedindo o meu auxílio para a realização dessa obra."

Respondi-lhe aquiescendo a solicitação que me era feita.

Sabei daí em diante a manter correspondência com os dois virtuosos sacerdotais, enviando-lhes auxílios materiais e demonstrando a melhor boa vontade e entusiasmo pela efetivação da obra planejada."

Fonte: Arquivo do Patronato: Livro Ata de Fundação (1970, s-p).

A realização da obra se tornaria possível graças ao apoio financeiro da Família Carvalho. Filhos de José Cândido de Sousa Carvalho e Arminda Quixadá Carvalho, os ipuenses Milton, Nilo e Lauro de Sousa Carvalho viriam a se tornar os financiadores da instituição, que levaria o nome de Patronato Sousa Carvalho.

Os nomes dos irmãos Carvalhos haviam sido ventilados porque de muito tempo já mantinham interesse por ajudar no crescimento da sua cidade natal. Milton Carvalho, inclusive, já havia realizado, em 1940, investimentos na abertura de uma escola. Segundo Coelho (1985), a escola foi responsável por fornecer o ensino primário a crianças pobres de ambos os sexos, tendo seu funcionamento por mais de 22 anos. Os irmãos seguiram, ao longo de muitos anos, como os principais financiadores das obras do Padre Moraes.

Para além da ajuda financeira, os Carvalhos buscaram, ao longo de anos, manter vivo o vínculo com a instituição educacional, chegando a realizar visitas para acompanhar o desenvolvimento da escola. Em 1952, Milton Carvalho, acompanhado de sua irmã Cecy de Sousa Carvalho, veio a Ipu.

Imagem 12: Visita de Milton Carvalho à cidade de Ipu



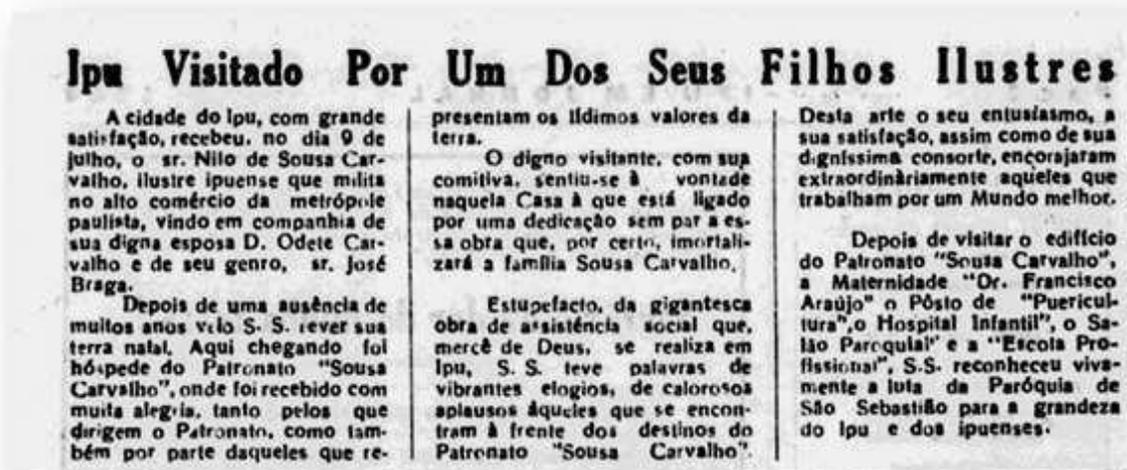
Fonte: Mello (2010, s-p).

Recepcionado por Padre Moares, autoridades locais e comunidade escolar, o benfeitor do Patronato, proferiu o seguinte discurso em meio às homenagens:

Agora, a vós todos, meus conterrâneos queridos, quisestes o grande bem de me forçar a vir assistir a esta festa tão bonita, a visitar o nosso Patronato tão estimado, que me obrigastes a cumprir o meu dever de vir de novo beijar este chão bendito, onde dei os meus primeiros passos, todo meu reconhecimento, pelo acolhimento fraternal e carinhoso que me dispensastes (Mello, 2010, *Notícia On-line*, s-p).

Nilo Carvalho viria por mais vezes, sendo a sua primeira visita em 1960, como consta na imprensa local de 1960.

Imagem 13: Artigo do jornal de título “Ipu Visitado Por Um dos Seus Filhos Ilustres” de 1960



Fonte: Hemeroteca digital brasileira: Ipu em jornal (1960).

Para contribuir nas despesas, além de auxílios financeiros, o Patronato contou com ajuda dos Carvalhos, com a doação de uma fazenda em Angicos e a criação da Fundação Nilo Carvalho. Esta, teve sua escritura pública em 28 de março de 1955, onde se destinava a auxiliar no desenvolvimento do Patronato, designando 80% das suas receitas líquidas e colocando como condição, a manutenção da filantropia (Patronato Sousa Carvalho, 1955)⁶.

No livro *Ata de Fundação da Escola*, consta que o terreno para a construção, foi comprado pelo vigário Pe. Francisco Ferreira de Moraes ao senhor Francisco Carvalho Aragão, pela quantia de 14 contos de reis. Vicente Ferreira Maia deu outra parte no valor de 12 contos de reis e uma pequena rasga de terra de Manuel Aires do Nascimento ao valor de 1 conto e quinhentos reis. Após a abertura do alicerce, tinha-se, então, a benção da pedra fundamental.

⁶ Notícia fornecida pelo Patronato Sousa Carvalho, em Ipu/Ce, em setembro de 1955.

Imagem 14: Bênção da pedra fundamental



Fonte: arquivo pessoal do prof. Francisco Mello (1970)

A bênção da Pedra Fundamental ocorreu após solene missa campal e colocada no centro da porta de entrada do prédio, onde a bênção, ocorreu no mês de dezembro, do ano de 1948. Na pedra, confeccionada de cimento, foi colocada uma garrafa branca contendo breve histórico do Patronato assinado pelas autoridades e pessoas da sociedade que compareceram (Patronato Sousa Carvalho, 1948, p. 1).

O Patronato tornou-se realidade. O vigário, por meio da Pia União das filhas de Maria, distribuiu cartas às famílias ipuenses, solicitando utensílios domésticos e mobiliários, sendo que, 280 famílias atenderam ao pedido (Patronato Sousa Carvalho, 1951)⁷. Como exposto no convite a seguir, as festividades de inauguração do Patronato tornaram-se, na época, o momento marcante para uma cidade que tanto carecia de estabelecimentos de ensino.

⁷ Acervo de informações do **Patronato Sousa Carvalho**, na cidade de Ipu/CE, em junho de 1951.

Imagem 15: Convite das Festividades de Inauguração Patronato Sousa Carvalho em 1951



Fonte: Acervo pessoal Professor Francisco Mello (1955).

Imagem 16: Programa do Convite das Festividades de Inauguração Patronato Sousa Carvalho em 1951



Fonte: Acervo pessoal Professor Francisco Mello (1970).

Conforme convite, a comissão organizadora das festividades inaugurais era formada somente por homens, dentre os quais, representavam o poder político da cidade. Apesar da cidade, nesse período, contar com grandes educadoras e associações religiosas que auxiliavam nos trabalhos da Igreja, o momento colocaria essas autoridades em destaque na história da instituição. O discurso de inauguração ficou a cargo do Padre Francisco Ferreira de Moraes e do médico Dr. Thomaz de Araújo Correa, irmão do prefeito da época, José Lourenço de Araújo. Este, ao longo de sua vida, foi conhecido e admirado na cidade, não só pelo trabalho realizado na área da medicina, mas, também, por ser um homem bastante devoto e ativo nas ações pastorais da Igreja.

No momento solene de inauguração, Monsenhor Gonçalo de Oliveira Lima cortou a fita simbólica e procedeu à benção do prédio e de suas instalações. Padre Moraes, por sua vez, foi responsável por prestar homenagens aos irmãos Carvalho e ao povo ipuense, fazendo, em seguida, a solenidade de entrega da instituição às Filhas de São Vicente de Paulo, representadas pela irmã Nogueira. Por ocasião do momento festivo e por todos os esforços empreendidos na obtenção da obra e de tantas outras, foi outorgado ao padre Francisco Ferreira de Moraes, o título de cidadão ipuense.

Imagem 17: Festividades de Inauguração do Patronato de Ipu



Fonte: Acervo pessoal Professor Francisco Mello (1970).

Quatro meses transcorridos da inauguração, o Patronato deu início às suas atividades, a princípio, com a matrícula de 150 crianças pobres no vespertino e com a transferência da Escola Normal Rural, passando a funcionar, o curso primário e o curso normal rural no turno manhã. Seu corpo docente estava organizado da seguinte forma (Quadro 3):

Quadro 3: Primeiros professores do primário

CURSO PRIMÁRIO	
1º ano	Irmã Ana Maria Carneiro
2º ano	Irmã Genovena Alvares
3º ano	Maria da Penha Mesquita
4º ano	Maria do Socorro Dantas

5º ano	Maria Valdemira Coelho Mello
--------	---------------------------------

Fonte: Elaboração própria com base em Documentário (1976.)

Quadro 4: Primeiros professores da Escola Normal Rural em funcionamento no Patronato

CURSO NORMAL	
Português	José Moraes
Matemática-	João Martins Filho
Agricultura	Maria Sinhá Timbó e Castro
Ciências	Maria Sinhá Timbó e Castro
História	Maria Sinhá Timbó e Castro
Antropogeografia e Geografia	Maria Valdemira Coelho Mello
Desenho	Maria Sinhá Timbó e Castro
Religião	Irmã Genovena Alvares

Fonte: Elaboração própria com base em Documentário da Paróquia de Ipu/CE (1976).

Apesar do trabalho prestado às crianças pobres de Ipu, a princípio, a clientela principal da instituição era formada por mulheres, advindas da elite local. Segundo consta em livros de matrículas do Patronato, essas alunas em sua maioria, eram filhas de agricultores, comerciantes e funcionários públicos. Com a oferta do internato, passou-se a receber clientela de regiões vizinhas.

No ano de 1956, o livro de matrículas constavam a lista de 203 meninas estudantes. Algumas dessas meninas, vindas de Independência, de Guaraciaba, Fortaleza e outras localidades, viviam em regime de internato. Nos livros de matrículas de 1952 a 1956, foram observados que somente o nome do pai era registrado, o que ainda demonstrava os resquícios de uma sociedade patriarcal. Além disso, chama a atenção, a quantidade de pais falecidos, principalmente entre as alunas internas. Dessa forma, tais fontes documentais, contribuíram para entender o público que era atendido pela escola e como se configurava a origem dessas jovens.

Os livros de matrícula que eram em lista única, após o início do Curso Ginásial, sofreram uma adaptação, pois os registros passaram a ser individualizados, tendo também o registro da mãe.

Imagem 18: Registro do livro de matrícula de 1959

146

N.º de matrícula: 151

CURSO Ginásial

Forma: F. Silva

N.º de aluno:

Nome: F. Silva

Data de nascimento: 28 de fevereiro de 1959

Local: Ceará

Nome do pai: Prof. Silva

Nacionalidade: Prof. Silva

Residência: Ipu

Data da matrícula: 28 de fevereiro de 1959

OBSERVAÇÕES

[Signature]

Fonte: Patronato Sousa Carvalho (1959).

Analisando esses livros, percebe-se que os primeiros anos de funcionamento da escola, foram marcados pela continuidade do trabalho desenvolvido na antiga Escola Normal Rural, sendo que o Patronato, construiu gradativamente a sua identidade após o fim do Curso Normal Rural em 1956, com o advento do Curso Ginásial neste mesmo ano.

Nos anos que se seguiram, a precariedade da educação pública em Ipu ainda era um grande problema para os gestores da época. Em 1958, se registra o relato do então prefeito Abdias Martins de Sonsa Torres em entrevista ao *Ipu em Jornal* (1958, p. 2):

Em face de consideráveis dispêndios dirigidos a outros gestores da administração, visando também a solução de problemas de vital importância, como aos que acabo de aludir, não nos foi possível melhorar o início da instrução primária na zona sertaneja como era meu desejo. Entretanto, na sede, contribuimos para o Ginásio Ipuense com Cr\$ 50.000,00 a título de subvenção e custeamos também bolsas de estudo junto ao Ginásio Sagrado Coração de Jesus no valor de CR\$ 15.800.

Conforme Ipu em jornal de 1958, em prestação de contas com a sociedade, houve, então, os seguintes gastos com a instrução:

Imagem 19: Orçamento municipal em 1958

Segurança Pública e Assistência Social:		
Auxílio à Guarda Noturna	Cr\$. 6.000,00	
Cadeia Pública	4.786,00	
Delegacia de Polícia	4.319,50	
Junta de Alistamento Militar	8.642,00	23.747,50
Subvenção à "Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância"		24.000,00
Lactários Municipais		15.235,50
INSTRUÇÃO:		
Professorado	Cr\$. 109.050,00	
Móveis, material de consumo, etc.	9.762,30	
Auxílio ao "Ginásio Ipuense"	10.000,00	
Bolsas de estudo junto ao Ginásio "Sagrado Coração de Jesus"	15.800,00	144.612,30

Fonte: Hemeroteca digital brasileira. Ipu em Jornal (1960).

Segundo consta, os gastos com instrução tinham uma parcela destinada às duas escolas particulares da época. O Ginásio ipuense, com uma oferta de ensino para rapazes, e o Sagrado Coração de Jesus, com o curso primário para crianças e ginásial para mulheres.

A escola recebia bolsas do poder municipal, estadual e da iniciativa privada. Como consta na edição 45 do Ipu em Jornal de 1962, onde é publicado a distribuição de bolsas

estadual pelo Deputado Abdoral Timbó.

Imagem 20: Relação de Escolas beneficiadas com bolsas de estudos

**Deputado Abdoral Timbó des-
tribui bolsas de estudo**

Com satisfação publicamos a relação das bolsas concedidas pelo deputado Abdoral Timbó a 172 jovens que estudam nos diversos estabelecimentos de ensino do Estado, a saber:

Curso Klein — Fortaleza (1 bolsa)	4.000,00
Colégio Batista — Fortaleza (1 bolsa)	7.000,00
Instituto Getúlio Vargas — Fortaleza (1 bolsa)	4.000,00
Ginásio Agapito dos Santos — Fortaleza (1 bolsa)	7.000,00
Ginásio Sete de Setembro — Fortaleza (2 bolsas)	15.000,00
Instituto Tiradentes — Fortaleza (2 bolsas)	8.000,00
Colégio N. Senhora do S. Coração (Dorotelas) Fort. 1 b	2.000,00
Escola Osvaldo Cruz — Fortaleza (1 bolsa)	4.000,00
Centro Educacional Edsardo Claparedo — Fort. (1 bol.)	4.000,00
Ginásio Rui Barbosa — Fortaleza (1 bolsa)	46.000,00
Colégio da Imaculada Conceição—Fortaleza (1 bolsa)	8.000,00
Instituto Mater Salvatoris — Fortaleza (2 bolsas)	8.000,00
Ginásio Juvenil de Carvalho — Fortaleza (2 bolsas)	8.000,00
Escola Doméstica São Rafael — Fort. (1 bolsa)	4.000,00
Ginásio Santa Maria Goretti — Fort. (7 bolsas)	31.000,00
Instituto Nossa Senhora da Assunção — Fort. (1 bolsa)	7.000,00
Ginásio Santa Izabel — Fort. (1 bolsa)	9.000,00
Colégio São José — Fort. (2 bs.)	14.000,00
Colégio São João — Fort. (1 b.)	7.000,00
Colégio Cristo Redentor — Fort. (1 b.)	7.000,00
Ginásio Monsenhor Luiz Rocha — Fort. (1 b.)	7.000,00
Ginásio Irmãos Salesianos — Fort. (1 b.)	4.000,00
Seminário Arquidiocesano do Ceará — Fort. (1 b.)	7.000,00
Escola Apostólica São Vicente de Paulo — Fort. (1 b.)	7.000,00
Ginásio Fariss Brito — Fort. — (6 bs.)	44.000,00
Ginásio Salesiano Domingos Sávio — Fort. (1 b.)	7.000,00
Ginásio D. Bosco — Fort. (1 b.)	7.000,00
Colégio Cearense — Fort. (2 b.)	14.000,00
Colégio Lourenço Filho — Fort. (1 b.)	9.000,00
Colégio Regina Corli — Fort. (1 b.)	4.000,00
Colégio Castelo Branco — Fort. (1 b.)	4.000,00
Ginásio Santa Lúcia — Fort. (1 b.)	9.000,00
Instituto Santo Amaro — Fort. (1 b.)	4.000,00
Ginásio Capistrano de Abreu — Fort. (1 b.)	7.000,00
Ginásio Nossa Senhora de Lourdes — Fort. (1 b.)	4.000,00
Escola Normal Rural de Ipuirias — Ipuirias (2 bs.)	15.000,00
Escola Apostólica São José — Tianguá (2 bs.)	8.000,00
Casa da Providência — Rerituba (2 bs.)	9.000,00
Ginásio Ipuense — Ipu (41 bolsas)	206.000,00
Ginásio Sagrado Coração de Jesus—Ipu (63 bolsas)	333.000,00
TOTAL Cr.\$ 919.000,00	

Fonte: Hemeroteca digital brasileira. Ipu em Jornal (1962).

Percebe-se, na Imagem 20, que as bolsas eram distribuídas em Fortaleza e no seu reduto eleitoral na região norte. Ipu foi contemplada com o total de 107 bolsas. O Ginásio Sagrado Coração de Jesus, cuja entidade mantenedora era o Patronato Sousa Carvalho, recebeu o maior incentivo financeiro, num total de CR\$ 333.000,00, que beneficiou o Ginásio, visto que, nesse período, ainda não havia sido criado o Curso Normal Pedagógico.

Segundo Vieira (2002, p. 225), a lei nº 4.024/61 conciliou em favor dos interesses dos estabelecimentos privados, visto que a política de distribuição de bolsas de estudos estava pautada no direito legal de acesso à educação. A autora salienta:

Abre-se, assim, o caminho para o Estado oferecer condições para que os agentes, que o próprio poder público, façam face aos “encargos da educação”. Os “demais membros da sociedade” a colaborar nessa “nobre missão” seriam aqueles previstos como parceiros na tarefa de assegurar o direito à educação: os defensores da “liberdade de ensino”, ou seja, os proprietários de escolas.

Assim como é analisado pela autora, a cooperação entre o poder público e as instituições escolares de caráter privado passava pela distribuição de bolsas com custeio total ou parcial, contribuindo para estender o acesso à escola, mesmo que para que isso acontecesse a escola privada fornecesse o serviço. No caso do Ginásio Sagrado Coração de Jesus, cuja mantenedora era o Patronato Sousa Carvalho, tinha como financiamento a mensalidade custeada pelos pais, os recursos da Fundação Nilo Carvalho e os auxílios públicos e privados por se tratar de uma escola de caráter filantrópico.

A bolsa nem sempre contemplavam integralmente todas as despesas com a escolarização. As alunas bolsistas deveriam desembolsar alguma quantia com fardamento e material escolar. Em depoimentos colhidos durante a realização desta pesquisa, ex-alunas relatam como as irmãs incentivavam as alunas mais abastadas a auxiliarem de diferentes maneiras as alunas bolsistas mais pobres, desenvolvendo, dessa forma, os princípios da caridade vicentina. Em outros casos, ela pagariam suas despesas com serviços prestados na escola.

Pode-se dizer que o Patronato de Ipu foi fundado e se consolidou ao longo dos anos pela sua capacidade de se adaptar ao tempo. Hoje, com mais de 70 anos, a escola remete ao seu passado por meio da sua arquitetura, da memória das suas ex- alunas e principalmente na história do povo ipuense e região. De lá, saíram profissionais que hoje ocupam diversos papéis sociais. A escola chega aos novos tempos buscando inovar e ocupar novas posições de na sociedade, mas ainda fundamentada na filosofia vicentina.

CAPÍTULO 2: DA ESCOLA NORMAL RURAL AO CURSO NORMAL PEDAGÓGICO

Neste capítulo, são apresentados aspectos relativos à formação de professoras em Ipu-Ceará, propondo uma análise da história da educação e da feminização do magistério. Analisam-se o Curso Normal Rural, que funcionou entre os anos de 1942 a 1956 e o Curso Normal Pedagógico do Patronato Sousa Carvalho, que teve seu funcionamento iniciado em 1963 e perdurou por quatro décadas.

2.1 Mulheres e magistério: discursos e representações de gênero

Conforme aponta Perrot “uma história ‘sem as mulheres’ parece impossível” (2019, p. 13, grifo do autor). Sendo assim, para compreender a história da educação e da profissão docente, se faz necessário discutir o papel social das mulheres, assim como o conceito de gênero. Historicamente, a mulher tem sido representada ou imaginada a partir da perspectiva dos homens (Perrot, 2019). Nos últimos anos, têm-se um crescente movimento de produções acadêmicas que adotam como tema a mulher. No entanto, poucas relatam histórias a partir do seu ponto de vista. Para Almeida (1998, p. 54):

A relação entre Gênero e História constitui-se uma categoria de análise que se impõe na revisão da História oficial e da História da humanidade. Habitado e construído por homens e mulheres, o mundo não pertence a um só sexo, o que equivale dizer que sua história também não é unilateral.

Essa invisibilidade faz com que a busca de fontes se concentre mais em relatos sobre elas do que propriamente vestígios emanados dessas, visto que, nas fontes documentais, a mulher seria representada com determinadas características, construídas socialmente em contextos que produzem e reproduzem múltiplas relações de poder (Perrot, 2019). A história da presença da mulher na educação contribui para compreender o lugar da mulher no processo de expansão do ensino no Brasil e do movimento de feminização que ocorreu no magistério.

Com a expansão dos estudos históricos a partir da década de 70, a mulher passou a ser vista como um sujeito histórico. Ao propor novos enfoques de pesquisa, os historiadores da Nova História Cultural permitem que os excluídos da história (Perrot, 2021), entre estes, as mulheres, tenham uma nova abordagem historiográfica, visto que, “[...] com os *Annales*, houve uma verdadeira dilatação do campo de trabalho do historiador, tanto no que diz respeito aos atores quanto aos temas ou objetos” (Pesavento, 2007, p. 32).

Ao construir uma história das mulheres que frequentaram o Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho, encontramos uma história marcada pelo silêncio. A história que por muito tempo silenciou as mulheres, seja pela subserviência perante os homens e suas instituições, seja pela ausência de fontes deixadas pelas mulheres que remetiam a sua participação numa vida pública (Perrot, 2019). Dessa forma, sob a ótica da História Cultural, a busca por redescobrir as histórias de mulheres que ingressaram no magistério ajudam a decifrar a realidade do passado por meio das suas representações (Pesavento, 2007).

No Brasil, essas representações de uma mulher desprendida, dócil e religiosa foram impregnadas na sociedade brasileira com a ajuda do pensamento católico. O catolicismo segundo Saviani et al (2014,p. 63-64),

[...] ao impor às mulheres a imagem da virgem e mãe, arquétipos do cristianismo [...] criaram um modelo normativo de mulher, criado desde meados do século XIX, espelhado na cultura vigente, instituindo formas de comportamento em que se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica de mulher por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade.

Nessa direção, instituições como Estado, família e igreja compuseram discursos, como também padronizaram modelos aceitáveis que justificariam a profissão de professora como uma extensão do lar. As mulheres, como primeiras educadoras e difusoras da fé cristã, teriam um papel fundamental na defesa dos valores morais, sendo dada a função de prepará-las em instituições católicas. “Esses colégios seriam determinantes nos rumos da educação da elite, resguardando-as dos ventos da modernidade e das ideias emancipadoras” (Saviani, 2014, p.65)

Ao refletir sobre a escolarização feminina em Ipu, se percebe que isso apenas se tornou possível pela aliança entre a Igreja e a elite local com alguns subsídios a nível estadual e municipal. Contudo, é importante ressaltar a expressão política do governo que atende às necessidades socioculturais da elite brasileira em primeira instância. A Igreja Católica dirigiu boa parte do ensino destinado às mulheres por meio dos seus colégios religiosos, que foram responsáveis pela educação das filhas da elite, reforçando a educação diferenciada dos sexos. Além disso, ela foi a responsável pela administração do maior número de escolas para meninas.

Segundo Almeida (2014) os colégios religiosos reproduziam a visão de mundo católica e da classe social. Nessa perspectiva, coube aos governantes após a Proclamação da República, universalizar o ensino e democratizar a profissão do magistério entre as camadas mais pobres.

Atualmente, no Brasil, o corpo docente presente nas escolas de educação básica é majoritariamente formado por mulheres. A inserção feminina num espaço profissional caminha alinhada com as conquistas das mulheres após o século XIX. Entre elas, podem ser citadas: a liberdade para frequentar escolas em 1827; o direito de acesso às faculdades em 1879; o voto feminino em 1932; e o estatuto da mulher casada em 1962, que permitiu, por meio da lei 4.212/1962 (Brasil, 1983), que as mulheres casadas não precisassem mais da autorização dos seus maridos para trabalharem.

Até meados do século XIX, as mulheres não ocupavam espaços públicos, se restringindo ao lar e as atividades ligadas à Igreja Católica. “Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres”. Diante dessa realidade, o processo de escolarização e a profissionalização da mulher se deu mais tardiamente do que com os homens. Segundo Perrot (2019), nos países de maioria católica, houve um procedimento de escolarização com processos distintos entre meninas e meninos, justamente pela necessidade de manutenção da ordem vigente. Já nos países ditos protestantes, a necessidade de leitura da bíblia e desenvolvimento econômico possibilitou que as mulheres tivessem na sua escolarização maior atenção. Viver na ignorância significou, por muito tempo, uma forma de manter as jovens moças resguardadas dos males do mundo, assim como a manutenção da sua pureza. Dessa forma, por muito tempo, a Igreja:

[...] protege para melhor controlar a mulher. Interessada em construir famílias onde o papel da mulher fosse o de “instruir e educar os filhos cristãmente”. A fim de propagar os ideais do catolicismo, a Igreja contribuiu para formar uma sensibilidade mais aguda em relação à maternidade e à infância, tanto no mundo da afetividade quanto no do saber (Del Priore, 1988, p. 56-57).

Com o advento da modernidade, cresceu a necessidade de as mulheres se tornarem mais cultas. Os homens buscavam nas suas futuras esposas, mulheres educadas, que pudessem ser o alicerce moral da família, contribuindo para a manutenção dos valores morais e cristãos. Nesse ideário, para onde convergiam os mais variados interesses, houve a união entre a sociedade e a Igreja Católica em prol da educação feminina (Almeida, 1998). Aos poucos, os homens foram deixando a sala de aula e se dedicando a outras profissões. O magistério passou a ser a oportunidade para as mulheres darem continuidade ao ensino elementar.

Ao contrário de outras profissões, que até os dias atuais são majoritariamente masculinas, a profissão do magistério passou a ser ao longo dos anos, cada vez mais dominada pelas mulheres, vinculando os atributos femininos à vocação materna. Nesse sentido, o exercício do magistério pela mulher guarda relação com sua representação social, pois, muitos adjetivos, acabaram por caracterizar a mulher como boa educadora.

Desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, as escolas normais representaram vias de acesso à educação para uma parcela feminina, objetivando também, a profissionalização das mulheres, alternativa acadêmica à instrução feminina, formar mão de obra qualificada para um ensino, buscando expandir a instrução escolar à população local.

No plano educacional, os anos iniciais no século XX ofereceram maiores oportunidades ao sexo feminino, representadas pela escolarização feminina na esteira dos ideais positivistas e republicanos, tendências que se estruturaram nas décadas seguintes. A historiografia tem mostrado essas mudanças como resultado de uma política de concessão por parte dos poderes oficialmente instituídos e dirigidos pelo sexo masculino, sem atentar que tais mudanças, assim como as chamadas "concessões", também foram resultado de atendimento às reivindicações e, portanto, conquistas femininas. Sem o movimento das mulheres, sem a resistência de alguns e os desafios que lançaram à sociedade, tais resultados, demorariam muito mais para serem implantados (Cf., Saviani et al., 2014).

No Brasil da década de 1950, período de análise, estudo e construção do objeto de pesquisa deste trabalho, tinha-se uma sociedade que vivia um momento histórico, cujas políticas, objetivavam o caminho do desenvolvimento do país. Após esse período, as mulheres já se consolidavam no magistério como a maioria, tornando a prática de sala de aula, uma profissão majoritariamente feminina. Desse modo, analisar os dados do IBGE dos anos de 1950 a 1970, se percebe um aumento significativo de mulheres professoras.

Tabela 5: Relação de professores de 1950 a 1970 por gênero

	1950		1960		1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	29.170	140.525	55.775	268.325	109.249	638.637
Ceará	728	5.238	1.091	8.125	2.694	22.156

Fonte: Adaptado de IBGE (1950).

Ao longo das décadas que se seguiram e cada vez mais o número de mulheres

ocupando espaços escolares, coube ao poder público regulamentar a profissão. Portanto, o magistério feminino foi importante para a expansão da rede escolar pública no Brasil, assim como a mudança na representação dos papéis sociais atribuídos às mulheres.

2.2 Escola Normal Rural de Ipu: percurso histórico

Para compreender o contexto da Escola Normal Rural de Ipu, faz-se necessário analisar aspectos que marcaram o ruralismo pedagógico no Ceará e no Brasil, visto que o movimento trouxe mudanças educacionais, fruto de uma sociedade brasileira que vivenciava os novos ares da modernidade e progresso.

Nos primeiros anos da república brasileira, a concentração populacional se dava predominante no campo. Após a década de 1920, passa-se a ver um movimento migratório do campo para cidade em decorrência do processo de urbanização, o qual contribuiu para o desenvolvimento das principais cidades brasileiras. Foi nesse contexto que a educação escolar passou a ser pensada pelos governantes como um instrumento eficaz para enfrentar a realidade de uma população com pouca instrução, aparecendo manifestações nacionalistas em prol da melhoria da cultura brasileira (Araújo, 2014).

Ao longo da primeira República ocorreram debates no sentido de envolver o Estado com o problema da instrução pública primária. Com a Constituição federal de 1934, fixou-se como competência privativa da União traçar as diretrizes da educação nacional. Esse dispositivo deixou clara a exigência de organizar a educação em âmbito nacional, estabelecendo a necessidade de diretrizes a serem observadas em todo o território do país (Cf., Saviani et al, 2014). Dessa forma, as discussões em torno do campo educacional foram necessárias para atender as novas demandas que surgiam na sociedade brasileira. Nessa perspectiva:

As ideias nacionalistas passam a imprimir suas marcas no delineamento da política educacional. E, dessa forma, o ruralismo pedagógico dos anos 1930 assume feição deveras nacionalista, associada a uma visão reformista e modernizadora da educação (Araújo, p. 39, 2014).

Apesar de todo esse movimento nacionalista em prol da educação e as discussões trazidas pela Escola Nova, as propostas específicas para educação rural não possuíam um direcionamento. Com o aumento do crescimento das principais cidades brasileiras no interior do Brasil, a população rural ainda era maioria e necessitava de letramento e conhecimentos

técnicos para melhorar a vida no campo. Desse modo, pensava-se num determinado tipo de escola que atendesse às orientações do “ruralismo pedagógico”. Propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalista, cujo objetivo maior era promover a integração e fixação do homem no campo (Chaloba, 2022).

No caso da educação rural, vigente na época, havia uma elite intelectual que pensava o que era melhor para a comunidade rural, independentemente de suas expectativas. Portanto, a concepção de rural estava atrelada ao ideário do Ruralismo Pedagógico, no qual seus defensores pregavam a essência agrícola do país. Outra questão levantada pelos ruralistas era a necessidade de que a escola ensinasse de acordo com a realidade dos moradores do campo, e, por isso, deveria ter um currículo com disciplinas práticas e voltado para questões rurais, ao mesmo tempo em que deveria formar professores especificamente para ministrarem aulas na zona rural.

Outro aspecto relevante que surgiu na década de 1930 foi a questão da formação de professores do campo, já que a formação de professores havia sido proporcionada com a criação das escolas. A defesa da criação de escolas normais especializadas para a formação de professores para as escolas primárias rurais ganhou força no Brasil a partir da década de 1930, quando:

[...] educadores, intelectuais e políticos de várias regiões do país enalteciam as vantagens da criação de escolas normais diferentes em suas finalidades, em sua organização curricular e em suas práticas pedagógicas com vistas a formar um professor de novo tipo, ‘o mestre com consciência agrícola’, interessado e comprometido com o campo, capaz de desenvolver uma atuação profissional ampla no meio rural, não apenas ensinando às crianças os saberes elementares e cultivando lhes o amor pelo trabalho agrícola, mas também irradiando a sua ação na comunidade local contribuindo para a fixação do homem no campo (Chaloba, 2022, p. 3).

A exemplo do que acontecia no Brasil, no Ceará tem-se a primeira iniciativa de fundação de uma Escola Normal Rural, a qual foi instalada em Juazeiro do Norte, no ano de 1933, em meio ao cerne das políticas educacionais do estado, onde a “[...] ideia que se materializa na experiência pioneira do Ceará, nasce revestido do espírito modernista e/ou reformista tão peculiar às propostas que visavam à plena estruturação do sistema público ensino local” (Araújo, 2014, p. 65 *et seq.*).

Seguindo a linha de trabalho da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, surgiram outras escolas normais rurais que vieram a funcionar no interior cearense. Entre os registros, estão: Limoeiro do Norte, Ipu, Itapipoca, Quixadá, Iguatu e Crateús (Castelo, 1951).

Tendo aqui como análise a Escola Normal Rural de Ipu, se percebe um alinhamento entre as políticas governamentais que aconteciam em níveis nacionais e estaduais com o desejo de progresso das elites locais. Visto que, desde os primeiros anos da república, a cidade aspirava as ideias de modernidade, despertando interesse pela instrução da população. Segundo Farias Filho (2018, p. 127):

A preocupação em educar os mais pobres e levar até eles a instrução se traduz numa vontade em banir ‘velhos costumes’ e ditar a moral e os novos preceitos. Aqueles homens detentores do conhecimento e do poder queriam instruir, não levados por uma preocupação filantrópica, mas visando controlar e moldar a moral e os costumes do ‘povo’, de acordo com seus referenciais.

Dessa forma, a instrução ao longo dos anos que se seguem está presente nos discursos da elite local como fundamento para o desenvolvimento cultural da cidade. A precariedade das poucas escolas existentes e o baixo índice do professorado, dificultarão por muito tempo, esse plano de melhoria da educação ipuense. O que se percebe durante este estudo, e que por muito tempo ficou evidenciado nos discursos, haja visto que, pelo número reduzido de escolas até a primeira metade do século XX de forma concreta, a educação não teria sido prioridade.

Nesse sentido, políticas públicas para formação de professoras rurais foram estimuladas no Brasil e no Ceará. Em 1º de janeiro de 1942, Ipu inaugurou sua primeira escola de formação de professores. A Escola Normal Rural de Ipu iniciou suas atividades em 1942 e as finalizou em 1956 quando já se instalava no Patronato Sousa Carvalho. Com ajuda de autoridades locais e por iniciativa do professor Heleno Gomes de Matos, a escola foi implantada com o objetivo de preparar professores para a vida no campo. Conforme Mello (1985), a escola de Ipu seguia a orientação da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, “Escola Padrão do Ceará”, sob a orientação da professora Amália Xavier de Oliveira.

Seguindo as normativas estabelecidas para a estrutura padrão das escolas normais rurais, o prédio deveria ter cinco salas de aula, obedecendo as exigências pedagógicas; quatro salas destinadas à biblioteca, gabinetes e secretaria, assim como instalações sanitárias (Castelo, 1951). No caso da Escola de Ipu, o prédio era alugado, localizado próximo à praça São Sebastião, quadro da Igrejinha, na casa de propriedade do senhor Antônio Pereira de Farias, conforme são retratado com detalhes nas imagens abaixo:

Imagem 21: Sede da Escola Normal Rural em 1942



Fontes: Arquivo pessoal Francisco Mello (1955).

Por se tratar de um prédio residencial, as instalações não seguiam os padrões estabelecidos para o funcionamento das escolas normais rurais no Ceará. “Espaçosa, embora, dispondo de boas acomodações, não satisfaz, entretanto, às exigências da pedagogia moderna” (Castelo, 1951). Diante dessa perspectiva, teria o ipuense coronel Manuel Marinho doado um terreno ao lado do prédio para realização das atividades práticas ligadas à agricultura, motivo pelo qual a escola levou seu nome, como fica claro na Ata de Fundação.

Quadro 6: Ata de fundação da escola

Ao primeiro mês de janeiro do corrente ano de novecentos e quarenta e dois, no salão principal do Palacete Iracema, pelas 14 horas, o professor Heleno Gomes de Matos abriu a sessão, convidando o Delegado de Ensino, Manuel Bessa Guimarães, para presidi-la e para ladeadores os senhores: Abdoral Timbó, presidente do Grêmio Ipuense, José Maria Sabino, coletor estadual, Auton Aragão, José Gentil Paulino e a mim, Francisco Martins Pinho, para servir de secretário. Em seguida o senhor presidente concedeu a palavra ao professor Heleno Gomes de Matos que, perante uma assistência numerosa, em longa e brilhante alocução, expôs os fins a que se destina a Escola, a maneira simpática como foi recebida a ideia pelo Sr. Dr. Interventor Federal no Estado e Secretários. Referiu-se o orador às diversas escolas deste padrão, já fundadas nos Estado, as quais tem trazido grandes benefícios às zonas em que estão localizadas. Mostrou as possibilidades que temos para a instituição de um estabelecimento de ensino desta natureza, de vez que contamos com a colaboração generosa do cidadão Manuel Marinho, o qual, num gesto altruístico, doou uma área de terra de 65.220 metros quadrados e se prontificou a auxiliar materialmente a empresa no que lhe fosse possível. Em face deste gesto altamente patriótico, os fundadores acharam por bem dar à escola, o nome de “ESCOLA NORMAL RURAL MANUEL MARINHO”. Por fim o orador concitou aos ipuenses a cooperar nesta grande obra de renovação intelectual, a qual trará, certamente, muitos benefícios a esta zona, necessitada como está de instituições desta natureza, e ao Ipu elevará a um plano superior, pela realização de cometimento de tão grande alcance. Em seguida, o presidente da mesa facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestasse, declarou fundada a “ESCOLA NORMAL RURAL MANUEL MARINHO”, ficando assim, encerrados os trabalhos da presente sessão, dos quais, eu, Francisco Martins de Pinho, secretário, lavrei a presente ata que vai assinada pela mesa e grande parte dos presentes.

Fonte: Castelo (1951).

Nessa escola, foi ofertado o curso primário da primeira à quinta série; curso complementar de 2 anos e o curso normal rural de 3 anos (Mello, 1985). O curso de normalista rural era formado por um currículo baseado em uma educação geral com algumas práticas de cultivo de plantas e hortas.

A Escola Normal Manoel Marinho de Ipu divulgava suas ações na imprensa local, regional e em jornal da própria instituição de ensino, o Ruralista, folha dos estudantes da Escola Normal Rural de Ipu circulou em 1º de abril de 1942, dirigido por Ariston F. Vieira, Roseli Soares Assis, Nilce Sousa e Vitaliano Martins.

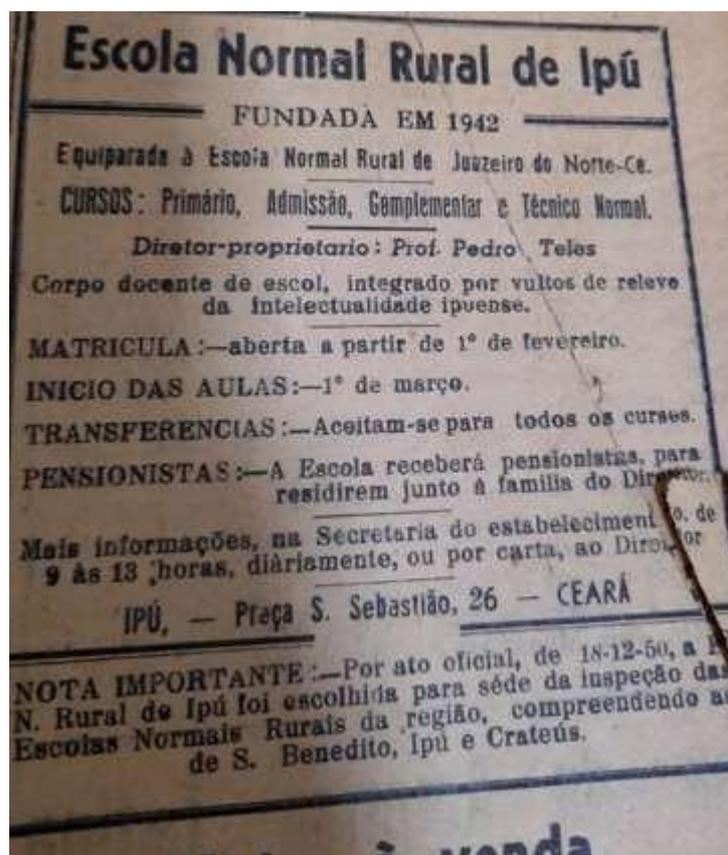
Imagem 22: Edição do Jornal ruralista de 1944



Fonte: Arquivo pessoal do prof. Mello.

No jornal católico Correio da Semana, na edição de 1949, a escola, ao divulgar seu período de matrículas, trouxe uma breve apresentação, ressaltando o fato de que seus docentes pertenciam a elite intelectual da cidade, considerando-os vultos da intelectualidade ipuense. Além disso, destaca a escolha da escola como sede da inspeção das Escolas Normais Rurais instaladas na região, desejando demarcar sua importância e seu reconhecimento no conjunto das escolas de formação de professores.

Imagem 23: Publicidade da Escola Normal Rural de Ipu (1949)



Fonte: Jornal Correio da Semana - Publicidade Escola Normal Rural de Ipu: Sobral., 1ª edição. p.3.1949

Nessa publicação, são registradas ainda, as principais informações da escola e um dado que chama à atenção é quando se refere ao fato das internas residirem junto à família do Diretor da instituição. Esse fato foi bastante relevante na decisão de transferência da escola para novo prédio, ou seja, a Escola Manoel Marinho não atendia às necessidades de conforto e espaço pedagógico para o bom funcionamento da instituição.

Quanto ao Currículo da escola, buscava-se equiparar ao da Escola Normal Rural de Juazeiro. Nesse sentido, a formação da prática rural era repassada nas disciplinas de agricultura, fisiografia e práticas manuais.

Quadro 7: Disciplinas do Curso Normal Rural - 1952

1º ano	2º ano	3º ano	Formação Complementar
Português	Português	Psicologia	Português
Aritmética	Matemática	Economia	Geografia
Agricultura	Agricultura	Metodologia	Aritmética
Física	História Natural	Higiene	Agricultura
História	História Geral	Agricultura	Física
Fisiografia	Religião		Fisiografia
Religião	Desenho		Religião
Desenho	Música		Desenho
Música	Trabalho		Música
Trabalho	Educação Física		Trabalho
Ed. Física	Antropogeografia		Educação Física

Fonte: Quadro elaborada pela autora a partir das Atas de Exames Finais do Curso Normal Rural (2023)

Quadro 8: Professores por disciplina da Escola Normal Rural de Ipu

PROFESSORES	DISCIPLINAS OFERTADAS NO CURRÍCULO
Padre Francisco Ferreira de Moraes	Psicologia e Educação
Dr. Francisco Milton Pinto	Higiene, Educação Sanitária e História Natural
Dr. José Lourenço	Agricultura
Tenente José Araújo	Matemática e Educação Física
José Morais	Português e Geografia
Jerônimo Sá	Inglês e Fisiografia
Pedro Teles	Português, Economia Política, História Geral, História Natural, Ciências Físicas e Naturais
Inocência Veras Sampaio	História do Brasil e Antropogeografia
Mirandolino Pontes Farias	Desenho
Maria Dulce Dantas	Francês e Português
Rosa Soares Assis	Metodologia do Ensino

Fonte: Adaptado de Lira (2005).

De acordo com orientações dadas às escolas normais rurais, essas deveriam visar a preparação de professores do ensino primário das zonas rurais de maneira a torná-los aptos a orientar, racionalmente, as novas gerações do campo na busca do desenvolvimento. Porém, ao se analisar o currículo ministrado nessas escolas, especificamente na Escola de Ipu, se percebe que o espaço dado às disciplinas de ensino propedêutico superava significativamente a formação técnica dos conhecimentos da vida no campo. Dessa forma, a escolarização em Ipu não teve grandes avanços a respeito da ampliação da rede ensino, alfabetização dos mais pobres e assistência técnica e profissionalizante ao homem do campo.

A realidade era que muitas normalistas cursavam o curso normal por ser a única oportunidade de continuidade da escolarização das mulheres, assim como um espaço ainda restrito, em boa parte, às filhas da elite local, como deixa claro a ex-normalista da Escola Normal Rural, professora Maria Natividade:

Primeiro que eu quero dizer é que nos iniciamos na escola normal rural de Ipu no ano de 1946. Eu era muito criança, mas nós entramos na escola normal rural e continuamos até 1952, quando fomos para o Patronato Sousa Carvalho [...]. Foi uma opção não! Foi uma decisão natural, porque nós tivemos um contexto social complicado, cidade pequena, não tinha muitos meios, e minha irmã mais velha, por exemplo, gostaria muito de ter sido advogada, mas não havia meios, Ipu era uma cidade pequena, e [...] felizes aqueles que tinham possibilidade de estudar numa boa escola [...]. Foi fundada sobre as bases da escola de Juazeiro do Norte, e aí nós entramos logo crianças. Minha irmã mais nova tinha 5 anos e eu tinha quase 7, minha irmã mais velha 8. E lá ficamos, e lá terminamos, quando em 1952 nós passamos para o Patronato [...]. A minha turma foi a última turma que completou os 3 anos normais, em 1955 [...]. Terminar, encerrar o curso normal rural, porque começar o curso ginásial pra ter o curso normal pedagógico, em 1956. Então, foi por aí, foi muito importante essa mudança, porque o curso normal rural era como se fosse orientando a pessoa para o meio rural. Nós tínhamos a agricultura, que era uma disciplina importantíssima, que nos ajudou muito, que era, nos enriqueceu muito, mas que não fazia parte da realidade moderna, mais moderna, que ela depois foi se desenvolvendo (NATIVIDADE 2022).

Como se percebe, no início da década de 1950, a realidade estabelecida no Brasil com discursos desenvolvimentistas, assim como a presunção de uma cidade moderna, fez com que as práticas educativas e o ruralismo pedagógico sofressem mudanças no seu currículo, levando algumas escolas rurais a aderirem à proposta do Curso Normal Pedagógico. Algumas Escolas Rurais passaram por mudanças curriculares que levaram ao fim do Curso Rural, se adaptando às novas necessidades locais. No caso da escola de Ipu, sua proposta já não representava os

interesses da sociedade da época.

É importante salientar que os princípios nacionalistas permaneceram empregados na filosofia do Curso Normal Rural até sua extinção em 1956, como fica claro em trecho do hino da escola escrito pelo professor João Barreto:

É a Escola Normal esse templo
De saber e patriotismo
Onde Ipu, quer tornar-se um exemplo
De trabalho, de amor e de civismo.
Empunhando a rabiça do arado
Transformai a atual geração,
Com as messes do chão cultivado Daí
sustento e valor à Nação.
Vinde jovens sereis o soldado
Dessa Pátria, querida, sem par (Barreto apud Coelho, 1985, p. 42.).

A escola funcionou por muito tempo no regime de internato e externato, contando com mensalidades que variavam de 22\$000 no ensino primário, 40\$000 no ensino secundário e 60\$000 contos no ensino normal. No caso de internato, seria pago o valor entre 140\$000 a 175\$000 no curso normal, ficando claro para os pais que residiam fora da cidade a necessidade de apresentação de um responsável financeiro (Lira, 2005).

Com uma proposta de formação feminina, o Ensino Normal se mostrou eficaz quanto à questão de manutenção da disciplina e preparação das jovens para o destino do matrimônio e do magistério, voltando-se para um projeto de educação e instrução, no qual, a preocupação com a erudição das mulheres refletiam o dualismo entre a velha e nova ordem social.

Imagem 24: Registro fotográfico de alunas normalistas e do ensino primário em frente à Escola Normal Rural Manuel Marinho de Ipu



Fonte: Arquivo pessoal Francisco de Assis de Melo (s-d).

Formada, em sua maioria, por filhas de fazendeiros, funcionários públicos e comerciantes locais, a Escola Normal Rural cumpriu um papel importante ao passo que, contribuiu para a inserção e profissionalização da mulher ipuense na carreira do magistério.

Desde a sua fundação, muito se discutia entre as autoridades locais, a necessidade de oportunizar um melhor espaço estudantil para a juventude ipuense, haja vista que, o prédio da Escola Normal Rural não atendia integralmente às orientações pedagógicas da época. Sendo assim, impulsionado pelo projeto de fortalecimento da Igreja Católica em Ipu, foi fundada uma escola confessional, que atenderia às necessidades estruturais, e, principalmente, que manteria os valores morais e cristãos.

Em 1951, a Escola Normal Rural teve a sua instalação mudada para novo prédio do então inaugurado Patronato Sousa Carvalho. Quando de sua transferência, a Escola havia diplomado 4 turmas de professoras e teria atendido 110 alunos de 1948 a 1950 (Castelo, 1951).

O Curso Normal Rural passou a ocupar em torno de 4 salas de aula após transferência para o novo prédio e teve à frente de seu comando as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo e Luisa de Marillac. Quando perguntada em entrevista o que mudou após a transferência para novas instalações, Maria Natividade narrou as mudanças ocorridas em decorrência da transferência de sede:

[...] Pedro Peres era o diretor da escola normal rural. Quando nós passamos para o Patronato, foi sob a orientação e direção das Irmãs de Caridade. A primeira diretora extraoficialmente foi Irmã Genoveva e ficou somente enquanto chegava a diretora oficial, que era a Irmã Nogueira. Irmã Carmélia da Costa Nogueira, isso já em 1955, que nós passamos pra lá em 1952. Em 1955, a minha turma completou o seu terceiro ano, né. Aí nós já estávamos sobre a orientação, direção da Irmã Nogueira; Irmã Carmélia da Costa Nogueira, e era num prédio imenso, como era ainda hoje. Muito, muito bem, bem equipado. Foram os nossos móveis pra lá, coisa simples, mas tudo bem orientado. E a parte administrativa importantíssima, porque nos dava segurança. E tínhamos também, além de tudo, a parte religiosa, que nos ajudou muito. Tinha a capela, que a gente frequentava normalmente e a orientação religiosa era muito intensa. Isso nos ajudou muitíssimo na nossa formação. A formação, o currículo eram rico. Além de ser, ter as disciplinas necessárias para o curso normal, nós tínhamos também disciplinas interessantíssimas sobre a parte, a parte agrícola, né, e também outras disciplinas como Sociologia e outras mais (NATIVIDADE, 2022).

Como visto no relato da ex-normalista, a mudança para um prédio mais amplo foi recebida com otimismo. Os ritos religiosos e orientação cristão católica passaram a fazer parte da nova realidade implementada. A Escola Normal Rural de Ipu perdeu parcialmente sua identidade. O currículo permaneceu o mesmo, porém as atividades ligadas à arte e cultura se intensificaram. Com sede em uma escola de valores rígidos e com uma excelente estrutura,

creveu o entusiasmo pela educação e principalmente pela carreira do magistério.

Quadro 9: Alunas matriculadas no Curso Normal Rural do Patronato Sousa Carvalho entre os anos de 1952 e 1956

1952	1953	1954	1955	1956
150 alunas	Dados Inexistentes	165 alunas	166 alunas	196 alunas

Fonte: Patronato Sousa Carvalho (1952-1956).

Conforme registros dos livros de matrículas, o número de alunas no Curso Normal Rural teve grande crescimento ao longo dos anos que sucederam sua transferência para o prédio do Patronato Sousa Carvalho. Esse aumento pode se justificar pela expectativa com relação à nova instituição e pelo interesse de alunas de outras regiões, já que a nova instituição ofertaria o regime de internato, semi-internato e externato. Segundo Coelho (1985), a escola teria formado, em 10 anos de funcionamento, somente 71 normalistas, ou seja, esse número cresceria vertiginosamente após transferência.

Atendendo às mudanças decorrentes no cenário político e educacional brasileiro, a Escola Normal Rural de Ipu formou sua última turma em 1956. Os serviços prestados pela escola, apesar não atenderem integralmente sua proposta pedagógica e o público a quem se destinava, foram de grande relevância para a história da educação do Ceará. Integrando inicialmente um quadro restrito de 8 escolas no estado, a Escola foi responsável por implementar uma política de mudanças no interior e precisamente contribuir para a profissionalização da mulher ipuense.

2.3 A formação da professora primária no Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho

Neste ponto deste estudo, enfatiza-se a formação de professoras primárias no Curso Normal Pedagógico do Patronato Sousa Carvalho, analisando o percurso histórico das instalações das escolas normais e questões normalizadoras a partir do decreto-lei nº 8.530/46 e nº 5.692/71. A ideia de criar Escolas Normais remetem ao século XIX, sendo a primeira instituição voltada para a formação de professores, instalada no Rio de Janeiro, no ano de 1835. Durante o período de fim do Império e início da república, tem-se a criação de novas escolas, em várias regiões do Brasil, porém, de duração instável, seja pela ausência de recursos

ou descomprometimento do poder público com a educação e profissão docente (Aranha, 2006). Foi no início do período republicado, ou melhor, a partir da década de 30, que ocorreu a expansão dessas escolas por todo o território, ficando, em parte, a cargo do poder público e iniciativa privada, principalmente de cunho confessional católico. “As Escolas Normais experimentaram desenvolvimento mais acelerado durante o período republicano. Em 1949, eram elas, ao todo, 540, espalhadas por todo o território nacional” (Romanelli, 1986, p.163).

No caso do Ceará, as primeiras iniciativas de se criar uma Escola Normal remontam nos anos de 1884, com a sua consolidação somente a partir da primeira república. No estado, os debates sobre instrução pública, bem como as ideias liberais para educação, marcaram a política local e regional desde o século XIX, vindo de fato a se realizar reformas importantes no governo de Justiniano Serpa, por meio das reformas de Lourenço Filho, em 1922. Esse movimento, marcou as mudanças na educação do estado e estabeleceu algumas outras modificações importantes para a implantação da formação de professores por meio da fundação de Escolas Normais pelo interior do estado (Vieira, 2002).

A Escola Normal, se tornou, na primeira república, a referência local de preparação na formação inicial de professores para o magistério primário, atendendo à expansão do ensino primário e aos discursos de modernização e crescimento econômico do país. Já não era concebido em um país de amplo desenvolvimento, uma população ignorante e analfabeta.

A formação de mulheres para o exercício do magistério já era uma realidade em Ipu desde a década de 40, com a criação da Escola Normal Rural Manuel Marinho, sendo essa, a primeira a formar professores na cidade. A referida escola funcionou entre os anos de 1942 e 1951, quando teve a transferência do Curso para o recém- inaugurado Patronato Sousa Carvalho. Ao transferir o Curso Normal Rural para a nova sede, teve sua sobrevivência por um curto período, encerrando as atividades em 1956. Ipu da década de 1950 era uma cidade pequena e pobre, mas, que, se preparava para despontar para o progresso, sendo o patronato, um prédio de estrutura física com uma grandeza de significados para a sociedade ipuense, despontando como a “escola mãe” do município (Mello, 1985).

Com a extinção do Curso Normal Rural, foi criado, em 23 de fevereiro de 1956, o Ginásio Sagrado Coração de Jesus, conforme a portaria nº 521. A partir desse período, a escola passou a atuar somente com o ensino primário e Ginásial de 1º ciclo. A partir de 1º de março de 1963, por iniciativa da professora Valdemira Coelho, foi reiniciado o curso de formação de professoras, sendo agora classificado como Normal Pedagógico. O interesse de retornar com a formação de professoras primárias, partiu justamente com a necessidade de se ofertar um curso profissionalizante. O Ginásio Ipuense ofertou técnicas comerciais ao sexo masculino e

o Patronato, o Curso Normal Pedagógico. No período de 1963 a 1985, o Curso Normal foi voltando a despertar o interesse da mulher ipuense e da região.

Tabela 10: Registro de matrículas de 1963 a 1985 no curso normal pedagógico

	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
1º ano	22	29	18	24	31	30	37	26
2º ano	-	21	29	18	20	27	28	26
3º ano	-		20	29	18	19	27	23
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
1º ano	25	28	25	26	25	39	31	41
2º ano	22	23	26	21	26	23	39	34
3º ano	21	22	25	24	19	23	23	35
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
1º ano	49	53	56	87	80	90	91	
2º ano	37	47	50	47	66	74	90	
3º ano	30	31	43	43	39	47	70	
4º ano			48	44	33	45		

Fonte: ARQUIVO PATRONATO- LIVRO DE MATRÍCULAS

O maior aumento entre o número de alunas matriculadas ocorreu somente a partir da década de 1980. O crescimento da cidade e a demanda por educadores, representariam a garantia de trabalho no interior, tornando-se assim, importante para aquelas mulheres que buscavam se inserir no mercado de trabalho.

A lei Orgânica do Ensino Normal, por meio do decreto-lei de nº 8.530/46, no seu Art. 2º, estabelecia o curso de formação de professores primários em três anos, sendo essa, a organização adotada pelo Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho a partir de 1963. Não obstante a realidade brasileira, podem ser acrescentadas as transformações que o currículo escolar sofreu entre os anos de 1960 e 1980.

O currículo escolar segundo André & Fazenda (1991) constitui-se como um processo em que são considerados todas as atividades construídas no espaço escolar. Por meio da análise do currículo de uma instituição de ensino, se constitui o Projeto Político Pedagógico e suas múltiplas formas de organização curricular e disciplinar. Com base nos documentos disponíveis do acervo da escola e os boletins de Iraci Soares, ex-normalista, que cursou o Curso Normal entre 1967 e 1969 na instituição, foram produzidos conforme são constatados nos quadros abaixo.

Quadro 11: Disciplinas do Curso Normal Pedagógico

	1º ANO	2º ANO	3º ANO
	Português	Português	Linguagem
	Matemática	Estatística	História da Educação
	Anatomia	Biologia	Conh. Naturais
	Psicologia	Psicologia	Psicologia
Década de 1960	Didática	Prática	Prática
	OSPB	Educação Moral e Cívica	Cálculo
	Antropografia	Sociologia	Desenho
	Desenho	Desenho	Recreação
	Recreação	Recreação	Estágios
	Religião	Sociologia	
		Pré-primário	

Fonte: Arquivo pessoal - Boletins da ex-normalista Iraci Soares dos anos de 1967 a 1969.

Ao analisar as disciplinas que compuseram o currículo do Curso Normal Pedagógico durante a década de 1960, evidencia-se que, além das matérias consideradas de caráter científico, a instituição incorporou, também em sua grade, disciplinas diretamente ligadas ao ideário educacional da época, que propunham a formação moral, cívica e religiosa das alunas. Esse currículo, expresso de forma oficial nos documentos, estava presente de modo prático no cotidiano da escola com as representações simbólicas da fé cristã e nos rituais cívicos.

Quadro 12: Disciplinas do Curso Normal Pedagógico a partir da legislação nº 5.692/71

		1º ANO	2º ANO	3º ANO
Formação Geral	Comunicação e Expressão	Língua Nacional Ed. Artística Educação Física	Língua Nacional Ed. Artística Educação Física	Educação Física
	Estudos Sociais	Geografia Moral e Cívica Religião	História OSPB	-
	Ciências -	Programa de Saúde Matemática Ciência Física e Biológica	-	-
Formação Especial	-	Fundamentos da sociologia Psicologia Didática Geral	Fundamentos da Filosofia da Educação Psicologia Estatística ap. Educação Didática Geral Didática especial Estágio Supervisionado	Funcionamento do Ensino de 1º e 2º grau Psicologia Literatura Infantil Didática Geral Didática Especial Estágio Supervisionado

Fonte: Arquivo do Patronato Sousa Carvalho (1974) – Livro Ata de Exames Finais

A composição da grade curricular da escola constituiu-se a partir do decreto-lei nº 5.692/71, com uma nova organização de proposta educacional. Como afirma Vieira e Farias (2011, p.162-163),

Na perspectiva da reforma de 1971, é concebido um currículo pleno de 1º e 2º graus, o qual compreende uma parte da educação geral e outra de formação especial (Art.5º § 1º grifo nosso). No 2º grau, a formação tem caráter de “habilitação profissional” (art. 4º -§3º e art. 5º § 2º). A ideia de profissionalização representa a principal inovação introduzida pela lei nº 5.692/71.

Essa perspectiva de profissionalização no 2º grau se expressa no currículo do Curso Normal do Patronato a partir de 1973. As disciplinas passaram a ser trabalhadas no formato de formação geral, com a predominância do conhecimento científico nas turmas de 1º ano normal e com o aumento crescente das disciplinas de habilitação profissional nas turmas do 2º e 3º ano normal.

A partir dessa mudança, a disciplina de recreação foi substituída pela disciplina de Educação Física. O desenho educacional passou a ser chamado de educação artística. Percebe-se também, a permanência no currículo das disciplinas de orientação religiosa, moral cívica, visto o contexto histórico de regime militar, ainda existente, no país naquele período. A proposta pedagógica do curso normal era calcada num modelo de educação, cuja preocupação, também

se estendeu ao ensino de posturas em sala de aula, de bons hábitos, de prática de esportes e assimilação dos valores morais e cristãos. O enriquecimento curricular, incluiu o refinamento cultural por meio das atividades musicais, teatrais e de poesia.

Durante o 3º ano normal, como vemos no Quadro 11, as práticas de ensino e os estágios predominavam no currículo das alunas. Muitas dessas atividades de estágios docentes e experiência de sala de aula, se davam na própria instituição. As alunas eram direcionadas às salas do primário ou a escolas de amparo à infância, que se ligavam à escola, por meio dos projetos assistenciais. Para fazer uma análise de como se dava a organização dos estágios de prática de ensino, se recorreu à leitura dos cadernos de planejamentos das estudantes, conforme é mostrado na imagem 26.

Imagem 25: Página do caderno de planos de aulas da normalista Maria Iracema (1969)



Fonte: Arquivo pessoal Iracema Soares (1969).

A análise do caderno de planejamento de prática de ensino permite verificar que esse estágio se dava mediante uma organização de duas etapas de observação: uma de longo e outra de curto prazo. No trabalho de observação de longo prazo, as alunas frequentavam salas do primário, realizando uma análise em etapas. Observava-se a sala de aula, chamando essa etapa de “a arte de ouvir”, onde se analisava o espaço da sala de aula, a quantidade de alunos

distribuída pelo espaço, como ocorria o controle da disciplina, motivação no processo de ensino aprendizagem e escuta dos alunos.

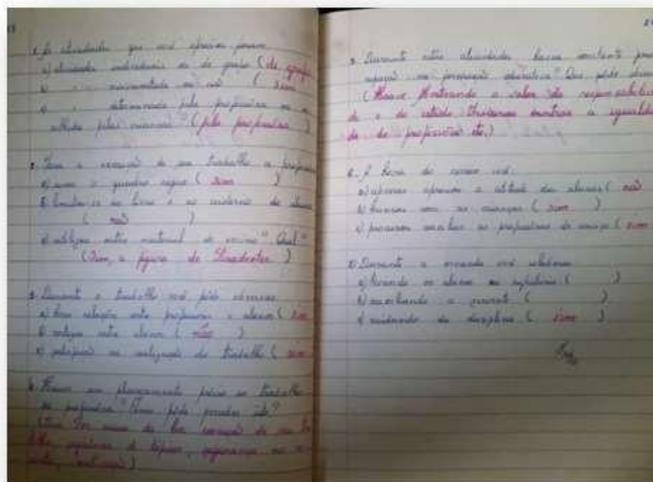
Ainda no que tange ao trabalho de observação de longo prazo, o recreio era parte integrante desse processo, ao compreender que o momento de brincadeiras e em espaço livre se constituía mais claramente a personalidade comportamental do aluno. Esse trabalho de acompanhamento do recreio pelas normalistas se tornou um recurso pedagógico importante na manutenção da ordem, visto que se compreendia que esses alunos não poderiam usufruir dos espaços sem a devida orientação dos professores.

Na etapa que compreendia a merenda, foi ressaltado em plano a importância da alimentação para o desenvolvimento cognitivo da criança. A merenda era sempre servida durante o recreio, em uma distribuição por classe. O leite em pó era fornecido pelo Estado e o açúcar e *toddy* pelo estabelecimento de ensino. Dessa forma, a merenda se dava com um leite puro, leite com *toddy* ou mingau.

Os professores regentes de sala eram avaliados com preocupação na aprendizagem de novos métodos e se o professor era sugestivo e exemplar. Além disso, se o relacionamento entre professor e aluno era saudável e se conseguia manter a turma em ordem. Ao analisar o plano do professor, que se dava de forma globalizada e quinzenal, observou-se o uso de nota conceitual por meio das letras O.B.R.I.

Após conclusão dessa fase do estágio, eram apresentadas sugestões e análise se o contexto era pedagógico ou antipedagógico para as instalações do estabelecimento de ensino. No estágio de curto prazo, havia uma análise mais técnica da realidade escolar. O trabalho deixava de ser meramente observação e se pautava na aplicação de questionários. É o que se observa na Imagem 27, a seguir:

Imagem 26: Página do caderno de planos de aulas da normalista Maria Iracema (1969)



Fonte: Acervo Iracema Soares (1969).

No estágio de observação de curto prazo, era analisado o nível econômico, as condições materiais (construção, número de salas, biblioteca e área de recreação), instalações sanitárias, cantina, pessoal administrativo, docentes e discentes. As críticas feitas no caderno do plano de práticas de ensino, levam a crer, que, elas foram escritas durante a aula, isto é, enquanto observavam, as normalistas escreviam, narrando o que estavam assistindo. Vê-se um exemplo: “A regente de classe devia formar jogos para fazer um recreio melhor para sua turma” (Iracema, 1969). Pode-se dizer, também, que estágio de observação acabava por modelar o olhar dessas alunas a partir de um padrão pedagógico, que na prática, não se efetivava, o que se apresenta como um modelo de sala que não é orgânico, e tudo era pensado milimetricamente para que se pudesse considerar uma boa aula.

Durante o período de 15 dias, as normalistas realizavam seu estágio e desenvolviam uma aula que deveria ser supervisionada pela professora regente. Segundo a ex-normalista Maria Rúbia, o estágio era uma oportunidade de validação da sua vocação como professora, sendo as alunas, que se sobressaiam indicadas para ocuparem no ano seguinte, vagas de regentes de sala.

Para a normalista se inserir no meio social do adulto analfabeto, criou-se um curso de alfabetização, no qual, teve seu funcionamento, entre os anos de 1970 e 1972, sendo o responsável pela formação de 210 alunos. Esse ficava a cargo das alunas do 2º normal, sob a orientação da professora de prática de ensino e Coordenação, Irmã Anita Nunes de Barros.

No dia 29 de abril de 1981, o Conselho Estadual de Educação concedeu autorização para o funcionamento de Estudos Adicionais ao Curso de formação para o magistério de 1º grau, no centro Educacional Sagrado Coração de Jesus, até 31/12/1983, pelo parecer nº 624/81 (Patronato Sousa Carvalho, 1981, s-p).

CAPÍTULO 3: CULTURA E MEMÓRIA ESCOLAR

O objetivo deste capítulo é analisar a cultura escolar, bem como a memória produzida e reproduzida no âmbito da instituição escolar Patronato Sousa Carvalho, por também compreender os marcos simbólicos que contribuíram para a construção da memória escolar. Ao conhecer a cultura escolar de uma instituição de ensino, tem-se uma nova perspectiva da identidade institucional, práticas educativas, tradições e ritos que norteiam o funcionamento da escola no tempo e no espaço.

3.1 Arquitetura escolar e os espaços de memórias

Ao estudar a arquitetura escolar, se compreende que a estrutura dos espaços de uma escola também educa, visto que, ao levantar informações a respeito da estrutura, organização e funcionalidade, se entende sua função pedagógica por meio do processo de ensino-aprendizagem dos indivíduos no seu interior. Nesse sentido, esse estudo, possibilita a análise da escola e sua posição no espaço urbano.

Ainda na perspectiva da arquitetura escolar como fonte de pesquisa a ser compreendida enquanto documento, se faz necessário, uma reconstrução histórica por meio do estudo das mudanças e permanências, deixando evidente, a proposta de ensino e os valores trabalhados pela instituição. Esses espaços de saberes se configuram como a materialidade dos discursos da época, representado, muitas vezes, pelos anseios de uma classe social ou de uma ordem vigente. Ao se tratar do objeto deste estudo, a concepção arquitetônica e espacial se constitui, a partir de uma vertente católica, como ressaltamos ao longo desse trabalho.

Diante do estudo da formação de mulheres no curso normal do Patronato Sousa Carvalho, se identificam três dimensões de análise para melhor compreender a cultura escolar da instituição. Segundo Magalhães (2003, p. 54):

As instituições educativas, tal como deixam inferir a generalidade dos regulamentos internos e parte das normativas externas, no que se refere ao funcionamento e aos objetivos gerais da instituição apresentam uma estrutura física, uma estrutura administrativa e uma estrutura socioeducativa.

Neste ponto, tecer um olhar para a estrutura física de uma instituição de ensino representa apresentar a função didática desses espaços, a constituição de uma memória social e a relação que se faz presente com o mundo exterior. O prédio erguido no final da década de 1940, mais precisamente entre os anos de 1948 e 1951, encontra-se localizado em ponto estratégico da cidade, no que se refere à proximidade com hospitais, pontos comerciais e Igreja Matriz da cidade.

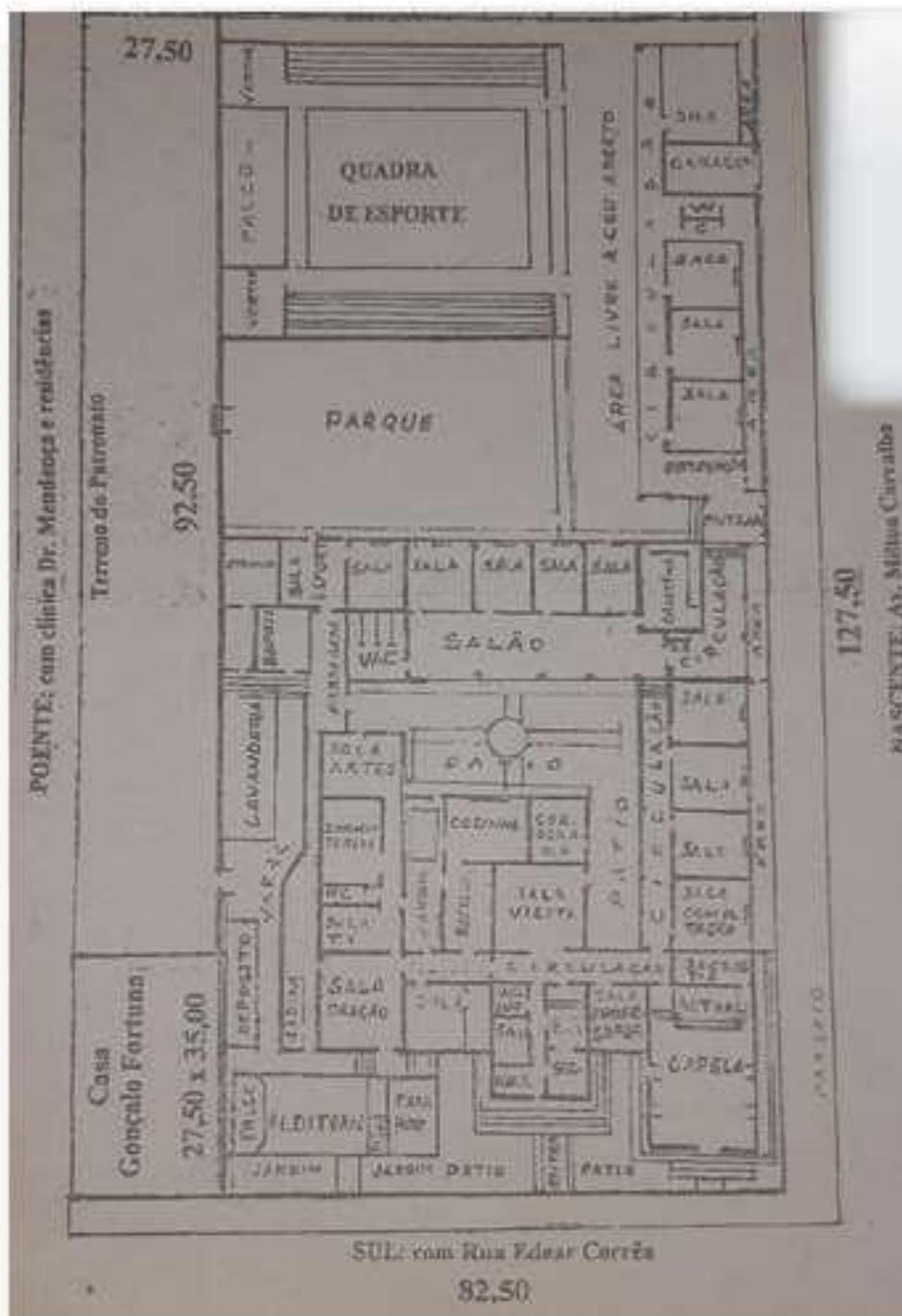
Imagem 27: Localização do prédio do Patronato Sousa Carvalho em Ipu-Ceará



Fonte: <https://www.waze.com/pt-BR/live-map/directions/patronato-sousa-carvalho-r.-edgard-correa-ipu?to=place.w.209258205.2092516512.5122100>

Quando iniciou suas atividades, o Patronato contava com uma área de terreno com 600m de comprimento por 127m de largura, equivalendo a 76.200m², comprada pela quantia de vinte contos e quinhentos réis, que se estende por todo um quarteirão, limitando-se ao norte com a rua Dr. Leonardo Mota, a Leste com a Avenida Milton de Sousa carvalho, a oeste com a Tenente José Madeira e ao Sul rua Antônio Memória (Patronato Sousa Carvalho, 1951).

Imagem 28: Planta do Patronato Sousa Carvalho



Fonte: Arquivo da Paróquia São Sebastião (1951)

A partir da imagem 28, nota-se que as entradas de acesso estavam localizadas ao Sul e Leste do prédio, estando a entrada principal localizada no Sul da rua Edgar Corrêa. Ao entrar, depara-se com o coração administrativo da escola, que reunia sala de visitas, de secretaria, de direção e de professores. Todo o prédio se conecta por meio de longos

corredores e galerias.

Imagem 29: Galerias do Patronato Sousa Carvalho (2012)



Fonte: Arquivo da Escola (2012).

Conforme são detalhados na imagem 29, essas galerias eram locais de conexão entre os diversos espaços da escola, sendo um ambiente de encontro entre as alunas. Em relatos da ex-normalista Maria Rúbia, em 1985, com o aumento de alunos do sexo masculino, as galerias eram áreas destinadas às mulheres durante o recreio, ficando reservado aos homens, o espaço da quadra para práticas esportivas. A organização durante os horários dos intervalos se fazia necessária para manutenção da ordem partilhada pela escola. A localização do prédio escolar foi pensada em meio a uma política de remodelamento urbano, no qual a cidade vinha passando ao longo das primeiras décadas da república. Para tanto:

É preciso, também, atentar para as questões urbanas. Quando a escola passou a ser um lugar específico, diferenciado. Seus idealizadores preocuparam-se com sua implantação, recomendando, com insistência, que ela fosse localizada longe da poeira, do barulho, do comércio, de vizinhança nefasta ao trabalho escolar, que exige concentração, atenção, silêncio (Buffa; Pinto, 2011, s-p).

A área compreendida entre a Escola Murilo Rocha Aguiar e o Patronato Sousa Carvalho recebeu o cemitério municipal até início do século XX, quando da sua transferência, passou a se localizar no Bairro Alto dos 14. A região daria lugar a hospitais, escolas e comércio, todos fundados no mesmo período. Uma área que já foi espaço do meretrício ipuense e de cemitério, hoje faz parte do centro urbano e isso leva a compreender que a escolha do terreno para sediar a escola, fazia parte de um projeto de remodelamento urbano.

No ano de 1951 que o Patronato foi inaugurado. Aliás, eu assisti até a fundação, a colocação da pedra fundamental. Nesse tempo era o Monsenhor Moraes [...]. Promoveram grande festa. Lá em frente era o antigo cemitério, né. Quando nós estudávamos, às vezes a gente ia passando, a gente ia pisando nas covas mesmo, até a gente via os ossos [...]. Lá já tinha sido o cemitério [...]. O Patronato era um pouco mais na frente. De frente à capela ainda tinha uma cruz, ainda tinha uma cruz que depois a gente chegou a tirar. Mas quando a gente vinha da cidade, né, nesse tempo era muito longe, né, do centro para o Patronato. Quando a gente vinha no inverno, às vezes a gente pisava [...]. A gente via mesmo osso, essas coisas [...] (FRANCISCO, 2022).

Esse fato sempre mexeu com o imaginário da comunidade escolar, dando ao prédio um ar sagrado e de mistério, fazendo surgir histórias da descoberta de sepulturas quando realizadas obras de expansão da escola, narrativas de espíritos que rondavam espaços da escola e achado de um esqueleto completo sem identificação que faria parte das aulas de ciências. De acordo com Francisco de Assis em seu depoimento:

[...] Encontrei uma caveira, encontrei um fêmur, um úmero, encontrei uma clavícula, encontrei só osso grande, acho que só isso mesmo, encontrei isso lá. E passei a levar os ossos pra sala de aula. Não levava para o laboratório, porque o laboratório de lá era muito farto. Um dia peguei botei, enrolei uma caveira todinha. Eu digo: eu hoje vou desmanchar essa cabeça aqui todinha, os ossos da cabeça aqui todinha [...]. Aí cheguei na sala de aula; peguei, quando desenrolei [...]. “Éita caveira”! Não sei o que e tal. Ninguém toca na caveira, deixa eu pegar sozinho que vocês vão pra casa. Dava a aula revirando a caveira todinha, sabe, começava pelos orbitais, no ó, frontal, aí ia descendo, descendo [...]. Aí virava. Ninguém pega, deixa só eu pegar, deixa pegar, não. Isso aqui já tá (estalos de dedos). Patronato tava com isso a uns 10 anos e eu passei a dar assim, de aula prática, passei a dar algumas experiências mais práticas [...] (FRANCISCO, 2022)

Com uma arquitetura com influência da Art Déco, o Patronato emergiu como um cartão postal da cidade, sendo parte da materialidade de um discurso de modernidade que desde os anos 30 permeava a sociedade ipuense. Dessa forma, a cidade moderna era vista como:

Na maior parte dos casos, um constructo gestado entre interesses e conflitos, apesar do qual o entremeadado de racionalidades e irracionalidades em que ela se materializa constitui uma parte importante, decisiva, do currículo não cursado, uma fonte silenciosa de ensinamentos (Frago, 2001, p. 30).

A cidade, até 1951, não contava com um prédio planejado para atender as novas tendências educacionais. As poucas escolas existentes não tinham sede própria e lidavam com espaços muitas vezes inadequados ao funcionamento de salas de aulas. O discurso de cidade de progresso e modernidade vai se fazer real com a materialidade e surgimento de prédios como a Estação Ferroviária, Mercado Público, Cadeia Pública e Igreja Matriz (Farias, 2018).

O Patronato representaria a entrada da cidade e em um modelo de sociedade mais civilizada e culturalmente evoluída. Em *Ipu Educativo* do Almanaque IPU(1961, p. 92) descreve:

O prédio é desta cidade o maior, edificado num planalto, com uma boa área de terras. Apresenta-se com uma boa construção, amplas salas e bons apartamentos, preenchendo todas as exigências determinadas aos fins a que se destina. Ali se vê elegância e perfeição. Linda Capela ao lado representa um “bouquet” de flores neste jardim da mocidade, sob o zêlo da Virgem Mãe Nossa Senhora das Graças. Tem algo de importante o auditório. Ao lado da capela está o mais elegante edifício desta terra e que não está para censura de quem quer seja. Um vasto salão para acomodar mil pessoas, todo mobiliado, palco e rico cenários onde poderão ser exibidas as mais complicadas peças teatrais; tudo isto bem trabalhado e elegante torna-se irrepreensível e o ipuense orgulha-se de o possuir. Portanto, inegavelmente, nada em Ipu, pode se dizer de maiores valores que o Patronato, fonte de instrução com linha completa de aperfeiçoamento a mocidade feminina.

A escola sempre impressionou a todos pela sua vastidão e pela sua beleza arquitetônica. Ao longo das décadas de 1950 a 1980, teve diversas obras de ampliação, visto que ao iniciar suas atividades ainda contava com sua obra em processo de conclusão.

Imagem 30: Prédio do Patronato Sousa Carvalho em 1951



Fonte: Arquivo pessoal Francisco de Assis Mello (1969).

No ato de inauguração da escola, somente o espaço de acolhimento das Irmãs da Caridade de São Vicente de Paula e algumas salas de aulas estavam aptas para o funcionamento das atividades escolares. Com condições de arejamento e higiene, desde muito cedo teve suas instalações elogiadas pela comunidade escolar ao considerarem a dinâmica de organização dos espaços escolares.

Desde sua fundação, a escola passou por inúmeras adaptações para atender seus alunos e funcionários de maneira mais adequada e de acordo com as normas estabelecidas pelos novos conselhos de educação.

Imagem 31: Prédio do Patronato Sousa Carvalho, atualmente



Fonte: Patronato Sousa Carvalho (s-d).

O projeto arquitetônico desenvolveu-se em toda a extensão do terreno em que foi implantado e conta com a construção em blocos que se conectam entre si. O andar térreo conta com mais 16 salas de aulas, secretaria, salas administrativas, quadra esportiva, parque infantil, cantina, biblioteca e espaços de convivência. Todas as dependências da escola tiveram sua instalação e organização pensada para atender ao projeto educacional da instituição, dando um sentido pedagógico, espiritual e sociocultural. Portanto, não havendo espaços neutros, a forma como se deu a organização escolar, visava contribuir para manter a ordem disciplinar e a constituição do saber (Frago, 2001). Além dos espaços pedagógicos, o prédio conta, no

térreo, com uma capela para celebrações religiosas. Esse espaço que se fazia necessário desde a inauguração do colégio, uma vez que a formação cristã era parte importante do currículo da escola. Assim, a existência de uma capela trazia um ar sagrado ao prédio e às práticas educativas.

Imagem 32: Capela do Patronato Sousa Carvalho



Fonte: Arquivo pessoal Francisco Mello (1970).

A capela Nossa Senhora das Graças foi inaugurada em 21 de março de 1954. A partir dessa data, os momentos reservados às orações e ao terço diário fizeram parte da rotina da escola. As missas aos sábados passaram a serem realizadas semanalmente, contando com a presença da sociedade ipuense. Em um bloco superior, foi inaugurado, em 27 de novembro de 1956, o auditório Nilo Carvalho e a casa de hóspedes. Esse espaço foi e ainda é um importante local de disseminação da cultura, por meio das apresentações de teatros, palestras e simpósios.

Imagem 33: Bloco destinado às salas da educação infantil e auditório



Fonte: Arquivo pessoal Francisco Mello (2005).

Em 25 de agosto de 1963, ocorreu a inauguração do jardim de infância, a biblioteca, as classes do curso normal e a sala do grêmio estudantil. Para as salas de aula, propriamente, eram consideradas que a luz do dia e a ventilação natural fossem importantes. Então, na estrutura física das salas, grandes janelas se faziam presentes. Considerando, uma sala de aula arejada era importante no contexto de uma política higienista.

Imagem 34: Sala de Aula Patronato Sousa Carvalho em 1954



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Mello (1954).

Os móveis escolares eram de madeira pesada e a organização da sala de aula era clássica, com todos os alunos voltados para o professor, como se manteve durante muito tempo. A estrutura da sala, somada à organização do mobiliário, procurava, contudo, atender as tendências pedagógicas que influenciavam o cenário educacional da época.

A cultura material produzida pelo Patronato Sousa Carvalho, nos mostra os usos dos espaços escolares como lugares pensados e desenhados para educar, seja com a finalidade pedagógica ou como evangelização. A arquitetura, a organização das carteiras ou até mesmo a distribuição de funções nesses locais, nos mostram que tudo tem um sentido ou uma razão para estarem ali.

3.2 Práticas Escolares e a Pedagogia Vicentina

Durante o período investigado nesta pesquisa, as alunas do patronato tinham em comum, a rotina de uma escola confessional, todos os dias, antes do início das aulas, as alunas se reuniam no pátio da escola para o momento diário de oração. Semanalmente, esse

momento se dava na Capela da escola com a realização do terço. No momento que antecedia as aulas eram realizados a vistória das fardas. O fardamento deveria estar completo, e, nesta ocasião, era realizado o momento cívico, que significava cantar o Hino Nacional enquanto a bandeira do Brasil era hasteada. Devemos nos lembrar, que, nesse período, vivia-se o contexto do regime militar, sendo os valores patrióticos bastante difundido nas escolas brasileiras.

A parte física das alunas era trabalhada até 1970 como recreação, após esse período passando, a compor o currículo escolar com aulas teóricas e práticas, sendo que, as atividades práticas, ocorriam às 6h da manhã, semanalmente. Para a prática da educação física, as alunas necessitavam de uma avaliação biométrica, tendo frequência e avaliação registrada em ficha individual com atribuições de notas.

Nas recordações das ex-normalistas, os eventos e festas da escola são mencionados como as melhores recordações. No que tange aos envolvimento das alunas com a organização de eventos, segundo as ex-normalistas Iracema (1969), Natividade (1954), Vanessa (1977) e Maria Rúbia. (1985), todos os eventos realizados na instituição tinham à frente as normalistas do curso normal. A essas jovens era atribuído o dever de realizarem as datas comemorativas e festivas da instituição.

Os eventos festivos faziam parte do cotidiano de qualquer escola, independente da linha de ensino que essa trabalhasse. Dessa forma, rituais e festividades ajudam a compor a cultura de uma escola. O Patronato e suas festividades têm, na memória de suas alunas, grande relevância. Segundo depoimentos das ex-normalistas, as festividades promovidas pela escola envolviam a cidade em um clima celebrativo, sendo as festas escolares, eventos sociais que reuniam a sociedade ipuense em torno da consagração de valores à pátria, à escola, moral e os valores cristãos da instituição.

No resgatar das lembranças dessas mulheres, pontua-se a análise a respeito da cultura escolar, especificando, nesse ponto, os eventos comemorativos que mais permeiam a memória dessas ex-alunas. Entre os eventos que foram mais destacados estão: eventos do mês de maio (Coroação de Maria e Festa das Mães), aniversário da escola, 7 de setembro, Dia do A ancião e o Baile das Esmeraldas (Formatura). Os depoimentos serviram para reconstituir o cotidiano escolar e como se davam esses eventos.

A participação das alunas nas atividades cívicas fazia parte das estratégias utilizadas pela escola para formar o sujeito considerado ideal para aquela sociedade. As atividades desenvolvidas para o despertar do civismo deram origem ao surgimento do centro cívico na década de 1970, com a participação direta das alunas.

➤ **Desfile de 07 de Setembro**

Os desfiles de 07 de setembro compreendiam uma data comemorativa que se constituía em oportunidade para materialização dos conteúdos estudados na disciplina de Moral e Civismo e de Comportamento. Era a oportunidade de a escola se apresentar à sociedade local, demonstrando sua grandeza e espírito pedagógico.

Imagem 35: Desfile Cívico



Fonte: Arquivo pessoal Francisco Mello.

Imagem 36: Desfile Cívico



Fonte: Arquivo pessoal Francisco Mello (1969).

No calendário oficial da cidade e da instituição, o desfile de 7 de setembro era considerado um dos mais importantes. Nos dias que antecediam o desfile, as alunas se preparavam para realizar uma grande apresentação. O fardamento deveria estar completo e a postura em público deveria ser “impecável”.

➤ **Formatura das Normalistas**

Entre os eventos rememorados pelas ex-alunas, tem-se os rituais de formatura, os quais se configuravam como um evento social que proporcionava integração social com a instituição. Na celebração religiosa, compareciam a comunidade escolar, familiares das formandas e autoridades locais. A festa não se restringia ao âmbito da escola, tendo, na composição do seu ritual, uma celebração religiosa e um baile festivo.

Ao analisar o número de normalistas concludentes nos livros de matrículas e o total de alunas participantes, observa-se que no cerimonial constava apenas uma parcela das estudantes. Como colhido em relatos, a ausência de alunas participantes se dava principalmente pelo alto custo da festa. Havia um envolvimento das jovens em toda a organização do evento, ficando a cargo delas a arrecadação de fundos e pagamentos de despesas.

Imagem 37: Missa de Formatura Normalista do Curso Normal Rural em 1956



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Natividade (1956).

Como consta em convite da turma de 1967 e nos relatos, a programação da festa de formatura se dava em dois momentos: O primeiro era marcado por uma celebração religiosa, presidida pelo pároco da cidade na capela da própria escola, com a participação de representantes de vários segmentos da sociedade ipuense.

Imagem 38: Missa de Formatura Normalista do Curso Normal em 1969



Fonte: Arquivo pessoal Maria Iracema (1969)

Como observado na imagem 38 do cerimonial de formatura da 2ª turma do curso normal pedagógico, as jovens adentravam a Capela Nossa Senhora das Graças acompanhadas

de seus pais, em um cerimonial com bênçãos dos anéis, juramentos e colação de grau. Durante a colação de grau, Irmã Linalva e a ex-normalista Iracema relataram que as estudantes escolhiam para apadrinhá-las uma mulher durante a cerimônia religiosa e um homem durante o baile.

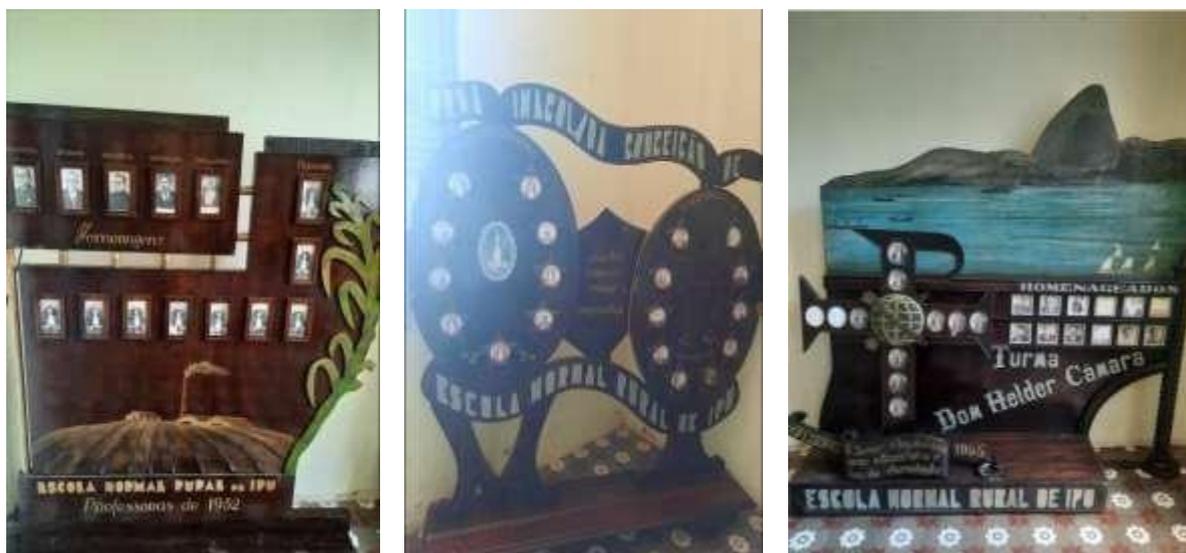
Imagem 39: Baile de Formatura Normalista do Curso Normal em 1969



Fonte: Arquivo pessoal Iracema Soares (1969)

O baile de formatura ocorria no Grêmio Ipuense, frequentado pela elite social da cidade. Conhecido como “Festa das Esmeraldas”, tinha início às 22h, ao som de uma orquestra local. O baile reunia as famílias e convidados ao som de uma orquestra ipuense.

Imagem 40: Placas de formatura como escultura- Escola Normal Rural de Ipu



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os quadros de formatura eram uma forma de materializar o momento de conclusão do Curso Normal. Localizamos preservados na escola três desses quadros referentes à Escola Normal Rural que, atualmente, encontram-se expostos na sala de visitas do Patronato Sousa Carvalho, chamando a atenção das novas gerações, como uma testemunha do passado. Despertam a curiosidade sobre a identidade das mulheres formadas e dos homenageados e das temáticas a que reportam seus formatos, frases e símbolos. Realizamos aqui uma análise dos três quadros de três turmas de formandas do Curso Normal Rural após a transferência para o Patronato.

O primeiro apresenta uma visão de crescimento do campo, com uso de imagens que nos remetem a terra, a colheita e a produção industrial de cana. Seguindo a filosofia ruralista de modernização do campo através da educação, o quadro é alusivo a turma de 1952. O segundo quadro traz a perspectiva religiosa ao utilizar símbolos do cristianismo como o P e o X e versículos em sua descrição, além disso, reforça essa ideia ao homenagear Dom Helder Câmara, arcebispo católico. Podemos observar que o quadro é alusivo a turma de 1955, turma esta que teve toda a sua formação no Patronato.

O terceiro quadro tem a sua moldura em forma de medalhas e homenageia a turma com o nome de Imaculada Conceição, deixando claro a forte religiosidade. Com registro em latim de esforço e trabalho. Percebemos o Curso Normal Rural foi sendo incorporado pelo Patronato, ressignificando inclusive seus símbolos.

Além dos quadros mencionados, a escola tem os registros de suas turmas de Ginásial, deixando claro que essa prática também se dava em outros graus de estudos.

As molduras de fotos e registros aqui mencionados nos fazem perceber que os quadros de formatura estão repletos de memórias e simbologias e que ao tornarem-se monumentos alusivos à formatura de grupo contribui para perpetuação dessas memórias. (Werle, 2022).

➤ **Festa de 25 anos do Patronato Sousa Carvalho**

Entre as festas e eventos que marcaram também a história da instituição Patronato Sousa Carvalho estão as festividades do Jubileu de Prata. Segundo documentário dos 25 anos da escola, organizado pela professora Valdemira Coelho, as atividades festivas ocorreram entre os dias 20 e 23 de setembro de 1976.

Imagem 41: Convite de 25 anos da Escola

Fonte: Arquivo pessoal de Francisco de Assis (1980)

Com uma programação rica de solenidades e contando com a participação da sociedade, as celebrações tiveram início no dia 20 de setembro do ano de 1976, com hasteamento de bandeiras e uma missa em ação de graças. Às 18h, deu-se início a uma missa em frente ao Patronato, com 25 debutantes em frente ao altar, marcando o jubileu de prata e os valores empreendidos pela instituição (Mello, 1976).

No dia 21, as comemorações ficaram a cargo das normalistas, onde se evidenciou a filosofia vicentina de apoio aos desvalidos. Com celebração de missa em homenagens aos mais pobres e almoço com 25 pessoas mais humildes previamente selecionadas.

O último dia de comemorações e a data oficial de fundação da escola teve início com festividades logo pela madrugada, com uma serenata à meia noite sob o comando dos professores. Na ocasião, as homenagens destinaram-se ao Padre Monsenhor Francisco Ferreira de Moraes pelo reconhecimento pelos seus esforços para a fundação da instituição. Às 4h da manhã, alvorecer do dia, a cidade foi despertada por uma salva de 25 tiros. Durante todo o dia, a sociedade pôde presenciar solenidades e o entoar do hino jubilar do Patronato (Mello, 1976).

HINO JUBILAR DO PATRONATO SOUSA CARVALHO

Letra: Irmã Anita Nunes de Barros

Música: Maria Valderéz Soares Paiva

Fincando ao solo verde esmeralda
 Audaz gracioso de porte gentil
 Cantando vitória seus feitos desfralda
 Suave concerto de ritmo sutil

Coro
 Refulge Patronato neste dia
 Com 25 anos de oblação
 A esta juventude harmonia
 Luz, Vigor, esperança, doação

Em álaçre enlevo teus filhos deliram
 No dia de amor de paz e de glória
 Por ser Patronato o sacrário – safira
 Que a gente feliz guarda a sua história
 Olhando de longe, filetes cristais
 Da Bica garbosa que canta em seresta
 Saúda sorrindo em acenos reais
 São Bodas de Prata!,, É dia de festa!...
 De prata te cinge galante coroa
 De áureo labor neste teu Jubileu
 Do atéreo infinito o senhor abençoa
 A terra feliz que a ti escolheu.

Ao celebrar a festa de 25 anos, a escola também comemorou a marca de 17.294 alunos matriculados, diplomação de 321 professoras, 31 irmãs de caridade e 135 professores que passaram pela instituição (Mello, 1976). Os ritos e celebrações religiosas, faziam parte do currículo e da programação pedagógica do Patronato. A participação semanal na missa da capela e aos domingos na matriz da cidade era incentivada pelas irmãs. Os ensinamentos vicentinos se faziam presentes na pedagogia trabalhada pela instituição e no trabalho das obras sociais.

As irmãs de caridade de São Vicente de Paula, desde a chegada a Ipu em 1951, desenvolveram interna e externamente à escola uma série de ações pautadas nos valores cristãos de amparo aos pobres e aos idosos. Com uma filosofia vicentina, a escola se configurou como uma escola de elite, mas com forte apelo social. Os valores vicentinos eram verberados nos discursos e nas práticas filantrópicas. A escola, que recebeu grande parte da elite da sociedade ipuense, também foi o ambiente que construiu um legado de ações voltadas para os desvalidos.

Segundo a Irmã Linalva, logo que foi fundada, a escola acolheu 150 crianças pobres, com a proposição de política de bolsas para estudantes de camadas mais pobres da cidade. As normalistas bolsistas do internato recebiam fardamento, material didático e alimentação. Essas jovens, vindas de várias cidades vizinhas, dedicavam-se aos estudos acadêmicos e espirituais. Maria Natividade ao relatar tal depoimento, aborda que:

Nesse tempo, no começo tudo era gratuito, depois é que vai chegando a parte financeira. Então, essas moças moravam no Patronato e faziam o trabalho, ajudavam na cozinha e faziam os trabalhos domésticos. Eram chamadas internas. Aí tinha uma irmã pra se encarregar delas. Lá era a Irmã Bernadete Aragão [...]. E elas faziam os trabalhos de casa, mas estudavam. A Irmã Bernadete procurava, assim, que a gente, as pagantes, desse, ajudasse assim; dava a farda, dava os livros, para elas puderem estudar (IRMÃ LINALVA, 2022).

As ações filantrópicas da escola ultrapassaram os muros da escola, estabelecendo uma série de atividades voltadas aos mais necessitados. Entre as que mais marcaram a memória social do povo ipuense está a fundação da Vila de Santa Luisa de Marilac, conhecida popularmente como Vila das Velhas.

A fundação dessa vila foi uma iniciativa das irmãs de caridade em ação conjunta com a associação de Santa Luiza de Marilac. Essa associação foi criada em 1952, ano seguinte à fundação do colégio, tendo como objetivo principal o apoio material e espiritual dos mais pobres. Formada por alunas normalistas e do ginásio, a associação, ao longo de muitos anos, foi responsável pelo fortalecimento dos princípios vicentinos e direcionamentos de atividades de amparo social. As “Luizas”, como eram chamadas as jovens da associação, dedicavam-se à prática da caridade com iniciativas de arrecadação de fundos, visitas aos doentes e acolhimento de crianças e idosos.

Imagem 42: Visita das Normalistas à Vila Santa Luisa de Marilac



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Natividade.

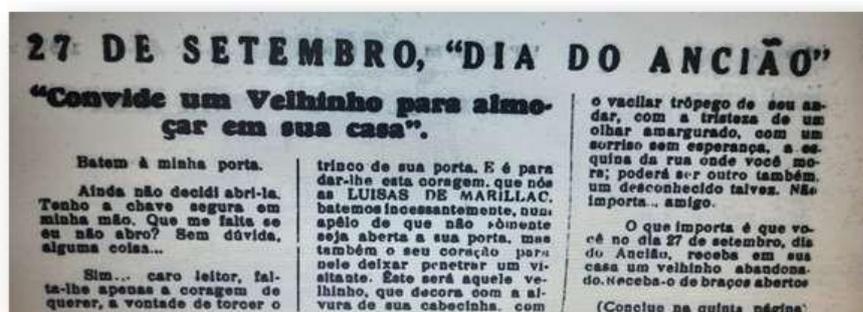
A ex-normalista Maria Natividade descreve o trabalho das Luizas, quando diz que,

Nós tínhamos uma associação de Santa Luiza de Marilac, as Luizas, baseada na orientação de São Vicente de Paula. Tinha aquela Vila das Luizas, era a Vila das Luizas, aquelas casinhas ali, escolhiam as pessoas para morar ali, e nós as Luizas [...]. Mas a gente ia uma vez por semana, a gente ia fazer visita, orientar, levar, levar material de manutenção, né [...] mais coisa de comida, porque não existia facilidade não, a pobreza muito grande, e os pobres que andavam nas ruas, nas calçadas, antigamente, né [...]. Mas era verdade, existia e a gente tinha que passar por cima, tinha que ajudar no que fosse possível. A gente também não tinha muita coisa, levava o que tinha, arranjava com amigos, levava aquele farnel, aquele [...]. A minha era uma velhinha, cada um, cada um [...] (NATIVIDADE, 2022).

A associação Luiza de Marilac deu lugar, no final da década de 70, ao movimento jovem que deu origem à juventude marial vicentina. Até o período de análise dessa pesquisa, ou seja, década de 80, a filantropia fez parte do projeto educacional, sendo mantida a política de bolsas de estudos para estudantes pobres e redução dos custos de mensalidades com turmas no contraturno. Porém, com o envelhecimento das irmãs, que já não dispunham de vigor físico, os projetos sociais externos à escola foram diminuindo. O envolvimento também das jovens estudantes já não era o mesmo. Uma das ações que se manteve até meados dos anos 2000 foi a comemoração do dia do ancião.

Celebrado no dia 23 de setembro, a data fez parte por muitos anos do calendário oficial da escola. Em todos os depoimentos coletados, as alunas resgatam, em sua memória, a data festiva em alusão ao dia do ancião. Na imprensa da cidade, as ações voltadas para os anciãos eram divulgadas em apelo ao apoio da sociedade.

Imagem 43: Artigo do IPU em Jornal – 1967



Fonte: Ipu em Jornal (1960).

Às alunas era designado a tarefa de mobilizar as famílias ipuenses para doação de donativos e acolhimento aos pobres e idosos. Ainda no depoimento de Maria Natividade:

Tinha o dia de São Vicente de Paula, 27 de setembro, que era festa grande, aí era um movimento que a gente fazia pra arranjar, angariar coisas pra dar pros velhinhos, que era o Dia dos Anciãos, dia 27 de setembro. Éramos incentivadas a olhar para o próximo (NATIVIDADE, 2022).

Com um caráter essencialmente vicentino, a educação trabalhada pelo Patronato de Ipu, conseguiu constituir a identidade da instituição de ensino. A escola mantinha suas normas e regras de conduta característica de uma escola católica, mas tendo como ponto de equilíbrio a liberdade artística e cultural incentivada e demonstrada por suas alunas, seja no teatro e nas suas festividades.

Portanto, em uma escola confessional católica, a disciplina e manutenção da ordem passava pelo autocontrole diante dos anseios próprios da juventude, da vigilância constante dentro e fora das paredes da escola, assim como a construção diária de uma vida pautada nos valores morais e religiosos.

3.3 Disciplina e ordenamento numa escola confessional católica

Durante muito tempo, a mulher inserida na cultura familiar patriarcal, foi subordinada ao pai, aos irmãos e ao marido. Essa relação de subordinação, esteve presente por muito tempo, sendo a Igreja, a maior propulsora desse discurso conservador. Desde muito cedo, as meninas recebiam no seio familiar toda a instrução necessária para ser uma boa mãe e boa esposa. Após os primeiros anos da república, a mulher passou a usar mais dos espaços públicos e a buscar uma inserção no mercado de trabalho, porém, ainda continuou sendo moldada por meio da sua formação educacional.

A escola, desde muito cedo, representou para Igreja Católica e alguns membros da sociedade, não apenas um espaço de conhecimento, mas, também, o ideal para incutir valores e moldar corpos, segundo a moral vigente. Com base nesse contexto, a Igreja se antepunha como freio e instrumento disciplinador dos corpos e dos espaços. Foucault (1987, p. 57) analisa essa forma de controle ao dizer que “[...] é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Esse moldar do corpo e da mente se fez presente nas escolas confessionais, principalmente na escolarização feminina por

gerações.

Assim, a escola passou a ser um espaço de disciplina e controle social, onde a Igreja Católica poderia afirmar um poder sobre a juventude da época, que experimentava a liberdade dos novos tempos. Com base nesse contexto, a Igreja se antepunha como freio e instrumento disciplinador dos corpos e dos espaços.

Dessa forma, se tratando aqui de uma instituição confessional católica, a vigilância se concretiza por meio de atitudes modeladoras que vão desde o uso e cumprimento do fardamento, do portar-se em eventos dentro e fora da instituição, nas aulas e no vigiar das imagens sacras e do cumprimento de uma moral segundo os princípios cristãos.

Em sala de aula, a disciplina se concretizava na organização do espaço físico e ficava a cargo do professor, mas sempre com o olhar atento das irmãs. Em um dos depoimentos colhidos no ano de 2022, uma ex-normalista do Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho, traz a seguinte narrativa:

Quando um professor entrava na sala de aula toda a turma se levantava pra receber o professor. Aí vinha a oração inicial, aí quando a professora mandava sentar a gente sentava. E ainda mais, por exemplo, a gente estava na sala de aula, numa aula, chegava assim um professor, dependendo, por exemplo se fosse a diretora, a gente tinha a capacidade suficiente de avaliar se era pra se levantar ou não, porque se o professor estava na sala de aula. Houve uma vez uma colega nossa, brincando, contou uma piada, nesse tempo não era piada, era anedota, uma anedota que envolvia Nossa Senhora, ave! E alguém falou para as irmãs [...]. Uma total, talvez alguma que tenha ouvido né, a história. Ela reuniu a turma toda no auditório, e ela fazendo uma assente, e tinha até um número especial; ato de desagravo. Primeiro recebeu aquele [...]. Vamos dizer aquele carão (risos), conversou muito tempo com ela, fazendo com que ela notasse o tanto que tinha ofendido a Nossa Senhora e a própria sociedade, e depois preparou. Ela mesma preparou, sob a orientação da irmã, uma coisa escrita pra ela ler na frente de todo mundo, pedindo perdão e explicando porque que jamais repetiria aquilo, o ato de desagravo dela a Nossa Senhora (IRACEMA, 2022).

Em alguns relatos colhidos ao longo da pesquisa, nota-se o cuidado com que as ex-alunas tinham ao tratar o aspecto disciplinador das irmãs. Procuravam ressaltar o rigor como moral e zelo. As orientações e vigilância ocorria para além dos muros da escola, por meio do acompanhamento nos espaços de sociabilidade. As normalistas do Patronato eram vistas por todos no se comportar na missa e festas.

Nós erámos muito respeitosas, respeitadeiras, e muito cuidadosas, com disciplinas mesmo. E eram, eram, não era aquela quantidade enorme de aluno. Tinha um controle muito mais controlado, mais fácil, de servir feito, né (pigarreou). Outra coisa interessante que existia na nossa época: a Irmã Nogueira ensinava também a parte de civilidade; técnicas de bom comportamento, postura de caminhar, ensinava a gente a caminhar, elegância, evitar botar o pé na parede, quando tinha

alguém assim encostado na parede, a parede não vai cair não. Ela botava olho em tudo, tinha o maior cuidado da parte social. A parte social era muito desenvolvida, exatamente pelo cuidado, pelo zelo que elas tinham, as irmãs tinham pra, tanto por meio da religião como por meio da parte de orientação social, para que nós fôssemos moças perfeitas, além de muito bem cuidadas. Parte de [...] a parte educacional, muito, muito desenvolvida, mas também, principalmente a parte religiosa pra dar uma postura digna. Nós fazíamos retiro espiritual, boas leituras, orientação, a biblioteca era riquíssima. E tudo isso nos fez pessoas na classe social especiais. Sinceramente, as nossas turmas foram realmente marco na educação no desenvolvimento da cultura para a educação (NATIVIDADE, 2022).

“Ela botava o olho em tudo” transmite a ideia de um vigiar que, como nos diz Michel Foucault (1987, p. 288):

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar, um aparelho onde as técnicas que permitem ver e induzam a efeitos de poder; e onde, troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis a aqueles sobre quem se aplicam.

Sobre questão dos namoros, as orientações se faziam necessárias pelo cuidado com reputação da jovem moça.

A Irmã Nogueira, ela era tão especial, que ela tinha cuidado de orientar os namoros, namoros, quando sabia, saiba de tudo, conhecia tudo, todas as mães, todos os pais, todo mundo. Ela chamava a moça no caso quando começava o namoro, o namoro que estivesse já mais enraizado chamava pra conversar. Ninguém sabia o que ela conversava por lá, na sala particular, muito cuidadosa, e a parte de civilidade que era importantíssimo, como se portar, se portar e a postura da moça, como é que, quem é que leva [...]. por exemplo numa calçada, quem é que vai pro lado de dentro. Se é o rapaz ou se é a moça, subia uma escada, talvez a maior parte das jovens de hoje não tem nem noção quem, como é que sobe uma escada né, quando vai com um rapaz, quem é que sobe a escada primeiro, quem é que desce na frente, tudo isso, tudo isso era o norte que a gente aprendia a caminhar, caminhar ,pisar um pé adiante do outro sem grandes passadas (barulho), postura os ombros, tudo, tudo, é [...] eu acho que nós tivemos muita, muita sorte passar por uma época tão bem orientada, com tanta segurança, com tanto conteúdo, com tanta aprendizagem [...] e levamos pra frente, levamos para as nossas salas de aula que é o mais importante (NATIVIDADE , 2022).

O rigor disciplinador das irmãs era o conforto e segurança dos pais. Para os pais, era uma satisfação saber que suas filhas, para além dos conteúdos programáticos, recebiam uma educação baseada na moral e nos valores cristãos. Quando a situação fugia do controle e uma das moças tinha seu nome exposto na sociedade ou em casos de gravidez, a instituição recorria a sua punição mais severa: a expulsão.

Todas mulheres, aqui que eu quero chegar, pra dizer como foi, porque foi que [...] aí começou com mulher, então, você por exemplo tinha um namorado [...]. Se elas tomassem conhecimento que um namorado estava lhe beijando, você tava agarrada

com o namorado na Avenida, no Paredão (sorrisos), e ele tivesse lhe beijando, por exemplo [...] elas se, se elas soubessem lá, elas não lhe queriam na sala de aula, na, na, na... no Patronato. Aí ficavam os pais com cabeça baixa insistindo lá com elas, né. Já tava grávida, a menina já estava grávida, eita, aí pronto, não podia chegar nem na porta do colégio. Isso era a maior afronta, desrespeito ao colégio. Isso aconteceu com a minha filha (FRANCISCO, 2023)

Como uma instituição confessional católica, a presença do sagrado acontece na realização na rotina, nos ritos e nos espaços. As imagens sacras estavam presentes por todos os lugares. Em cada sala com a imagem da virgem Maria, na capela, dormitórios e corredores. As imagens sacras, desde a idade média, acabam por ter uma função também de educar. A carga espiritual contribuía de alguma forma para inibir possíveis desvios de condutas.

Imagem 44: Corredor principal do Patronato Sousa Carvalho



Fonte: Arquivo da escola.

As ex-normalistas, em seus relatos, acrescentam a importância das normas e virtudes trabalhadas pela instituição e que teriam colaborado para sua postura como professoras, visto que reproduziam em sala de aula muito das normas e orientações adquiridas ao longo da formação para o magistério.

Depois que me tornei professora, continuei rezando antes de começar a aula e impondo meu respeito. A educadora formada no Patronato era diferenciada. Não ensinava só a ler e escrever. A gente tinha o controle da nossa sala. O Curso Normal nos ensinou muito, inclusive aquelas que foram minhas alunas são hoje grandes diretoras aqui na cidade (MARIA NAÍDE, 2023).

Dessa forma, é possível compreender que, ao amoldar os corpos e mentes das

estudantes, a instituição construiu uma identidade cultural que buscava padronizar comportamentos, permitindo concluir que alunas eram reguladas e que sua formação de educadora também se dava pela organização e ordem dos seus espaços e pela sua marcante presença. Com isso, seria possível ter uma professora que saberia, junto aos seus alunos, repassar valores e princípios morais, distinguindo o caráter estabelecido entre o permitido e o proibido.

Ao analisar o conjunto de normas e condutas de uma instituição, se compreende que isso faria parte de um currículo oculto, o qual constrói a personalidade profissional do indivíduo e que, agregado aos conteúdos ministrados em sala de aula, forma a pedagogia implementada pela escola. A pedagogia vicentina, seria, portanto, o equilíbrio entre a firmeza característica de um modelo confessional católico com uma formação integral do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se, como resultado desta pesquisa uma análise sobre a história da educação e das Instituições escolares, a partir do estudo do Patronato Sousa Carvalho, tendo como foco específico, a formação de professoras primárias no Curso Normal. Por meio do levantamento de fontes documentais e orais, imprescindíveis para a construção do trabalho por meio da pesquisa empírica, isto é, de campo, foi possível desvelar fatos e conhecer detalhes que proporcionaram conhecimentos a respeito do universo pedagógico e religioso que permeava a cultura da escola estudada.

A leitura das fontes documentais e das narrativas orais, trouxeram novas interpretações do passado que ajudaram a compreender algumas das problemáticas levantadas no início desta pesquisa, outras, foram sendo levantadas ou até mesmo desconstruídas, devido a constatação empírica atrelado ao universo científico do trabalho investigado.

Entre as questões que inquietavam, estavam: Como se deu o processo de articulações para a criação da primeira instituição educacional católica de Ipu? Quais os interesses levaram a transferência da Escola Normal Rural para as dependências do Patronato Sousa Carvalho em 1951? Qual a proposta educacional do Colégio Patronato Sousa Carvalho aplicada à formação de professoras primárias? Como se constituiu a cultura escolar daquela instituição?

Por meio da interpretação dos documentos oficiais, foi possível compreender que a fundação de um Patronato em Ipu se justificou por um conjunto de fatores: religiosos, sociais e políticos.

Religiosos, porque a fundação de uma instituição educacional católica representaria o poder da Igreja, na qual, marcaria presença significativa na vida dos cidadãos ipuenses e principalmente nas jovens por ela formada. Em vários discursos do pároco Francisco de Moraes, registrados no livro de Tombo da Paroquia, fica explicitada a relevância da obra para a manutenção da ordem cristã. A escola se tornaria a guardiã da moral e dos bons costumes, diante de uma juventude que ansiava por liberdade.

Pode-se dizer, ao mesmo tempo, que a escola promoveu ações assistencialistas para com os pobres, crianças e idosos e também revelava a desigualdade entre ricos e pobres, explicitando o acesso que poucos tinham a uma educação em meio à carência de escolas. Ainda na década de 1970, isso era sentido pela sociedade ipuense. Em publicações do Jornal o Povo, o ipuense João Pereira Mourão (2009) narrou o fato que, ainda nessa década, a maioria das famílias pobres de Ipu só conseguiam que seus filhos concluíssem o ensino primário, visto que, as únicas escolas de ensino secundário existentes na cidade (Ginásio Ipuense e

Sagrado Coração de Jesus do Patronato) eram escolas particulares. Além disso, é ressaltado, que apesar da cidade contar com boas mestras, Ipu ainda necessitava de investimentos em novas escolas.

Dessa forma, é possível perceber que o problema da carência de profissionais foi atenuado e que o Curso Normal do Patronato na modalidade rural e pedagógico trouxe uma grande contribuição nesse aspecto, visto que até a década de 1970 os Cursos teriam oportunizado a formação de novas mestras.

Na perspectiva política, pode-se dizer que a escola acabou por fazer parte de um projeto de modernidade iniciado pelos agentes no progresso na primeira metade do século XX. A escola se configurava como o símbolo do crescimento econômico da cidade, fazendo parte de um conjunto arquitetônico da cidade que representa, até hoje, os anos áureos da cidade.

Quanto aos interesses que levaram à transferência da Escola Normal Rural para as dependências do Patronato Sousa Carvalho em 1951, houve durante a realização da pesquisa, dificuldades em encontrar fontes que revelassem informações a respeito. O acervo encontrado era pós-transferência, os relatos colhidos por uma ex-aluna da Escola Normal Rural alinhados às críticas ao antigo prédio, trouxeram um pouco da visão da época. A casa onde funcionava a escola não seria de propriedade da própria escola e não se adequava às necessidades pedagógicas. No estudo do ruralismo em Ipu, fica nítido que a experiência ficou restrita mais ao ideal do que a prática, sendo que, durante os 10 anos de existência da escola, o ruralismo não chegou a fincar as bases para sua efetivação. Daí ser essa, uma das justificativas para a sua incorporação pelo então Patronato Sousa Carvalho, em 1951.

O resgate das memórias das normalistas foi crucial para entender a dinâmica de funcionamento da escola e, principalmente, trazer à tona, parte da história dessas mulheres que tiveram suas vidas influenciados pela instituição, seja seguindo na carreira do magistério e se tornando grandes educadoras, ou mesmo ingressando na vida religiosa. Isso deixa claro, que, a escola em sua formação integral, se tornou viva nas lembranças e nas histórias que se cruzam dessas mulheres.

Ao observar o processo educativo das mulheres formadas pelo Patronato Sousa Carvalho, foi possível perceber mesmo que a escola tivesse contribuído para moldá-las nos princípios cristãos e para atuação como professoras primárias, muitas delas, tiveram seu despertar para novos papéis sociais. De lá, saíram mulheres advogadas, médicas, empresárias e até prefeita.

Nesse propósito de dar visibilidade a essas mulheres que tiveram sua formação no Patronato de Ipu, esta pesquisa contribui para o fortalecimento da História da Educação. Acredita-se que os conhecimentos gerados nessa pesquisa, podem possibilitar a compreensão da ação dessa instituição nos serviços educacionais prestados para a comunidade local e cidades vizinhas, contribuindo para a memória cultural e social de um povo.

Portanto, temos como conclusão desta pesquisa, que as professoras formadas pelo Patronato Sousa Carvalho, tiveram para além do conhecimento técnico e intelectual, uma educação pautada nos valores cristãos, levando-as a perceber o magistério como uma missão. Essas mulheres, ao ressignificarem seus papéis na sociedade através da educação, contribuíram para importantes avanços na profissionalização do magistério da educação básica e docente feminina.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Docência: a paixão pelo possível**. São Paulo. UNESP, 1998.
- _____. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANE, Dermeval et al. **O Legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores associados, 2014.
- ANDRADE, Rodrigo Pinto de. **Religião e educação escolar na colonização do oeste paranaense: caso da implantação do Colégio Vicentino Incomar de Toledo (1948-1965)**. (1948-1965). **EccoS–Revista Científica**, Maringá, v. 57, p. 8849, 2021.
- ANDRÉ, Marli; FAZENDA, Ivani. **Proposta Preliminar para as Disciplinas Didática/Prática de Ensino e Estágio HEM/CEFAM**. São Paulo: SE/CENP, 1991.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna. 2006.
- ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **Mulheres Letradas e Missionárias da Luz: Idela de Formação das escolas normais rurais do Ceará (1930-1960)**. Fortaleza: EUFC, 2014.
- BARROS, José D' Assunção. **Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BUFFA Ester; PINTO, Gelsonde Almeida. Sobre espaços e pedagogias, **Revista Ensino Superior**. abr, 2011 (On-line). Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2011/09/10/sobre-espacos-e-pedagogias/>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. Fortaleza: ABC, 1999.
- CASTELO, Plácido Aderaldo. **O ensino rural no Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1951.
- _____. **História do Ensino no Ceará**. Coleção Instituto do Ceará. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.
- CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. A efêmera trajetória das escolas normais rurais no Brasil (1930-1970). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e84533, 2022. Disponível em: revistas.ufpr.br/educar. Acesso em: 10 abr. 2022.
- CARTA ABERTA AO BENEMÉRITO VIGÁRIO DE IPU. **O Correio da Semana**. Sobral, 2 nov.1949, p. 2.
- DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- FARIAS FILHO, Antônio Vitorino. **A fantasia de ser moderno: civilização e barbárie na terra de Iracema-Sobral-CE**. Sobral: Sertãoocult, 2018.
- FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração cambeba**. Fortaleza: Tropical, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRAGO, Antônio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALBSWACHS, Maurice. **Mémoire Collective**. Paris: PUF, 1950; São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **A memória coletiva**. Paris: Presses Universitaires France Paris, 2006.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **Ipu em Jornal**. 1958; 1960; 1962 (On-line). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/Ipu-em-jornal/494712>. Acesso em: 10 abr. 2022.

HOORNAERT, Eduardo *et al.* **História da Igreja no Brasil: Ensaio de Interpretação a partir do povo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados demográficos 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>. Acesso em: 10 ago. 2022.

_____. **Ginásio Ipuense**. Brasília, DF: IBGE, 1983. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecaatologo?view=detal>
Acesso em: 10 ago. 2022

_____. **Panorama da cidade de Ipu**. n.d. (On-line). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ipu/panorama>. Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. **Periódicos 67**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v14_t1_ce.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

_____. **Relatórios do Censo Demográfico de 1949**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Ipu: perfil básico municipal**. Fortaleza: IPECE, n.d. Disponível em <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/146x.htm>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IPU NOTÍCIAS. **Irmãs do Patronato entregarão a direção da Escola em 2012**. Ipu: Imprensa Livre, 2012. Disponível em: <https://ibiapaba1.blogspot.com/2011/10/irmas-do-patronato-entregarao-direcao.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

LAGES, Ana Cristina Pereira. **Conexões Vicentinas: Particulares Políticas e Religiosas da Educação Confessional em Mariana e Lisboa Oitocentista**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

LIRA, Francisco das Chagas. **Reminiscências do meu Ipu**. Ipu: o autor, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p.443-481.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

MELLO, Maria Valdemira Coelho. **Documentário Jubileu de Prata do Patronato Sousa Carvalho**. Ipu: O autor, 1976.

_____. **Ipu em três épocas**. Fortaleza: Popular, 1985.

MELO, Francisco. Chegada de Milton Carvalho em Ipu. 1952. **Blog Professor Francisco Melo**, 2010. Disponível em: <http://professorfranciscomello.blogspot.com/2010/06/chegada-de-milton-carvalho-em-ipu-1952.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MORAES, José Maria Bonfim de. **Monsenhor Moraes, o Importunador de Deus**: uma fabulosa história de vida. Fortaleza: Expressão, 2012

MOURÃO, João Pereira. **Ipu**: dos jornais para o livro. Reminiscências. Ipu: Nacional, 2009.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 482-507.

PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO. **Livro de Tombo**. Ipu: 1948.

_____. **Livro de Tombo**. Ipu: 1978.

_____. **Livro tomo número 2**. Ipu: Paróquia São Sebastião, 1948-1978.

_____. **Ata de fundação**. Ipu: 1951.

PATRONATO SOUSA CARVALHO. **Ata de fundação**. Ipu: 1952.

_____. **Ata de fundação**. Ipu: 1955.

_____. **Livro de ata de fundação**. Ipu: 1948.

_____. **Livro de matrícula**. Ipu: 1959.

_____. **Livro de registro de matrícula**. Ipu/CE, 1956.

_____. n.d. (On-line). **Acervo Fotográfico da Escola Patronato Sousa Carvalho**. Ipu/CE, 1970. Disponível em: <https://patronatoipu.com/home/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

_____. **Livro tomo**. Ipu: 1981.

PAZ, Francisco das Chagas. **Almanaque Ipuense**: Atividades e Atualidades. Oficina Gráfica Escola Profissional de Ipu, 1961.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Ângela Corrêa. 2. ed. 6. reimpr. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. **Nos Passos de São Vicente de Paulo**. São Paulo: Paulus,

2015.

SAVIANI, Dermeval et al. **O Legado educacional do século XX no Brasil**. 3 ed. Campinas-PB: Autores associados, 2014.

SILVA, Samara Mendes Araújo. **À Luz dos Valores Religiosos: escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauienses (1906-1973)**. Dissertação (Mestrado em Educação). – Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2007.

SOARES, Norma Patrycia Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2004.

SUCUPIRA, Luís. O Movimento Vicentino no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, [s.l] p. 137, 1973. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1973/1973-CearaDentroMovimentoVicentino.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Relatório da Semace**. Fortaleza: Semace, 2010. Disponível em: <https://www.semace.ce.gov.br/2010/12/08/area-de-protecao-ambiental-da-bica-do-ipu/> cesso em: 13 nov. 2022.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS Isabel Maria Sabino de (org.). **História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

_____. **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

_____. **Política Educacional no Brasil: Introdução Histórica**. Brasília: liber Livro Editora, 2011.

WERLE, F. O. C. Acorando quadros de formatura na história institucional. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23.,2005. **Anais** [...]. Caxambu: ANPED, 2005.p1-16. Disponível em https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-322-int_ok.pdf

DEPOIMENTOS

SOARES, Iracema. Entrevista concedida à Francisca Verônica Pontes Vasconcelos em 18 de outubro de 2022.

SILVA, Ir.V. Irmã Linalva. Entrevista concedida à Francisca Verônica Pontes Vasconcelos em 12 de setembro de 2022.

MELLO, Francisco Martins. Entrevista concedida à Francisca Verônica Pontes Vasconcelos em 19 de outubro de 2022.

VIANA, Natividade, Entrevista concedida à Francisca Verônica Pontes Vasconcelos em 06 de Julho de 2022.

FERREIRA, Maria Naíde, Entrevista concedida à Francisca Verônica Pontes Vasconcelos em 20 de Janeiro de 2023.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Eu, ...(nome do sujeito da pesquisa, nacionalidade, idade, estado civil, profissão, endereço, RG), estou sendo convidado a participar de um estudo denominado “Educar Evangelizando, Evangelizar Educando”: um estudo sobre o ideário religioso e formação feminina na perspectiva histórica do Colégio Patronato Sousa Carvalho em Ipu-Ceará (1951-1985), cujos objetivos e justificativas são: analisar o percurso histórico do Colégio Patronato Sousa Carvalho, dando ênfase a formação de mulheres no Curso Normal de uma instituição confessional católica de 1951 a 1985. Para isso, busca-se compreender o despertar das mulheres para o magistério sobre o contexto de uma instituição confessional católica, buscando nos discursos dos clérigos da cidade no período analisado e na cultura escolar, elementos que corroborem para um entendimento de como se deu o processo de constituição da escola.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder a algumas questões sobre as articulações políticas e religiosas na aquisição da escola, assim como na compreensão do processo formativo das mulheres no Curso Normal do Colégio Patronato Sousa Carvalho.

Da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como: possibilidade de anonimato, de desistir da pesquisa sem nenhum ônus a qualquer momento, de que os documentos que quiser doar ou emprestar para a pesquisa será guardado em um local adequado e as informações que prestar só serão publicadas com a minha autorização por escrito depois de ter lido as transcrições das gravações. Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, posso me emocionar à determinada pergunta me fizer lembrar do período, ou me sentir constrangido ao falar sobre algum aspecto da educação do período.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por

desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos como a construção de um texto escrito que contemple as perguntas da entrevista.

A pesquisadora envolvida com o referido projeto é Francisca Verônica Pontes Vasconcelos Universidade Federal do Piauí e com ela poderei manter contato pelos telefones (88) 9 97152442

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

No entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento na forma seguinte: mediante pagamento em dinheiro, ou depósito em conta-corrente. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para o CEP UFPI (86) 3237-2332 ou mandar um email para cep.ufpi@ufpi.edu.br.

Teresina, ... de ... de 2022.

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

Nome(s) e assinatura(s) do(s) pesquisador(es) responsável(responsáveis)